



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO**

**BÁRBARA BENTO DOS SANTOS**

**CAPITALISMO MONOPOLISTA: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA.**

**MACEIÓ  
2019**

**BÁRBARA BENTO DOS SANTOS**

**CAPITALISMO MONOPOLISTA: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

**Orientador(a):** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edlene Pimentel Santos

**MACEIÓ**  
**2019**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 – 661

S237c Santos, Bárbara Bento dos.  
Capitalismo monopolista : produção e reprodução da violência /  
Bárbara Bento dos Santos. – 2019.  
127 f.

Orientador: Edlene Pimentel Santos.  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de  
Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 126-127.

1. Violência. 2. Capitalismo. 3. Monopólios. 4. Estado. 5. Serviço  
social. I. Título.

CDU: 364.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

---

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Bárbara Bento dos Santos** intitulada “**CAPITALISMO MONOPOLISTA: produção e reprodução da violência**”, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 18 de junho de 2019, às 09h, na Sala do Conselho da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinadora

Profa. Dra. Edlene Pimentel Santos  
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)

Profa. Dra. Gilmaisa Macedo da Costa  
Examinador interno (PPGSS- FSSO - UFAL)

Profa. Dra. Angélica Luiza Silva Bezerra  
Examinador externo (UFAL - PALMEIRA DOS ÍNDIOS)

“Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.  
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:  
Que não são, embora sejam.  
Que não falam idiomas, falam dialetos.  
Que não praticam religiões, praticam superstições.  
Que não fazem arte, fazem artesanato.  
Que não são seres humanos, são recursos humanos.  
Que não tem cultura, têm folclore.  
Que não têm cara, têm braços.  
Que não têm nome, têm número.  
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.  
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata”.

Eduardo Galeano

“E esta, incansável e insaciável atividade do capital, continua a transformar a vida social quase que diariamente diante de nossos olhos, sem cuidar em que ao assim fazer está criando uma situação na qual a vida social torna-se cada vez mais impossível”.

Harry Braverman.

Dedico este trabalho ao meu avô João Bento (*in memoriam*), por ter sido um exemplo de ser humano;

E aos meus pais, João e Afrania, os amores da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho de dissertação como este, requer da pessoa que está produzindo dedicação, paciência e persistência, condições das quais seriam muito difíceis de serem alcançadas sozinha. Entretanto, felizmente, pude contar com muitas pessoas que facilitaram minha caminhada nesta jornada, que apesar de muito prazerosa foi também deveras árdua. Por isso, é de suma importância neste momento, em que se concretiza a construção desse trabalho, tecer alguns agradecimentos especiais:

Aos meus pais, João e Afrania, alicerces de minha existência, pessoas que me dão um oceano de afeto nos erros e nos acertos e que permitiram minha chegada até aqui;

Aos meus irmãos, Beatriz, João e Brenda, pelo apoio, pela amizade e sensibilidade de se colocarem em meu lugar nas horas de estudo em que precisava de tranquilidade;

Ao meu tio Abdias Bento e meus primos Bruna e Leonardo, por estarem presentes nos bons e maus momentos e torcerem por mim;

Ao meu namorado Bruno, meu companheiro de vida, pela compreensão nos momentos de ausência dedicados aos estudos, uma pessoa que não mede esforços para que eu realize meus sonhos;

À minha orientadora Professora Edlene Pimentel, pessoa fundamental nesta caminhada, cuja gratidão e admiração ultrapassam os limites acadêmicos, sua confiança em minha capacidade, seu comprometimento, paciência e sabedoria me incentivam a buscar melhorar sempre, enquanto profissional e ser humano;

À banca de defesa, composta pelas professoras Gilmaisa e Angélica, pela prontidão em aceitar meu convite, pela atenção despendida, pelo cuidado e por todas as contribuições que possibilitaram o aperfeiçoamento desse trabalho;

À Alzair Andrade, a melhor amizade que a graduação me deu, que se estendeu até aqui e que é maior que a distância, seu afeto e sua confiança me fazem acreditar que eu sou capaz de realizar tudo que me disponho a fazer;

Aos meus amigos, Whasley, Paulo, Luana, Thiago e a pequena Liz, nossos encontros de valor imensurável, sempre rendem muitas gargalhadas e os mais diversos debates, revigorando minha vontade em produzir conhecimento;

Às minhas queridas amigas, Sofia, Tatiane e Rayanne, pela cumplicidade e amizade presente;

Às minhas belas, Islânia e Luana, amigas da vida e companheiras de sorrisos, desabafos e estudos, somos a prova de que conhecimento se produz na resistência;

À Darlene Cristina, minha eterna supervisora de estágio e amiga que admiro, enquanto pessoa e profissional, sua torcida por meu sucesso me inspira;

Ao Manoel, uma pessoa especial e o responsável pela revisão ortográfica desse trabalho, sou grata por seu olhar clínico em cada página;

Aos colegas de turma, pelo companheirismo, pela parceria nos estudos, juntos compartilhamos alegrias e angústias;

Aos professores de pós-graduação, pelos momentos em sala de aula, pelos debates e por toda contribuição teórica;

Às técnicas administrativas, sempre solícitas em atender meus pedidos e tirar minhas dúvidas, especialmente as técnicas Quitéria, Carol e Mari;

À turma de graduação em Serviço Social do período 2017.2, pela acolhida no estágio de docência, pelo carinho e pelos debates em sala de aula;

À CAPES, que por intermédio da bolsa CAPES/DS proporcionou as condições materiais para que eu realizasse minhas atividades acadêmicas durante todo o período do curso;

Ao Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social, pelos estudos, pelas contribuições e pelos debates;

E, sem querer me limitar, aos demais que direta e indiretamente, de alguma forma me apoiaram e me incentivaram.



## RESUMO

O presente estudo tem por finalidade investigar a violência no capitalismo monopolista, elucidando as determinações essenciais existentes no interior da relação de exploração do capital sobre o trabalho. Buscamos analisar o caráter econômico da violência no processo de instituição do modo de produção capitalista, revelando de que forma a violência é utilizada para exercer relações de dominação e servidão. A pesquisa está fundamentada sob uma perspectiva histórico-crítica, prioritariamente nas obras de: Karl Marx, em *O Capital* (1996; 1988), nos capítulos XXIII e XXIV do Volume II e no capítulo XIII do Volume IV; István Mészáros, no *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição* (2011) e *O desafio e o fardo do tempo histórico* (2007); Friedrich Engels, em *O papel da violência na história* (1974) e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2012), assim como outros estudiosos como: Paul Baran e Paul Sweezy, em sua obra *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana* (1978); Harry Braverman, em *Trabalho e capital monopolista: degradação do trabalho no século XX* (1987), entre outros. Para realização do nosso estudo, utilizamos a pesquisa de natureza bibliográfica, bem como, da análise imanente dos textos selecionados. No processo de pesquisa, apreendeu-se que a função social da violência no processo histórico está intimamente ligada a situação econômica de determinado modo de produção, ela constitui o elemento primitivo do poder econômico, tendo por base material a propriedade privada e a divisão de classes. Entretanto, para que a violência seja utilizada como meio de um poder se sobrepor a outro, necessita de instrumentos como: as armas, o uso da força direta e o Estado. Isso se evidencia no processo de transição denominado Acumulação Primitiva, na qual a violência foi utilizada de forma direta, legalizada e institucionalizada pelo Estado, por meio das leis de Cercamento e Clareamento, destituindo os camponeses de suas terras e seus meios de produção, aliado à instituição de uma legislação sanguinária que criou o proletariado livre, dando as condições da constituição do modo de produção capitalista, completando o processo de ascensão da burguesia enquanto classe dominante. No capitalismo monopolista, esse fenômeno se complexifica, seus desdobramentos atingem todas as esferas da vida social, como por exemplo, com o surgimento do Mercado Universal – resultado da concentração e centralização de capital – todas as dimensões da vida social são absorvidas e transformadas em mercadorias; as relações de trabalho são modificadas com a inserção da gerência científica no processo de produção capitalista, resultando numa intensificação da extração da mais-valia relativa e aumento da superpopulação relativa; e a função social do Estado que toma novas dimensões ao adentrar como administrador das esferas econômicas de *produção e controle; produção e consumo; produção e circulação*, intensificando a violência extra econômica através do complexo militar-industrial, na qual, à medida que é capaz de absorver o grande excedente produzido pelo capitalismo dos monopólios, consegue também, através das guerras, pôr em risco iminente a existência da própria humanidade. Deste modo, a violência repercute diretamente sobre a vida social, suas expressões são produzidas e reproduzidas de acordo com as determinações do sistema sociometabólico do capital, e sua condição de existência tem por base as necessidades materiais de reprodução capitalista.

**Palavras-chave:** Violência; Capitalismo Monopolista; Estado; Complexo Militar-Industrial

## ABSTRACT

The present study aims to investigate violence in monopoly capitalism, elucidating the essential determinations within the relation of exploitation of capital over labor. We seek to analyze the economic character of violence in the process of institution of the capitalist production mode, revealing how violence is used to exercise relations of domination and servitude. The research is based on a historical-critical perspective, principally in: Karl Marx, in his work *O Capital* (1996, 1988), in chapters XXIII and XXIV of Volume II and in chapter XIII of Volume IV; István Mészáros, his work *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição* (2011) and *O desafio e o fardo do tempo histórico* (2007); Friedrich Engels, in *O papel da violência na história* (1974) and *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2012), as well as other scholars, such as: Paul Baran and Paul Sweezy, in his work *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana* (1978); Harry Braverman, in *Trabalho e capital monopolista: degradação do trabalho no século XX* (1987), among others. In order to carry out our study, we used the research of a bibliographic nature, as well as the immanent analysis of the selected texts. In the process of research, it was seized that the social function of violence in the historical process is closely linked to the economic situation of a certain production mode, it constitutes the primitive element of economic power, having as a material basis private property and class division. However, for violence to be used as a medium, for one power to overlap another, it needs instruments such as weapons, the use of direct force, and the State. This is evident in the transition process known as the Primitive Accumulation, in which violence was used in a direct, legalized and institutionalized way by the State, through the Laws of Enclosure and Bleaching, removing the peasants from their lands and their means of production, allied to the institution of a bloody legislation that created the free proletariat, giving the conditions of the constitution of the capitalist mode of production, completing the process of ascension of the bourgeoisie as a ruling class. In monopoly capitalism, this phenomenon becomes more complex, its unfolding reaches all spheres of social life, for example, with the emergence of the Universal Market - a result of the concentration and centralization of capital - all dimensions of social life are absorbed and transformed into commodities; the labor relations are modified with the insertion of scientific management in the capitalist production process, resulting in an intensification of the extraction of the relative surplus value and increase of the relative superpopulation; and the social function of the State, which takes on new dimensions by entering as administrator of the economic spheres of production and control; production and consumption; production and circulation, intensifying extra-economic violence through the military-industrial complex, in which, as it is capable of absorbing the great surplus produced by monopoly capitalism, it is also able, through wars, to endanger the very existence of its own humanity. In this way, violence directly affects social life, its expressions are produced and reproduced according to the determinations of the sociometabolic system of capital, and its condition of existence is based on the material needs of capitalist reproduction.

**Keywords:** Violence; Monopolistic Capitalism; State; Military-Industrial Complex

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. A GÊNESE HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA NO CAPITALISMO</b> .....	18
<b>2.1 A função social da violência na história</b> .....	18
<b>2.2 A violência no processo de transição do feudalismo para o capitalismo</b> .....	27
<b>2.3. Os fundamentos teóricos da violência no capitalismo: a Lei Geral da Acumulação Capitalista</b> .....	38
<b>2.4 A Lei da queda tendencial da taxa de lucro: a violência expressa no aumento da superpopulação relativa</b> .....	49
<b>3. A DINÂMICA DA VIOLÊNCIA NO CAPITALISMO MONOPOLISTA</b> .....	59
<b>3.1 A gênese histórica e econômica do Capitalismo dos Monopólios: o processo de concentração e centralização de capital</b> .....	59
<b>3.2 Violência e guerra econômica: a vida social absorvida pelo Grande Mercado</b> .....	65
<b>3.3 A violência na moderna gestão do processo de trabalho: a intensificação da extração de mais-valia relativa</b> .....	76
<b>3.4 O fenômeno da violência e a tendência decrescente da taxa de lucro: seus efeitos no capitalismo monopolista</b> .....	86
<b>4. VIOLÊNCIA EXTRA ECONÔMICA NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: A função social do Estado</b> .....	92
<b>4.1 A função social do Estado no capitalismo: a violência institucionalizada e legalizada</b> .....	92
<b>4.2 O fenômeno da violência e o complexo militar-industrial: forma de absorção do excedente</b> .....	102
<b>4.3 A natureza de classe do Estado e a reprodução da violência: um problema estrutural</b> .....	111
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	120
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	126

## 1. INTRODUÇÃO

A violência sempre foi um fenômeno presente na história da humanidade, desde os primórdios o ser humano utiliza da violência para sobreviver. Na antiguidade, essa “violência original”, era praticada pelos primatas como necessidade inevitável no processo de luta pela sobrevivência em face dos desafios da natureza, portanto, uma “violência primária” peculiar do movimento histórico da qual não se tinha à disposição outras alternativas de ação e relação social. Com o desenvolvimento das forças produtivas e do surgimento do excedente econômico, a violência passou a ter a função de legitimar um poder sobre o outro, impondo-se por meio de condições econômicas e políticas, que transformaram o processo das relações sociais entre os seres humanos. Assim, a violência ao longo do tempo perpassa todos os modos de produção e se converte numa alavanca para o desenvolvimento desses modos de produção e da sociabilidade humana.

A violência permeia a história da humanidade desempenhando papéis importantes e manifestações variadas nas diferentes formas de relação e organização social. É por meio da violência que se efetiva uma nova dinâmica social. Ela está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento humano e ao das forças produtivas, uma vez que, nesse mesmo processo de desenvolvimento, a violência se intensifica e se torna elemento impulsionador do desenvolvimento histórico. Desde o surgimento da propriedade privada, a violência foi condicionada à situação econômica. Na Acumulação Primitiva, os proprietários fundiários utilizaram da violência explícita, legalizada e extra econômica para expansão e consolidação do modo de produção tipicamente capitalista, mas, para tanto, a violência enquanto meio de legitimação exigiu condições concretas, ou seja, determinados instrumentos para sua materialização. Como observa Engels:

Estes instrumentos, que não brotam do solo por si sós, tiveram de ser produzidos, o que equivale a dizer que o produtor dos mais perfeitos instrumentos de violência, que são as armas, triunfa sobre o produtor dos mais imperfeitos. Daí temos de reconhecer, em resumo, que a vitória da violência se reduz à produção de armas e que esta, por sua vez, se reduz à produção em geral, e, portanto, ao "poderio econômico", à "situação econômica", aos meios materiais colocados à disposição da vontade de violência (ENGELS, 1990, p. 142).

Considerando o processo histórico, “a violência é um fator ‘historicamente fundamental’, na realidade, nos demonstra que este fator nada mais é que o meio, enquanto que o fim está precisamente no proveito econômico” (ENGELS, 1990, p. 138), tal assertiva está evidenciada no processo de consolidação do modo de produção capitalista. A violência

no processo de consolidação do modo de produção capitalista, existiu como um meio e até como consequência da instauração de uma nova ordem societária, que trouxe intrinsecamente a subordinação do homem ao capital. Portanto, para a apreensão do fenômeno da violência em sua complexidade é necessário ir além de suas manifestações aparentes, é necessário entender os processos de produção e reprodução neste modo de produção específico, e antes de tudo entender como as relações sociais são tecidas nesta sociabilidade.

Direcionados pelos estudos de Marx, o capital se produz e se reproduz à medida que explora mais força de trabalho e com isso extrai mais-valia. Marx, na “*Lei Geral da Acumulação Capitalista*” aborda como o crescimento do capital afetou a vida da classe trabalhadora considerando as transformações da composição orgânica do capital no processo de acumulação. A revolução dos processos técnicos de produção no período da industrialização resultou numa violência extra econômica<sup>1</sup> que afetou a condição de vida e de trabalho da classe trabalhadora, como por exemplo, a crescente miséria da classe operária e as mazelas decorrentes do processo de industrialização. Tais inovações tecnológicas permitiram aos capitalistas reduzir os custos no processo de produção. De forma que, esses progressos tecnológicos se tornaram decisivos para elevação da composição orgânica do capital. Esse movimento de variação da composição orgânica do capital está revelado no que Marx denominou como “*Lei Geral de Acumulação Capitalista*”, dos quais temos, como principais desdobramentos desse processo o pauperismo e desemprego massivo revelando a violência explícita da dinâmica desta lei sobre a classe trabalhadora, que perdura até hoje.

De acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o desemprego está relativamente em queda globalmente, mas, as condições de trabalho não melhoraram. Segundo a fonte, em 2018, mais de 3,3 bilhões de pessoas empregadas não possuíam estabilidade econômica, nem melhores oportunidades, e outras 172 milhões não possuíam emprego no ano passado.

Essa taxa de desemprego, que apenas retornou a níveis vistos antes da crise financeira de 2008-2009, não deve mudar este ano ou no próximo, presumindo

---

<sup>1</sup> Marx ao explicar a gênese histórica da produção capitalista entende por violência extra econômica, o poder do Estado para garantir a expropriação dos pequenos produtores rurais, via cercamento dos campos e clareamento dessas terras, assim como, para garantir a exploração das colônias; o tráfico negreiro, as pilhagens e saques. Com base na coerção extra econômica esses mecanismos de violência são utilizados para que o trabalhador se torne dependente do capital. Posteriormente, isso se evidencia, no período de industrialização, quando os trabalhadores começam a se organizar e iniciam as greves - vistas como ameaça ao capital -, os capitalistas apelam mais uma vez à intervenção repressiva do Estado, alicerçado agora no respeito ao contrato de trabalho e ao direito de propriedade consagrados por lei.

condições econômicas globais estáveis. A atual incerteza “já está tendo efeito negativo no mercado de trabalho” nos países de alta e média renda, disse o documento. O relatório ressaltou que “ser um empregado assalariado nem sempre garante padrões de vida decentes”, segundo Damian Grimshaw, diretor de pesquisas da OIT. “Mais de 700 milhões de pessoas estão vivendo na extrema ou moderada pobreza apesar de terem emprego”, declarou. O relatório da OIT mostrou ainda que a pobreza entre trabalhadores caiu nos países de média renda nas últimas três décadas, apesar de as nações mais pobres poderem ver um aumento do número de trabalhadores nessa condição. Isso ocorre porque o ritmo da redução da pobreza não deve acompanhar o crescimento do emprego nessas economias emergentes (ONU BRASIL, 2019).

Tomando como outro exemplo, o caso brasileiro, podemos observar que:

[...] “O contingente de desempregados no Brasil praticamente dobrou desde o início de 2014 até outubro deste ano, de 6,2 milhões para 12 milhões de pessoas. De acordo com dados da Pnad Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas sem ocupação caiu de forma constante até ficar em 6,052 milhões em dezembro de 2013. Foi naquele período que a taxa de desemprego se situou em 6,2%, a menor da série da Pnad, iniciada em 2012. No primeiro trimestre de 2014, o número de desempregados subiu em cerca de 200 mil pessoas e oscilou entre o patamar de 6,25 milhões e 7 milhões até o fim do ano. Nesse período, a taxa de desocupação variou entre 6,5% e 7,2%. Em 2015, o número de desempregados aumentou, começando em 6,76 milhões e terminando em 9,1 milhões, o que levou o nível de desocupação a 9% ao fim do ano. O desemprego bate recorde em 2016, atingindo 12,042 milhões de pessoas no trimestre encerrado em outubro, com taxa de 11,8%. O número é 32,7% maior que em igual período do ano passado - o que significa quase 3 milhões de cidadãos a mais à procura de um emprego em apenas um ano” (CONCEIÇÃO; SALES, 2016).

A partir destes dados, haja visto os efeitos do desemprego, entendemos que a dimensão da violência alcança o sujeito tanto individualmente, quanto coletivamente nas esferas subjetiva e objetiva e nos mais variados grupos sociais. Hoje, a violência é praticada de forma direta ou estrategicamente organizada pela ordem vigente, o que significa dizer que, a violência é elaborada e operacionalizada pelo próprio capitalismo. Se desconsideramos isso, as fragmentações da violência, como por exemplo, o crime organizado advindo do tráfico de drogas, passam a ser explicadas unicamente como problemas de desajustes individuais. Deste modo, a violência no capitalismo, deve ser explicada como um complexo que produz e se reproduz nesta sociabilidade, a partir de condições socio-históricas determinadas.

No capitalismo monopolista, a introdução da gerência científica no processo de trabalho - herdada pelos modelos fordistas e tayloristas que dominou no século XX – resultou em formas de violência advindas da degradação do trabalho, como por exemplo: o trabalho que antes era contratado e regulamentado – resultado da luta operária – é descaracterizado de seu caráter de classe e adquire novas formas como, por exemplo: o trabalhador “empreendedor”, “associado”, “colaborador” etc. Sendo assim, vão se constituindo as mais

diversas formas de violência decorrentes da intensificação da exploração ou auto exploração do trabalho e conseqüentemente, mergulha a classe trabalhadora numa precarização do trabalho, ao mesmo tempo que, o “desemprego crônico” cresce desenfreado em escala global, atingindo enormes contingentes de trabalhadores.

Mészáros analisando outro aspecto desenvolveu a teoria de que o capital não pode hoje sobreviver sem se utilizar da “taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias”, pois o capital se apropria do valor de uso das mercadorias. Uma determinada mercadoria, no modo de produção capitalista, pode ou não ter seu valor de uso realizado sem deixar de ser útil ao capital. Assim, a “tendência decrescente do valor de uso de mercadorias” é intrínseca ao capital, porque permite reduzir o tempo de vida útil das mercadorias, e, conseqüentemente a valorização do capital, onde se realiza o processo de acumulação e subordina o valor de uso das mercadorias por seu valor de troca. Esse processo acentua o fenômeno da violência, pois insere a vida social numa profunda superficialidade e desperdício, ampliando nestas condições, a lógica destrutiva do capital.

No capitalismo monopolista, formas de violência, como: violência familiar; violência institucional; violência sexual, violência psicológica, violência moral, violência doméstica, violência de gênero, violência étnico-racial etc. são agravadas. Atualmente, a violência é um problema social que vem ganhando maior visibilidade, tanto no que se refere ao crescente desdobramento de suas expressões, como por sua interferência na vida cotidiana. Trata-se de um fenômeno real e complexo que assume configurações específicas na sociedade capitalista, as quais tem sido objeto de frequentes intervenções do Estado por meio da coerção, persuasão e repressão<sup>2</sup>.

Um dos mais poderosos instrumentos do Estado, é o complexo militar-industrial, criado a partir das demandas do grande capital na fase monopólica, na qual traz à tona o máximo de sua violência ao estabelecer as guerras. A produção de armas expressa a violência como uma grande potência econômica, cujos efeitos da economia armamentista recaem sobre a sociedade. No Brasil, por exemplo, os índices de homicídios por armas de fogo são alarmantes, de acordo com uma pesquisa realizada, o país ocupa a décima posição num

---

<sup>2</sup> A repressão deixou de ser uma excepcionalidade – vem se tornando um estado de guerra permanente, dirigido aos pobres, aos “desempregados estruturais”, aos “trabalhadores informais”, estado de guerra que se instala progressivamente nos países centrais e nos países periféricos: na lista dos países que atualmente possuem, em termos relativos, a maior quantidade de encarcerados no mundo, os quatro primeiros são os Estados Unidos, a China, a Rússia e o Brasil” (NETTO, 2010).

*ranking* de cem países listados, com uma taxa de homicídio de 20,7% para cada 100 mil habitantes.

Mais ainda, comparado com países tidos como civilizados, o Brasil apresenta taxa: • infinitamente superior à de muitos países que não registraram HAF no ano de referência, como Islândia, Japão, República da Coreia, Luxemburgo, Escócia, Inglaterra e Gales, etc.; • 207 vezes maior que a de países como Polônia, Alemanha, Áustria, Espanha, Dinamarca, dentre outros, que registram 0,1 HAF por 100 mil; • 103 vezes maior que a de Suécia, Noruega, França, Egito ou Cuba, dentre vários outros países com taxas em torno dos 0,2 HAF por 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2016, p. 62).

Outro exemplo é a atual guerra civil na Síria, iniciada em 2011, que com os bombardeios, ataques aéreos e ataques a tiros, de acordo com o jornal *El Pais*, já fez um total de mais de 500 mil pessoas mortas e 5,6 milhões de refugiados. Dessa forma, a ordem do capital oferece o terreno socio-histórico e as condições objetivas para a materialização de todo e qualquer processo violento, e é neste sentido que a violência no percurso da história torna-se o meio, enquanto o poder econômico, o fim.

Atualmente a “crise estrutural” revelada por Mészáros (2002), põe em evidência o fenômeno da violência, ao levar ao máximo o potencial das engrenagens do sistema sociometabólico do capital, tendo em vista que, o sistema de capital por não haver limites para sua expansão, apresenta um caráter incontrolável e destrutivo. Mészáros denomina crise estrutural, porque é uma crise que assume uma forma “endêmica, cumulativa, crônica e permanente. Ela tende a aprofundar-se cada vez mais devendo “[...] reverberar através do planeta, até mesmo nos mais remotos cantos do mundo, afetando cada aspecto da vida, desde as dimensões reprodutivas diretamente materiais às mais mediadas dimensões intelectuais e culturais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 14 et seq., grifos do autor). Assim, quando todas as mediações sociais são postas à mercê da lógica de valorização do capital, as consequências da produção e do consumo supérfluos, trazem à tona problemas como: a degradação do trabalho, desemprego crônico, agravamento das desigualdades sociais e destruição da natureza, num ritmo cada vez mais crescente e devastador.

Portanto, o processo de agravamento da crise estrutural traz no seu interior a violência nas mais variadas dimensões, colocando em pauta dois espectros vitais: ou a destruição global da sociedade, ou a busca por uma alternativa de sociedade que tenha por finalidade um novo modo de produção contrário a lógica destrutiva do capital e que seja humanamente possível.



A partir dessas considerações, o interesse em estudar o tema da violência no capitalismo, foi despertado enquanto pesquisadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, da qual resultou no, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC<sup>3</sup>, intitulado “Bases Materiais da Violência no Modo de Produção Capitalista: seus efeitos sobre a classe trabalhadora”. Naquele momento de pesquisa, foi possível apreender os fundamentos ontológicos do capitalismo, o desenvolvimento da dinâmica capitalista, os efeitos dessa dinâmica sobre a classe trabalhadora no período correspondente ao capitalismo concorrencial, e a funcionalidade da violência neste modo de produção, dando-nos argumentos sólidos de que tal fenômeno vem garantindo a produção e reprodução deste modo de produção tipicamente capitalista.

Deste modo, no decorrer do processo investigativo sobre o tema ora proposto, pretendemos elucidar algumas indagações, que são: Como o sistema do capital produz e reproduz a violência? De que forma atua o Estado em face dessa problemática? Por que as potências econômicas precisam e mantêm o complexo militar-industrial?

Na tentativa de investigar tais questões, realizamos uma pesquisa de natureza bibliográfica, com o objetivo de analisar o fenômeno da violência no capitalismo monopolista, investigando sua função ao longo da história e como a violência se apresenta na dinâmica capitalista em sua fase monopólica. Ao revelar as determinações essenciais existentes no interior da relação de exploração do capital sobre o trabalho, buscamos identificar as consequências desse fenômeno na vida dos indivíduos. Assim, valendo-nos da análise imanente dos textos selecionados, buscamos, apropriar-nos de conhecimento, revelar as entrelinhas destes e através da interpretação alcançar uma investigação mais aprofundada, possibilitando novos argumentos que confirmem verdades já estabelecidas..

Diante disto, esta dissertação está estruturada em três seções: a primeira seção, está dividida em quatro itens: inicialmente, partimos do processo histórico da instituição da propriedade privada e da violência como elemento fundamental neste momento, em seguida, estudamos a violência na transição do feudalismo para o capitalismo, um processo que Marx denominou da “Assim Chamada Acumulação Primitiva” e da qual se constituiu a base do modo de produção capitalista. Posteriormente estudamos, o que Karl Marx intitulou de “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, lei esta, que demonstra a base material da dinâmica capitalista e a violência revelada através da exploração da força de trabalho e da manutenção

---

<sup>3</sup> O TCC em questão foi orientado pela Professora Dr<sup>a</sup> Edlene Pimentel.

de um exército industrial de reserva. Esse processo nos levou ao estudo sobre a “Lei da queda tendencial da taxa de lucro”, em Karl Marx, que evidencia a violência expressa no contínuo aumento da superpopulação relativa e na tendência ao esgotamento do desenvolvimento capitalista.

Dados os citados fundamentos, organizamos a segunda seção em quatro itens: o primeiro, sobre o movimento de concentração e centralização de capital, da qual resultou na formação de grandes monopólios, inaugurando uma nova fase para o modo de produção capitalista. A partir das mudanças econômicas particulares do período, buscamos apreender as expressões da violência sobre a vida social com o advento do “mercado universal”. Em seguida, analisamos a violência expressa na nova gestão do trabalho com a inserção da gerência científica no processo de produção capitalista ao intensificar a extração da mais-valia relativa. E finalmente, apreendemos os efeitos causados pela queda tendencial da taxa de lucro, revelando o agravamento das expressões da violência nas relações de trabalho estabelecidas no capitalismo monopolista.

Por fim, na terceira seção organizada em três itens, estudamos a função social do Estado, evidenciando a violência extra econômica na dinâmica capitalista para produção e reprodução da exploração do trabalho, bem como, seu papel em face das esferas econômicas do capital; posteriormente, analisamos um dos maiores mecanismos de absorção do excedente administrado pelo Estado: o complexo militar-industrial, um mecanismo que mesmo não sendo capaz de produzir valor, é capaz de mobilizar grandes massas de capital por meio das políticas de expansão de capital, e com isso, evidenciamos as diversas formas de violência produzidas por essa estrutura militar. E, no último item, apreendemos a violência como um problema estrutural do sistema sociometabólico do capital, uma vez que, sua produção e reprodução está intrinsecamente relacionada à natureza de classe do Estado, demonstrando as bases estruturais da violência sobre as quais se erguem as relações capitalistas.

Deste modo, a nossa expectativa a partir do estudo e dos resultados alcançados com a realização da pesquisa, é contribuir cientificamente tanto para a construção de uma reflexão crítica sobre o fenômeno da violência, quanto para o debate acadêmico e para a prática dos assistentes sociais, fornecendo-lhes argumentos de uma leitura da realidade no sentido mais fiel possível, apreendendo como a violência expressa e legítima o poder de dominação, opressão e alienação do capital sobre a vida social, isto porque, a violência se configura como

uma das expressões da “Questão Social”<sup>4</sup>, que atinge todas as esferas sociais. E para além disto, nossa pretensão é propor o aprofundamento de nossas análises para estudo futuro, pois, a violência é uma problemática que produz questões complexas e urgentes, se configura como resultado de um sistema inserido numa crise profunda, que estrutura dia após dia a sua própria ruína, trazendo à tona, a emergência de pensarmos numa transformação histórica humanamente viável que rompa com as amarras do capital.

---

<sup>4</sup> O surgimento da denominada “Questão Social” tem suas bases em determinações econômico-sociais e políticas condicionadas pelo intenso desenvolvimento das forças produtivas e acumulação do capital. De acordo com PIMENTEL: “Basicamente, os autores associam a ‘questão social’ ao processo de industrialização capitalista, seus efeitos sobre as condições de pauperização do operariado e sua luta política anticapitalista como ameaça ao sistema instaurado” (2012, p. 14). Deste modo, a Questão Social surge das mazelas decorrentes do grande desenvolvimento das forças produtivas na indústria moderna, cujas consequências, recaem sobre a vida da classe operária, intensificando a exploração do trabalho e deixando vulnerável a condição de trabalho e existência dessa classe.

Para maior aprofundamento do estudo sobre a “Questão Social”, ver PIMENTEL (2012).

## 2. A GÊNESE HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA NO CAPITALISMO

Nesse capítulo buscaremos estudar as bases materiais da violência no processo histórico de constituição da sociedade capitalista. No primeiro momento, fundamentados em Friedrich Engels, procuraremos demonstrar que a violência não se trata de um ato puro de vontade, mas que pressupõe condições para ser exercida, tratando-se, portanto, de um fenômeno na história de desenvolvimento dos seres humanos que serve como meio para que o fim seja a “vantagem econômica”. Estudaremos de que forma as comunidades primitivas perderam suas características dando lugar as classes dominantes cuja violência foi utilizada para exercer relações de dominação e servidão. Por meio da teoria da violência revelada em Engels, pretendemos desvelar os pressupostos essenciais da função da violência na história, refletindo sobre as condições históricas, econômicas e sociais que a fundam. No segundo momento, tendo por base os fundamentos de Marx, retomando ao período de transição da história do capital, intitulado “Acumulação Primitiva” até a consolidação do modo de produção tipicamente capitalista, estudaremos a raiz material da violência revelada na “Lei Geral da Acumulação Capitalista” e na “Lei da queda tendencial da taxa de lucro”, demonstrando de que forma a violência vai se estruturando nesse processo como elemento diretamente relacionado à desigualdade social e às relações sociais.

### 2.1 A função social da violência na história

Na obra de Engels *“O papel da violência na história”* que trata sobre a teoria da violência, o autor demonstra que a violência é determinada historicamente pelo desenvolvimento econômico. Podemos afirmar que a história está marcada pela sujeição do homem pelo homem, que é “arregimentado à força no serviço econômico como escravo ou simples instrumento e que, de resto, só é mantido como mero instrumento” (ENGELS, 1974, p. 07). Enquanto um com seu trabalho, produz mais meios de subsistência, outro se vê obrigado a fornecer meios de subsistência para que o primeiro seja capaz de trabalhar, assim, este foi usado como meio para os fins do segundo, e é aqui que podemos entender que “a violência é ‘o elemento histórico fundamental’ prova que a violência não é mais do que o meio, sendo a vantagem econômica o objetivo” (ENGELS, 1974, p. 07, grifos do autor). Portanto, na medida em que se busca alcançar a vantagem econômica, o objetivo, se torna

mais fundamental que o meio utilizado. As relações econômicas entre dois homens se sobrepõem ao uso primeiro da violência, é o que se pode observar nas relações de dominação e servidão, verificados até hoje na história.

Quando tratamos sobre as classes sociais fundamentais: classe dominante e classe explorada, podemos entender que a opressão sempre foi o meio para fins econômicos. Esta relação se deu porque a classe dominante dispunha dos utensílios e dos objetos necessários ao trabalho dominado e dos meios para manter as condições de dominação. Por exemplo, para que o modo de produção escravista fosse possível foi necessário que a sociedade houvesse atingido um determinado nível de produção e certo nível de desigualdade. Conforme Engels: “para que o trabalho servil se torne o modo de produção dominante de toda uma sociedade, é necessário um incremento ainda muito mais considerável da produção, do comércio e da acumulação de riqueza” (1974, p. 08). Condições estas, que não se faziam presentes nas comunidades primitivas, mas à medida que se concentrava propriedade fundiária nas mãos de poucos proprietários, a população camponesa foi sendo substituída por uma população de escravos. Assim, a violência, a arte, o artesanato e o comércio ao atingir certo grau elevado de desenvolvimento foram tornando possível um número cada vez maior de escravos. Como revela Engels:

A sujeição do homem a um trabalho de escravo, sob todas as suas formas, pressupõe naquele que submete a disposição dos meios de trabalho sem os quais não poderia utilizar o homem subjugado e ainda, na escravatura, a disposição dos meios de subsistência sem os quais não poderia manter vivo e escravo. Desde logo, portanto, em todos os casos, a posse de uma certa fortuna que ultrapasse a média. E como surgiu esta? É evidente que pode sempre ter sido roubado, isto é, ter por base a *violência*, mas não é de modo algum necessário que assim seja. Pode ter sido adquirida pelo trabalho, pelo roubo, pelo comércio, pela vigarice (ENGELS, 1974, p. 09, grifos do autor).

Deste modo, quaisquer que sejam os meios para que um homem alcance fortuna e posse, foi antes de tudo, antes mesmo uso da violência, ganho à custa de trabalho. Portanto, a propriedade privada não surge de modo algum no processo histórico como resultado puro de roubo e violência. Sua gênese histórica se dá nas antigas comunidades dos povos civilizados, e está relacionada ao fato dos produtos serem utilizados com a finalidade de troca e não de uso para sobrevivência. Como explica Engels, a propriedade privada:

Evolui primeiro para a troca com os estrangeiros, até vir a tomar a forma de mercadoria. Quanto mais os produtos da comunidade tomam a forma de mercadoria – isto é, quanto menos se produz para uso próprio do produtor e mais eles são produzidos com o objetivo de troca –, quanto mais a troca, mesmo no seio da comunidade, suplanta a primitiva divisão natural do trabalho, quanto mais desigual se torna o estado de fortuna dos diversos membros da comunidade, tanto mais profundamente minada é a velha comunidade de propriedade fundiária, e mais

rapidamente se encaminha a comunidade para a sua dissolução numa aldeia de camponeses parcelares (ENGELS, 1974, p. 10).

É neste processo que origina a propriedade privada. Na medida em que vai se destruindo progressivamente a indústria doméstica natural pela concorrência de uma grande indústria, é que ela vai se desenvolvendo e se complexificando.<sup>5</sup> Anteriormente a troca de produtos era ocasional e acontecia no seio das próprias tribos, porém com o desenvolvimento das tribos pastoras as trocas passaram a ser entre diferentes tribos consolidando o comércio de caráter regular. Como explica Engels,

[...] são os camponeses que estão interessados em que a propriedade privada dos campos substitua a propriedade coletiva. Mesmo a formação e uma aristocracia primitiva, com base na propriedade comum do solo, tal como as verificou entre os Celtas, entre os Germanos e no Pendjab, de modo algum assenta em primeira mão na violência, mas sim no livre consentimento e costume (ENGELS, 1974, p. 10).

Percebemos com isto, que a propriedade privada se constituiu em consequência das modificações das relações de produção e de troca, utilizada para incrementar a produção e desenvolver o comércio. Nesse momento, a violência não tem função alguma, pois para que haja roubo/ usurpação/expropriação é necessário que haja a instituição da propriedade privada. Assim, “se é certo que a violência pode deslocar a posse, ela não pode engendrar a propriedade privada como tal” (ENGELS, 1974, p. 10), o que significa dizer que a origem da propriedade privada não é decorrente da violência, suas causas são econômicas, a violência é o meio para sua manutenção. Marx revela que em certo grau de desenvolvimento, a produção mercantil se transforma em produção capitalista, mas quando esse grau é alcançado,

[...] a lei da apropriação ou lei da propriedade privada, baseada na produção de mercadorias e na circulação de mercadorias, evidentemente se converte mediante sua própria dialética interna, inevitável, em seu contrário direto. O intercâmbio de equivalentes, que apareceu como a operação original, se torceu de tal modo que se troca apenas na aparência, pois, primeiro, a parte do capital que se troca por força de trabalho nada mais é que uma parte do produto de trabalho alheio, apropriado sem equivalente, e segundo, ela não somente é repostada por seu produtor, o trabalhador, como este tem de repô-la com novo excedente. A relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador torna-se, portanto, apenas mera aparência pertencente ao processo de circulação, mera forma, que é alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo é que o capitalista sempre troque parte do trabalho alheio já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um quantum maior de trabalho vivo alheio. Originalmente, o direito de propriedade apareceu-nos fundado sobre o

---

<sup>5</sup> Engels revela que: “Certas tribos mais adiantadas – os árias e os semitas, e talvez os turanianos – fizeram da domesticação e da criação do gado a sua principal ocupação [...] Essa foi a *primeira grande divisão do trabalho*. Essas tribos pastoris não só produziam víveres em maior quantidade como também em maior variedade do que o resto dos bárbaros. Tinham sobre eles a vantagem de possuir mais leite, laticínios carnes; além disso, dispunham de peles, lãs, couros de cabra, fios e tecidos, cuja quantidade aumentava à medida que aumentava a massa das matérias-primas. Isso tornou possível pela primeira vez, o intercâmbio regular de produtos” (ENGELS, 2012, p. 201, grifos do autor).

próprio trabalho. Pelo menos tinha de valer essa suposição, já que somente se defrontam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o meio de apropriação de mercadoria alheia, porém é apenas a alienação da própria mercadoria e esta pode ser produzida apenas mediante trabalho. A propriedade aparece agora, do lado do capitalista, como direito de apropriar-se de trabalho alheio não-pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A separação entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, se originava em sua identidade (MARX, 1996, p. 217).

Com isso, Marx explica o fundamento da propriedade privada na produção capitalista<sup>6</sup>, nos mostrando que mesmo que se exclua quaisquer manifestações de violência, a propriedade privada está fundada no trabalho pessoal do possuidor. No modo de produção capitalista esse trabalho pessoal é capturado para desenvolver a propriedade privada, uma vez que, se tem a monopolização dos meios de produção e de subsistência em mãos de uma classe pouco numerosa, reduzindo outra classe ao nível de proletários não possuidores. Portanto: “Todo processo se explica por causas puramente econômicas, sem que uma vez só tenha sido necessário recorrer ao roubo, à violência, ao Estado ou a qualquer ingerência política” (ENGELS, 1974, p. 12). Desse modo, entendemos que se uma interpretação busca explicar a propriedade fundada na violência, acaba resultando numa incompreensão da história do desenvolvimento da burguesia.

Em sua luta contra a nobreza feudal, a burguesia moderna foi conquistando progressivamente posições de poder, e conseguiu se apoderar do poder dos países mais evoluídos<sup>7</sup> por uma transformação do “estado econômico”. Esse “estado econômico” diz respeito às relações de produção, num momento em que dadas condições de desenvolvimento das forças produtivas e dada forma histórica das relações sociais, os indivíduos passaram a produzir objetos cuja finalidade estava voltada para distribuição, troca e consumo, elementos que ao se relacionarem constituíram o “momento da produção”. Na percepção de Marx, para sermos mais específicos, se constitui no “momento predominante”. A esse respeito pontua Marx:

Com isso, nada mais simples para um hegeliano do que pôr a produção e o consumo como idênticos. E isso aconteceu não só com socialistas beletristas, mas igualmente

---

<sup>6</sup> De acordo com Marx: “Por mais que o modo de apropriação capitalista pareça ofender as leis originais da produção de mercadorias, ele não se origina de maneira alguma da violação, mas ao contrário, da aplicação dessas leis. (MARX, 1996, p. 217 et seq.).

<sup>7</sup> Conforme Engels: “Ordem oprimida, a princípio tributária da nobreza feudal reinante, recrutada entre os servos de todas as categorias, foi numa luta sem tréguas com a nobreza que a burguesia foi progressivamente conquistando as posições de poder, acabando finalmente por, na vez dela, se apoderar do poder nos países mais evoluídos; em França, derrubando diretamente a nobreza; em Inglaterra, aburguesando-a cada vez mais e incorporando-a para fazer nela o seu coroamento decorativo” (ENGELS, 1974, p. 12).

com economistas prosaicos como Say, por exemplo; na forma segundo a qual, quando se considera um povo, sua produção é seu consumo. Ou também a humanidade *in abstracto*. Storch demonstrou o erro de Say, uma vez que um povo, por exemplo, não simplesmente consome o seu produto, mas cria também meios de produção, capital fixo etc. Considerar a sociedade como um único sujeito é, além disso, considerá-la falsamente, especulativamente. No caso de um sujeito, produção e consumo aparecem como momentos de um ato. O importante aqui é apenas destacar que, se produção e consumo são considerados como atividades de um sujeito ou de muitos indivíduos, ambos aparecem em todo caso como momentos de um processo no qual a produção é o ponto de partida efetivo, e, por isso, também o momento predominante [*übergreifende Moment*]. O próprio consumo, como carência vital, como necessidade, é um momento interno da atividade produtiva. Mas esta última é o ponto de partida da realização e, por essa razão, também seu momento predominante, o ato em que todo o processo transcorre novamente. O indivíduo produz um objeto e retorna a si ao consumi-lo, mas como indivíduo produtivo e que se autorreproduz. O consumo aparece, assim, como momento da produção (MARX, 2011, p. 49, grifos do autor).

Desta forma, Marx (2011) nos explica a forma social como os indivíduos se organizavam tendo em vista a produção. A produção aparece como momento predominante em face ao consumo e distribuição de mercadorias. Estes apesar de serem elementos constituintes deste processo, foram momentos internos da produção, já que “todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade” (MARX, 2011, p. 74). Assim, distribuição, troca e consumo constituíram momentos internos da produção e só a partir dela poderão ser entendidas. É neste sentido, que a economia se transformou em novos complexos originados por este “estado econômico”, se constituindo como base material das leis econômicas gerais que determinaram a reprodução da vida social e as atividades humanas estabelecidas no modo de produção capitalista. Apreendido isto, retomemos o período histórico do desenvolvimento da burguesia. Engels explica que:

A luta da burguesia contra a nobreza feudal é a luta da cidade contra o campo, da indústria contra economia natural diária, da economia monetária contra a economia natural e as armas dos burgueses nesta luta foram os seus meios de poder *econômico* em contínuo crescendo pelo desenvolvimento da indústria (que, de artesanal a princípio, progrediu até à manufatura) e pela extensão do comércio (ENGELS, 1974, p. 12, grifos do autor)<sup>8</sup>.

Entretanto, em toda sua produção, a burguesia continuava prisioneira das formas políticas feudais<sup>9</sup>, a manufatura e até o artesanato encontravam entraves nos privilégios corporativos e as barreiras alfandegárias desde as locais às provinciais, esses entraves só se

<sup>8</sup> Mézáros intitula essa indústria bélica de “complexo militar-industrial”. Aprofundaremos o estudo sobre o citado complexo, na Seção 3 desta Dissertação.

<sup>9</sup> Engels nos diz que: “Do ponto de vista político, a nobreza era tudo e a burguesia, nada; do ponto de vista social, o burguês era agora a classe mais importante do Estado, enquanto a nobreza via escaparem-se-lhe todas as suas funções sociais e mais não fazia do que receber, sob a forma dos seus rendimentos, a remuneração dessas funções desaparecidas” (ENGELS, 1974, p. 13).



deram por acabados com a revolução burguesa. A burguesia desenvolveu-se criando condições políticas, em que o novo estado econômico pôde subsistir e se desenvolver, numa superestrutura jurídica e política feita por ela. Notamos que, neste momento, a burguesia não utilizou da violência, mas de uma maneira puramente econômica ela realizou uma revolução na sua posição e na criação de uma nova classe: o proletariado moderno. Diante da consolidação burguesa, a violência foi utilizada pelos burgueses para salvar a catástrofe de seu estado econômico, acreditando que por meio das armas, seriam capazes de livrar o mundo dos efeitos da máquina a vapor e do desenvolvimento da maquinaria, do comércio mundial, e do desenvolvimento do sistema creditício.

Contudo, para entendermos melhor a violência no modo de produção capitalista, é necessário que voltemos à questão da subjugação de um homem por outro homem. Para que um homem seja obrigado a ser dominado por outrem, são necessários determinados instrumentos: as armas, o uso direto da força e o aparato estatal – revelando assim, que o uso da violência não se trata simplesmente ser um ato de vontade. Como explica Engels,

[...] antes exige para o seu uso condições prévias muito reais, particularmente *instrumentos*, dos quais o mais perfeito vence o menos perfeito; compreenderá além disso, que esses instrumentos têm de ser produzidos, o que significa também que o produtor dos instrumentos de violência mais perfeitos ( em termos grosseiros: de armas) vence o produtor dos menos perfeitos - numa palavra, que a vitória da violência assenta na produção de armas, e esta, por sua vez, na produção em geral, logo ... no ‘poder econômico’, no ‘estado econômico’, nos meios *materiais* que estão ao dispor da violência (ENGELS, 1974, p. 15, grifos do autor).

Para que esses instrumentos de armamento fossem utilizados, surgiram instituições como o exército e a marinha de guerra, que para serem mantidas, necessitaram de muito dinheiro em movimento, já que a violência por si só não é capaz de fazer, quando muito ela consegue saquear o que já está feito, mas isso não produz riqueza. Antes, o dinheiro tem que ser fornecido por meio da produção econômica: “a violência, uma vez mais é, portanto, determinada pelo estado econômico, que lhe fornece os meios de se armar e de se conservar as suas armas” (ENGELS, 1974, p. 15). Neste sentido, o exército e a marinha necessitam de condições econômicas determinadas para se manterem. Como afirma Engels: “Armamento, composição, organização, tática e estratégia dependem, antes de mais nada, do nível atingido em cada caso pela produção, bem como pelas comunicações” (*ibid*). Foram a invenção de

armas melhores e a transformação do homem em soldado, que possibilitaram a burguesia ascender como classe dominante<sup>10</sup>.

Entretanto o desenvolvimento das armas de fogo com a introdução da pólvora, não foi um ato puro de violência, mas primeiramente um avanço industrial, logo, econômico. Tal cenário não só revolucionou a condução das guerras, mas modificou as relações políticas existentes, bem como as relações de dominação e sujeição. Engels explica que:

Para ter pólvora e armas de fogo, era preciso indústria e dinheiro - e uma a outra coisa pertenciam aos burgueses das cidades. Por isso foram as armas de fogo desde o início as armas das cidades e da monarquia ascendente (apoiada nas cidades) contra a nobreza feudal. As muralhas até aí inexpugnáveis dos castelos dos nobres tombaram sob os tiros dos canhões dos burgueses; as balas dos arcabuzes burgueses trespassaram as armaduras da cavalaria (ENGELS, 1974, p. 16).

Vemos assim, que a burguesia economicamente detentora da indústria bélica por meio do comércio desenvolvido das armas, pode sobrepor seu poder sobre a nobreza feudal. Portanto, com o desenvolvimento da burguesia, o desenvolvimento de armas, artilharia, de forma geral dos ofícios de guerra, foram decisivos nesse contexto<sup>11</sup>. O progresso da sofisticação das armas e do batalhão se aperfeiçoou de tal maneira que nenhum outro progresso teve uma influência tão radical no percurso da história, forçando os Estados continentais a introduzir o sistema do exército. Como explica Engels:

O exército tornou-se o fim principal do Estado, um fim em si: os povos só existem para fornecer soldados e os alimentar. O militarismo domina e devora a Europa. Mas esse militarismo traz também em si o germe da sua própria ruína. A concorrência dos diversos Estados entre si, obriga-os, por um lado, a gastar mais dinheiro todos os anos com o exército, a armada, os canhões, etc., acelerando cada vez mais a sério o serviço militar obrigatório e, ao fim e ao cabo, a familiarizar todo o povo com o manejo das armas, tornando-o capaz de, em determinada altura, fazer triunfar a sua vontade face à majestade do comando militar (ENGELS, 1974, p. 20).

Diante disto, entendemos que a organização e o método de combate dos exércitos, dependeram de condições materiais para existir, de condições econômicas, de material humano e material de armamento. Só nas configurações da Revolução Francesa “que emancipou economicamente os burgueses e em particular os camponeses, é que podia descobrir os exércitos de massas” (ENGELS, 1974, p. 21), superando velhas linhas rígidas do

<sup>10</sup> Engels, em sua Obra “*O papel da violência na história*” (1974), faz um resgate histórico minucioso sobre a evolução das tropas de combate e das armas. O autor revela que foi nos começos do século XVI que surge a pólvora de canhão, invenção que revolucionou toda a condução da guerra.

<sup>11</sup> Engels chama a atenção de que esse processo de desenvolvimento foi lento, tanto pela dificuldade de se produzir armas mais portáteis que toda infantaria pudesse levar, como pelo escasso recrutamento de homens, uma vez que seu contingente era composto por uma maioria de mercenários ou inimigos prisioneiros de guerra. Sobre esse aspecto, ver obra de Engels (1974).

militarismo do absolutismo<sup>12</sup>. A condução da guerra dependeu diretamente das condições e dos meios do poder econômico, o que significa dizer que, a violência é uma aliada para que determinado poder alcance vitória sobre outro poder. É no período intitulado por Marx como “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”<sup>13</sup>, que corresponde ao período de transição do feudalismo para o capitalismo, é que “a grande propriedade fundiária começou a participar em grande escala no desbravar de terras incultas e de pastagens, e de preferência roubando os terrenos comunais dos camponeses” (ENGELS, 1974, p. 28 et seq.), e o fez pelo abuso da violência ao usurpar e expulsar os camponeses de suas terras.

Assim, entendemos que o poder econômico é o elemento primitivo da violência, pois é a economia quem comanda os meios de produção da indústria. A violência expressa nas guerras, não é de forma alguma, imediata, ela aparece como uma estratégia de mediação do poder econômico para expandir seu desenvolvimento.

À medida que, as forças produtivas foram se desenvolvendo, as comunidades naturais passaram a criar interesses que ora apresentavam aspectos em comum, e ora apresentavam aspectos antagônicos. Neste sentido, quando as forças da produção aumentaram, foi dando origem a uma nova divisão do trabalho, criando órgãos que protegeram e defenderam os respectivos interesses das comunidades que passaram a ter conflitos entre seus grupos. Para Engels: “A divisão natural do trabalho no seio da família agrícola permitiu, alcançado um certo nível de bem-estar, introduzir uma ou várias forças de trabalho estranhas” (ENGELS, 1974, p. 32). Assim, a produção foi se desenvolvendo de tal maneira que a força de trabalho humana foi capaz de produzir mais do que o necessário para sobrevivência. Agora “existiam os meios para manter mais força de trabalho; existiam igualmente os meios para manter de ocupá-las; a força de trabalho adquiriu um *valor*” (ENGELS, 1974, p. 32, grifos do autor). Por outro lado, a comunidade não era capaz de oferecer força de trabalho excedentária. Com isto, evidenciamos nesse processo o papel das guerras entre as comunidades, uma vez que, os

---

<sup>12</sup> O Absolutismo foi uma forma de governo cujo poder da nação estava concentrado nas mãos de um monarca, foi instaurado diante das demandas emergentes da nobreza feudal e da burguesia nascente. Esta forma de organização dos Estados absolutos europeus data desde o fim da idade média, com a formação de limites e fronteiras e se intensifica, principalmente, com o surgimento do mercantilismo. Nesse período, as relações sociais foram marcadas por características feudais e por traços embrionários das relações burguesas que estavam vindo à tona. O absolutismo foi uma estratégia de dominação feudal, cujo modo de produção já apresentava sintomas de crise, tinha o objetivo de imobilizar as massas camponesas diante dos conflitos e manter a ordem habitual do sistema feudal. É com o fim da nobreza feudal, diante da revolução burguesa e do nascimento do Estado Moderno que desaparece o Estado Absoluto. Sobre esse aspecto, ver obra de Perry Anderson (2004).

<sup>13</sup> Sobre o capítulo XXIV, que diz respeito a “A Chamada Acumulação Primitiva” da obra de Marx (1996), veremos no próximo item desta Seção.

prisioneiros de guerra foram utilizados para extrair deles, trabalho ao invés de simplesmente serem abatidos, esses prisioneiros passaram a ter um *valor*. Na percepção de Engels:

É assim que a violência em vez de dominar a situação econômica, foi, pelo contrário, posta à força ao serviço da situação econômica. Rapidamente se tornou a forma dominante da produção em todos os povos cujo desenvolvimento ultrapassava a velha comunidade, mas também, ao fim e ao cabo, se tornou uma das causas principais de sua decadência [...] Só a escravatura tornou possível numa escala suficientemente grande a divisão entre a agricultura e a indústria (ENGELS, 1974, p. 32).

Podemos apreender com isto, que a função desempenhada pela violência na história tem a ver com a evolução econômica, sua função social tem primeiro, aspecto econômico de caráter social, transformando comunidades primitivas em produtores privados, e segundo, após alcançar sua independência de “servidora para senhora” (ENGELS, 1974, p. 35), a violência caminha para duas direções: ou segue a direção da evolução econômica normal, em que na ausência de conflito entre o desenvolvimento econômico e a evolução econômica, essa evolução é acelerada; ou a violência age contra a evolução econômica<sup>14</sup>, e por fim acaba sucumbindo ao desenvolvimento econômico, forçando o dominador a adaptar-se ao estado econômico. Deste modo, entendemos que a violência não se trata de um fenômeno natural ou um mal absoluto, mas de um instrumento que pode desempenhar uma função revolucionária nos modos de produção. Como revelou Marx “A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica” (MARX, 1996, p. 370), portanto, trata-se de um instrumento capaz de derrubar os regimes de exploração econômica. Como podemos constatar, no processo de transição do feudalismo para o capitalismo, na qual todos os métodos “Utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e para abreviar a transição” (MARX, 1996, p. 370), configurando assim, a violência como instrumento para constituição de um novo poder econômico. Diante disto, no próximo item aprofundaremos o estudo acerca dos instrumentos violentos que foram utilizados como alavanca para a acumulação capitalista no período correspondente a história pré-capitalista, a intitulada “Assim Chamada Acumulação Primitiva”.

---

<sup>14</sup> Engels nos explica que: “Essas poucas exceções são casos isolados de conquistas, em que os conquistadores mais bárbaros, exterminaram ou expulsaram a população de uma região e devastaram ou deixaram perder as forças produtivas a que não sabiam o que fazer” (ENGELS, 1974, p. 35).

## 2.2 A violência no processo de transição do feudalismo para o capitalismo<sup>15</sup>

No item anterior entendemos de que forma a propriedade privada foi se constituindo no processo histórico e o desenvolvimento da burguesia. Expusemos como a violência aparece inicialmente como produto das sociedades de classe e regida pela contradição das relações sociais capitalistas. O modo de produção capitalista, pressupõe para sua acumulação a existência da mais-valia e massas relativamente grande de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. Entretanto, para que isso fosse possível, foi necessária uma ‘Acumulação Primitiva’ que precede a acumulação capitalista: “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (MARX, 1996, p. 339). Como sabemos, a defesa da propriedade privada possibilitou a concentração de riqueza nas mãos de poucos, resultando numa pobreza massiva daqueles que não tinham nada para oferecer, senão sua própria força de trabalho. O fenômeno da violência se revela nos marcos históricos da defesa do direito sagrado da propriedade privada. Em Marx (1996) a violência se constitui num mecanismo de conquista e subjugação de um poder para legitimar-se sobre outro por meio do trabalho e do direito. Portanto, a violência é utilizada de forma naturalizada servindo como meio de enriquecimento. Para Marx:

Na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência, desempenham o principal papel. Na suave Economia Política reinou deste sempre o idílio. Desde o início, o direito e o ‘trabalho’ têm sido os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se de cada vez, naturalmente, ‘este ano’. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva são, tudo, menos idílicos (MARX, 1996, p. 340).

Portanto, as condições históricas da “Acumulação Primitiva” têm por base o uso direto da violência. É importante ressaltar que, anteriormente, o dinheiro, a mercadoria, meios de produção e meios de subsistência necessitaram ser transformados em capital. Para tanto, estas transformações precisaram ser realizadas sobre determinadas circunstâncias, quais sejam; a existência de duas espécies distintas de possuidores de mercadorias que se defrontam entre si e se relacionam. Vejamos em Marx como isso se expressa:

[...] de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres

<sup>15</sup> Elaboramos os itens 1.2 e 1.3 desta Seção, a partir da pesquisa realizada no nosso Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, intitulado “As bases materiais da violência no modo de produção capitalista: seus efeitos sobre a classe trabalhadora”, dando continuidade ao processo de investigação, aprofundando o estudo.

no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista (MARX, 1996, p. 340).

Diante disto, podemos entender que a relação entre capital e trabalho tem por base a separação do camponês livre de seus meios de produção. A partir do momento em que o capitalismo vai tomando forma, essa separação não só se conserva como se reproduz em escala sempre crescente. Por um lado, os trabalhadores que produziam seus meios de subsistência, estão separados das condições de seu trabalho, das quais meios de subsistência e capital são convertidos em capital; e agora, estes mesmos trabalhadores são transformados em trabalhadores assalariados. Conforme Marx: “A assim chamada acumulação primitiva, é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (MARX, 1996, p. 340), constituindo a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.

As condições econômicas da estrutura da sociedade capitalista tiveram sua origem no declínio do modo de produção feudalista. Marx (1996) explica que, a constituição do sistema capitalista só foi possível devido a desintegração do sistema feudal. O produtor direto, passou a ser trabalhador assalariado devido à sua desvinculação com a gleba e sua condição de servo, remetendo à uma livre venda da força de trabalho onde se fizesse necessário. Este camponês, foi convertido num trabalhador livre vendedor de sua força de trabalho, que sujeita sua mercadoria onde houver mercado para ela. Além disto, esse trabalhador deveria estar desvinculado das corporações. Como afirma Marx:

Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 1996, p. 341).

Entretanto, Marx (1996) explica que, essa liberdade do trabalhador assalariado, remete-nos à uma libertação de cunho obrigatório, pois eles passaram a vender a única mercadoria da qual dispunham, porque lhes foram roubadas violentamente pelas instituições feudais suas garantias de existência e meios de produção. Nestas condições, os capitalistas industriais, os novos donos da riqueza tiveram de destituir não só os mestres-artesãos das corporativas, bem como, os senhores feudais que tinham em seu poder as fontes de riqueza. Para alcançar êxito, os novos capitalistas usaram os meios mais vis, alcançando uma luta

vitória sobre o poder feudal, tendo por finalidade a expansão do desenvolvimento da produção e a livre exploração da força de trabalho. O ponto de partida que fez surgir tanto o trabalhador assalariado, como o capitalista, foi primeiramente o caráter de servidão do trabalhador. Os prelúdios do modo de produção capitalista, datam dos séculos XIV e XV, vindo a instituir-se no século XVI, neste período a exploração feudal foi gradualmente convertida em exploração capitalista. Afirma Marx:

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em seqüência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica (MARX, 1996, p. 341 et seq.).

Assim, a história pré-capitalista teve por particularidade revolucionamentos que mudaram a forma da produção, lançando neste processo uma gama de “trabalhadores livres como os pássaros”, requisito fundamental para alavancar o modo de produção capitalista e consolidá-lo. Na Inglaterra, por volta do século XIV, a servidão já havia desaparecido, assim, os camponeses estavam livres e economicamente autônomos. Como revela Marx:

Nos domínios senhoriais maiores o *bailiff*, outrora ele mesmo servo, foi desalojado pelo arrendatário livre. Os trabalhadores assalariados da agricultura consistiam, em parte, em camponeses, que aproveitavam seu tempo de lazer trabalhando para os grandes proprietários, em parte numa classe independente, relativa e absolutamente pouco numerosa, de trabalhadores assalariados propriamente ditos. Também estes eram, ao mesmo tempo, de fato camponeses economicamente autônomos, pois recebiam, além de seu salário, um terreno arável de 4 ou mais acres além do *cottage*. Além disso, junto com os camponeses propriamente ditos, gozavam o usufruto das terras comunais, em que pastava seu gado e que lhes forneciam ao mesmo tempo combustíveis, como lenha, turfa etc. (MARX, 1996, p. 342, grifos do autor).

Diante disto, podemos entender que, a produção feudal tinha por característica a partilha do solo entre o maior número de servos. O poder de um senhor feudal não correspondia no montante de sua renda, mas na quantidade de súditos que tinha para ocupar suas terras. Por outro lado, essa forma de organização social começou a entrar em crise com o desenvolvimento das cidades no século XV. Neste sentido, o final do século XV e o início do século XVI, marcam o prelúdio do revolucionamento que deu origem ao modo de produção capitalista: a constituição de uma massa de proletários livres lançada no mercado de trabalho devido a dissolução dos séquitos feudais. Essa dissolução se deu pelo próprio desenvolvimento burguês.

Embora o poder real, ele mesmo um produto do desenvolvimento burguês, em sua luta pela soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses

séquitos, ele não foi, de modo algum, sua única causa. Foi muito mais, em oposição mais teimosa à realeza e ao Parlamento, o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpação de sua terra comunal (MARX, 1996, p. 343).

Assim, vemos que, o poder real auxiliou o processo de dissolução dos séquitos, utilizando da violência para expulsar os camponeses da terra em que produziam, e, portanto, por meio da usurpação da terra comunal deu base ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. De forma mais precisa, esse impulso se deu na Inglaterra com o florescimento da manufatura flamenga de lã, cujo preço, em consequência, estava em alta. A velha nobreza feudal foi destituída pelas guerras feudais, dando lugar a uma nova nobreza da qual o dinheiro era “o poder dos poderes”. Nesta empreitada, a pastagem de ovelhas foi um fator decisivo, seja demolindo violentamente ou entregando às ruínas, as habitações dos camponeses.

Entretanto, a expropriação violenta das terras comunais ainda não era condição suficiente para o apetite do sistema capitalista que estava nascendo, era preciso que os trabalhadores de aluguel e seus meios de trabalho fossem transformados em capital. Assim, o processo de expropriação ganha novo impulso no século XVI, com a Reforma Protestante, e como resultado dela, o roubo extraordinário dos bens da Igreja, uma vez que a Igreja era a maior proprietária feudal da base fundiária inglesa. Vejamos em Marx:

A supressão dos conventos etc. lançou seus moradores na proletarização. Os próprios bens da Igreja foram, em grande parte, dados a rapaces favoritos reais ou vendidos por um preço irrisório a arrendatários ou a habitantes das cidades especuladoras, que expulsaram em massa os antigos súditos hereditários, juntando suas explorações. A propriedade legalmente garantida a camponeses empobrecidos de uma parte dos dízimos da Igreja foi tacitamente confiscada. *Pauper ubique jacet*, exclamou a rainha Elisabeth após uma viagem através da Inglaterra. No 43º ano de seu reinado, foi forçado finalmente o reconhecimento oficial do pauperismo, mediante a introdução do imposto para os pobres (MARX, 1996, p. 346, grifos de autor).

Deste modo, caía por terra a propriedade da Igreja que sustentava as antigas relações feudais de propriedade. Aniquilados os últimos vestígios de terra comunal e já sob a restauração dos *Stuarts*, os proprietários fundiários instituíram de forma legalizada a usurpação das terras. A constituição do solo feudal foi abolida, e era dever do Estado as obrigações desta abolição, da qual recebia indenizações sob forma de impostos advindos do campesinato e do resto do povo. Foi assim que o Estado reivindicou a moderna propriedade privada de bens e outorgou leis de assentamento sobre os camponeses ingleses.

A Revolução Gloriosa, marco deste período, possibilitou aos extratores de mais-valia fundiária e capitalistas o poder, e o fizeram por meio do roubo colossal dos domínios do



Estado: “Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, mediante usurpação direta, anexadas a propriedades privadas” (MARX, 1996, p. 348). Sendo assim, a apropriação das terras do Estado aliada ao roubo da Igreja, formam os princípios da origem da oligarquia inglesa. Os capitalistas burgueses facilitaram esse processo visando principalmente transformar a base fundiária em puro comércio e expandir a exploração da área agrícola e multiplicar a oferta de trabalhadores originários do campo. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada da nova bancocracia e da alta finança que crescia dos grandes manufatureiros, portanto, apoiavam-se mutuamente por meio de tarifas protecionistas. Nestes termos, o progresso que se apresenta no século XVIII,

[...] consiste em a própria lei se tornar agora veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários empreguem paralelamente também seus pequenos e independentes métodos privados. A forma parlamentar do roubo é a das *Bills for Inclosures of Commons* (leis para o cercamento da terra comunal), em outras palavras, decretos pelos quais os senhores fundiários fazem presente a si mesmos da terra do povo, como propriedade privada, decretos de expropriação do povo (MARX, 1996, p. 348 et seq., grifos do autor).

Diante disto, vemos como no processo de transição a legislação e a violência se aliaram para alcançar o objetivo da dominação e expansão capitalista. Por meio das leis de cercamento, a propriedade comunal é usurpada e transformada em propriedade privada dos grandes proprietários fundiários. Foi este roubo sistematicamente executado da propriedade comunal que possibilitou o inchaço dos grandes arrendamentos, agora já intitulados arrendamentos de capital, tendo como resultado disto, a liberação de trabalhadores para a indústria.

Já no século XIX não havia mais sequer algum resquício de ligação entre lavoura e propriedade comunal. Esse processo de expropriação se encerra com a chamada *Clearing of Estates*, que consistia em limpar a terra comunal de seres humanos, de modo que nem sequer os trabalhadores podiam habitar as terras que lavravam. Foi na Escócia que o processo de clareamento teve um caráter sistemático de grande escala, utilizaram o uso de violência direta para expulsar os camponeses de suas terras. “O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna” (MARX, 1996, p. 355), expressam os métodos violentos característicos da Acumulação Primitiva.

No entender de Bento (2016), o fenômeno da violência deu as condições para que o modo de produção capitalista encontrasse as bases para sua consolidação. A violenta usurpação e expropriação das terras amparadas pelo aparato legal das leis de cercamento e

clareamento, aceleraram a transição do modo de produção feudalista para o modo de produção capitalista, configurando o prelúdio do capitalismo maduro. Milhares de camponeses expulsos foram lançados às cidades em busca de trabalho para garantir sua sobrevivência. Entretanto, esses milhares de braços supérfluos que não conseguiam se inserir no novo mercado seriam combatidos sob o regime da ferrenha Legislação Sanguinária, revelando outra forma de violência no processo de transição, ao instituir os parâmetros dessa “legislação sanguinária” sobre os trabalhadores. Vejamos em Marx:

Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como os pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Dai ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como criminosos “voluntários” e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam (MARX, 1996, p. 356, grifos do autor).

Diante disto, essa legislação sanguinária consistia em punir os expropriados que não conseguissem vender sua força de trabalho. A legislação sanguinária teve início na Inglaterra sob o reinado de Henrique VIII, mas espalhou-se por toda a Europa. A punição tinha por característica uma série de barbáries contra o trabalhador que fosse pego em vagabundagem, desde o espancamento, a orelhas cortadas, tortura, queimaduras com ferro e brasa, prisão e execução dos esmoleiros. Para Marx:

Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura (MARX, 1996, p. 356).

Deste modo, vemos como a violência foi utilizada, pois não bastava a condição de trabalhador “livre como um pássaro” que nada tem para vender senão sua força de trabalho, a acumulação capitalista necessitava obrigar este contingente a vender sua força de trabalho voluntariamente ou cair nas mãos da ferrenha legislação sanguinária. Por outro lado, Marx explica que:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação

mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a dura coação das condições econômicas pela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Violência extra econômica direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada. Outro era o caso durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva (MARX, 1996, p. 358 et seq.).

No modo de produção especificamente capitalista não bastava que os antigos camponeses tivessem que lidar com a violência da disciplina sanguinária, e outros tivessem de vender voluntariamente e forçosamente sua força de trabalho para sobreviver. A organização do processo capitalista de produção inteiramente constituído quebra quaisquer resistências, de forma que, a produção contínua da superpopulação mantém a lei da oferta e da procura, e, logo, a determinação do salário ideal às necessidades de valorização do capital por via do Estado, tornam-se selo do domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extra econômica do Estado é utilizada para regular salário, a fim de reduzi-lo dentro dos limites favoráveis para extração da mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o trabalhador sobre certo grau de dependência, configurando assim, um momento importante para a acumulação primitiva do capital.

A burguesia nascente não só passa a se valer, como precisa da força do Estado para regular salários, comprimindo-o dentro dos limites necessários para a extração de mais-valia e prologando a jornada de trabalho para expansão de produção, mantendo o trabalhador sob controle do sistema do capital. A legislação sobre o trabalho assalariado foi iniciada na Inglaterra pelo *Statute of Labourers* (Estatuto dos trabalhadores), conforme Marx:

Uma tarifa legal de salários foi estabelecida para a cidade e para o campo, para o trabalho por peça e por dia. Os trabalhadores rurais deviam alugar-se por ano, os da cidade “no mercado aberto”. Proibia-se, sob pena de prisão, pagar salários mais altos do que o estatutário, porém o recebimento de salários mais altos era punido mais duramente do que seu pagamento (MARX, 1996, p. 360).

Nestas legislações reguladoras de salário, a violência se expressa no fato de que, um salário máximo era sempre ditado pelo Estado, mas nunca um salário mínimo. Além disto, a coalizão dos trabalhadores era considerada crime grave. Isto perdurou do século XIV até 1825, ano em que se deu a abolição das leis anticoalização em face da atitude ameaçadora do proletariado. Porém, os efeitos dessa abolição caíram na redundância, pois o capitalista passou a regular a fábrica tendo sua própria legislação privada, deixando o imposto dos pobres

completar o salário do trabalhador para que pudesse sobreviver. Quaisquer que fossem as queixas, denúncias ou quebras contratuais, o patrão responderia apenas uma ação civil, enquanto que o trabalhador uma ação criminal. Foi nestas condições que, o aparato legal auxiliou o processo de acumulação primitiva do capital, cujos efeitos se expressaram sob forma de violência em face da condição de vida e de trabalho que estava sujeita a classe trabalhadora.

Após entendermos a violenta criação do proletário “livre como os pássaros”, a disciplina sanguinária que os forçou à condição de trabalhador assalariado, a dureza com que se dá a ação do Estado e da nobreza feudal, o grau elevado da exploração do trabalho que culminam como alavancas da acumulação capitalista, nos parece importante ressaltar em quais condições estava o destino desses trabalhadores. Com a revolução agrícola, o arrendatário enriqueceu com a mesma rapidez que o povo do campo foi empobrecendo. A pastagem de ovelhas em grande escala, fez erguer grandes fiações de tecelagens de linho, dos quais os trabalhadores “livres como pássaros”, precisam trabalhar em troca de salário para ter acesso aos seus meios de subsistência. Dessa maneira:

Os fusos e teares, antes disseminados pelo interior, estão agora concentrados em algumas grandes casernas de trabalho, tal como os trabalhadores e como a matéria-prima. E os fusos, os teares e a matéria-prima, de meios de existência independente para fiandeiros e tecelões, transformam-se, de agora em diante, em meios de comandá-los e de extrair deles trabalho não-pago (MARX, 1996, p. 366).

A expropriação e expulsão do camponês de sua terra, não só liberou o trabalhador, mas também os meios de subsistência e o material do trabalho para o capital industrial desenvolver a manufatura. O resultado disto não é outro, senão a criação do mercado interno, uma vez que, se antes a família camponesa produzia seus meios de subsistência e consumia o que produzia, agora ela precisa comprar os meios de subsistência, convertidos em mercadorias e vendidos pelo grande arrendatário que encontra na manufatura mercado para seu produto. Sobre essa questão, Marx nos explica que:

Fio, pano, tecidos grosseiros de lã, coisas cujas matérias-primas encontravam-se ao alcance de toda família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu autoconsumo — transformam-se agora em artigos de manufatura, cujos mercados são constituídos justamente pelos distritos rurais. A numerosa clientela dispersa, até aqui condicionada por uma porção de produtores pequenos, trabalhando por conta própria, concentra-se agora num grande mercado abastecido pelo capital industrial. Assim, com a expropriação de camponeses antes economicamente autônomos e sua separação de seus meios de produção, se dá no mesmo ritmo a destruição da indústria subsidiária rural, o processo de separação entre manufatura e agricultura. E somente a destruição do ofício doméstico rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão de que o modo de produção capitalista necessita (MARX, 1996, p. 367).

Por outro lado, o período manufatureiro não foi o grande responsável por uma reestruturação radical na produção. É certo que a manufatura possibilitou a criação de ramos específicos de negócio ao destruir a formação da indústria doméstica, mas é só com a Grande Indústria e o advento das máquinas, que se tem a base contínua da agricultura nos moldes capitalistas de produção. É só nesse período que se completa radicalmente a separação do povo do campo com a indústria rural doméstica, da qual o capital industrial se apodera de todo mercado interno.

Como alavanca para a acumulação capitalista, a nova manufatura foi instalada nos portos marítimos de exportação ou em postos de campo, o que propiciou:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marca a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 1996, p. 378).

Esses momentos ressaltados por Marx para a Acumulação Primitiva se repartem em ordem cronológica: Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, os fins do século XVI, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista, nas guerras comerciais etc. Todos inseridos sobre a mais brutal violência, utilizando-se do poder do Estado com sua violência extra econômica incisiva e organizada para ativar e abreviar o processo de transição do modo de produção capitalista. Assim, podemos apreender que, a violência utilizada sob a orientação das leis do poder do Estado, não fez mais que acelerar o desenvolvimento do processo do modo de produção capitalista, portanto, instrumento fundamental para a superação do modo de produção capitalista sobre o modo de produção feudalista. No entender de Bento (2016), a violência pura não tem como finalidade se impor sobre um determinado modo de produção econômico, pelo contrário, a violência é usada a favor da legitimação de determinado poder econômico.

A Companhia Inglesa das Índias Orientais, além do poder político, deteve também o monopólio do comércio de chá, do comércio chinês e do transporte de mercadorias para a Europa. Os monopólios de sal, ópio, bétel e outras mercadorias eram fontes inesgotáveis de riqueza, portanto, estes monopólios ficaram sob o controle dos altos funcionários da Companhia, “Os próprios funcionários fixavam os preços e esfolavam a seu bel-prazer o infeliz indiano” (MARX, 1996, p. 371). O governador tomava parte nesse comércio privado e grandes fortunas brotavam num dia. Entre os anos de 1769 e 1770, os ingleses provocaram

uma epidemia de fome por meio da compra de todo arroz, pois se recusaram a revendê-lo, senão, por preços fabulosos. Em linhas gerais:

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As “sociedades *monopolia*” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apesado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital (MARX, 1996, p. 372, grifos do autor).

É assim que se dá as condições para a supremacia comercial, com o sistema colonial se: “Proclamou a extração de mais-valia como objetivo último e único da humanidade” (MARX, 1996, p. 373). As dívidas do Estado – sistema de crédito público – apoderaram-se de toda a Europa durante o período manufatureiro, tendo por estufa exatamente o sistema colonial com seu comércio marítimo, juntamente com as guerras comerciais. Esclarece Marx: “A dívida do Estado, isto é, a alienação do Estado — se despótico, constitucional ou republicano — imprime sua marca sobre a era capitalista” (MARX, 1996, p. 373). A dívida do Estado se tornou uma das mais estimuladoras alavancas da acumulação primitiva, pois: “ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária” (MARX, 1996, p. 373). Assim, de acordo com Marx (1996), os credores do Estado, nada forneciam, pois, as dívidas do Estado eram convertidas em títulos, facilmente transferíveis, as dívidas do Estado fizeram prosperar, as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie – como por exemplo, a agiotagem - definida pelo jogo da Bolsa e da bancocracia moderna, dando espaço para a criação de um sistema internacional de crédito.

A dívida do Estado se respaldava nas receitas do Estado, pois precisavam cobrir juros e demais pagamentos anuais, o moderno sistema tributário passou a ser complemento para o sistema de empréstimos nacionais. De acordo com Marx: “Os empréstimos capacitam o governo a enfrentar despesas extraordinárias, sem que o contribuinte o sinta imediatamente, mas exigem, ainda assim, como consequência, elevação de impostos” (MARX, 1996, p. 375). Entretanto, este aumento dos impostos, contraído pelas dívidas do Estado, forçava-o a fazer novos empréstimos para suprir os novos gastos extraordinários e assim, sucessivamente, num ciclo contínuo e dependente. Além disto, com o regime fiscal moderno, os impostos recaíam sobre os meios de subsistência mais necessários, encarecendo-os. Marx nos revela que:

A supertributação não é um incidente, porém muito mais um princípio. Na Holanda, onde esse sistema foi primeiramente inaugurado, o grande patriota de Witt o

celebrou por isso em suas máximas, como o melhor sistema para manter o trabalhador assalariado submisso, frugal, diligente e (...) sobrecarregado de trabalho. A influência destruidora que exerce sobre a situação dos trabalhadores assalariados interessa-nos aqui, entretanto, menos que a violenta expropriação do camponês, do artesão, enfim, de todos os componentes da pequena classe média, que ele condiciona. Sobre isso não há opiniões divergentes, nem mesmo entre os economistas burgueses. Sua eficácia expropriante é fortalecida ainda pelo sistema protecionista, que constitui uma de suas partes integrantes (MARX, 1996, p. 375).

Entendemos que, a dívida pública aliada ao seu sistema fiscal de capitalização da riqueza e da expropriação das massas não foi por acaso. O sistema protecionista foi um elemento artificial de “fabricar fabricantes”, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios de produção e subsistência, e de encurtar de forma violenta a transição do antigo modo de produção para o moderno. A disputa nos estados europeus pela maior patente do poder econômico se deu de forma acirrada, não se media escrúpulos nos extratores de mais-valia, que não hesitavam em utilizar os métodos de expropriação sobre o povo. Já nos países secundários dependentes, a indústria foi “violentamente extirpada”, como podemos constatar na manufatura de lã irlandesa, absorvida pela Inglaterra. No continente europeu, grande parte do capital original do industrial advém do tesouro do Estado. Diante disto, Marx nos revela que:

Sistema colonial, dívidas do Estado peso dos impostos, proteção, guerras comerciais etc., esses rebentos do período manufatureiro propriamente dito se agigantam durante a infância da grande indústria. O nascimento desta última é celebrado pelo grande raptio herodiano de crianças (MARX, 1996, p. 376).

Esse grande raptio das crianças se configura na eclosão do trabalho infantil no mercado se deu pelo fato de que as crianças possuíam mãos pequenas e dedos rápidos, ofereciam agilidade para a produção, portanto, eram os mais requisitados e adequados a demanda que se expandia. Como mostra Marx, havia a “necessidade do roubo de crianças e de sua escravização para a transformação da empresa manufatureira em empresa fabril e o estabelecimento da verdadeira relação entre capital e força de trabalho” (MARX, 1996, p. 376). Virou prática, adotar jovens para transformá-los em aprendizes, seus mestres os vestiam e os abrigavam próximos as fábricas. Estas crianças eram impelidas a trabalharem ao máximo, pois seus feitores ganhavam conforme o *quantum* produzido por elas. Muitas delas eram açoitadas, acorrentadas e torturadas, outras morriam de fome ou exauridas pelo excesso de trabalho, além das que foram compelidas ao suicídio. Conforme Marx:

Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para transformar a economia escravista dos Estados Unidos, que antes era mais ou menos patriarcal, num sistema de exploração comercial. De maneira geral, a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados

na Europa precisava, como pedestal da escravidão *sans phrase*, do Novo Mundo (MARX, 1996, p. 378, grifos do autor).

Todos estes acontecimentos se faziam necessários para desatar “eternas leis naturais” do modo de produção capitalista, para completar o processo de separação entre trabalhadores e meios de produção. De um lado, os meios de subsistência e produção convertidos em capital e, do outro, a massa do povo, trabalhadores assalariados, pobres laboriosos livres, que não lhe sobra outra coisa para vender senão sua força de trabalho. Nestes termos, podemos apreender que no processo denominado “Assim Chamada Acumulação Primitiva”, a violência é historicamente posta, e é utilizada de forma direta e legalizada por todos os métodos aqui investigados, a essência da violência no capitalismo tem em seu cerne a exploração e subjugação do trabalhador.

Veremos no próximo item, qual a base material que produz e reproduz a violência no modo de produção capitalista, uma vez que, este modo de produção está assentado diretamente nas relações de dominação e servidão ao longo de seu desenvolvimento.

### **2.3. Os fundamentos teóricos da violência no capitalismo: A Lei Geral da Acumulação Capitalista**

Como pudemos apreender no item anterior, o uso da violência foi imprescindível para alavancar o processo de acumulação capitalista, investigamos em que condições o camponês perdeu sua característica de produtor direto da terra e passou a ser um mero vendedor de sua força de trabalho. Assim, podemos perceber que o fenômeno da violência se movimenta tendo em vista a reprodução ampliada de capital.

Foi por meio do aprimoramento bélico e o desenvolvimento das armas que foi possível o protagonismo burguês como classe dominante, utilizando a violência com a finalidade de controle sobre a classe trabalhadora. A possibilidade material de produzir excedente por meios violentos de dominação revelou o capital em sua reprodução ampliada, como por exemplo, os mecanismos violentos de expropriação, como aqueles experimentados no período da Acumulação Primitiva. É esta realidade que dá bases para análise crítica que Marx faz no capítulo XXIII, de sua obra “*O capital*”, intitulado “*A Lei Geral da Acumulação Capitalista*” capítulo imprescindível de nosso estudo que investiga a reprodução da dinâmica capitalista já consolidada.



Partimos do ponto de que crescimento de capital implica efeitos diretos sobre a classe trabalhadora, para entender estes efeitos precisamos entender inicialmente a composição do capital e as transformações que ele sofre no decurso do processo de acumulação. A composição do capital deve ser entendida em duplo sentido: primeiro, da perspectiva do valor, ou seja, como o capital se reparte em capital constante - meios de produção -, o capital variável - força de trabalho do trabalhador, e a soma total dos salários. Segundo, entendida sob a perspectiva da matéria, ou seja, o funcionamento no processo de produção, a proporção em que o capital se reparte em massas de meios de produção utilizados e a quantidade de trabalho exigido<sup>16</sup>.

Entendendo esta composição, retomemos ao crescimento do capital, seu aumento implica crescimento da parcela variável. No processo de produção, uma parte da mais-valia transformada em capital adicional necessita ser retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho. Em Marx (1996) vemos que, quanto mais o capital global cresce, o componente variável decresce progressivamente. É possível afirmar, que a parte variável também cresce, mas em proporção desigual ao crescimento do capital global. A expansão da acumulação necessita de períodos mais curtos de sua produção para que possa absorver número adicional de trabalhadores ou manter os que já estão em funcionamento. Como explica Marx:

Suponhamos que, além de mantidas constantes as demais circunstâncias, a composição do capital inalterada, ou seja, que determinada massa de meios de produção ou de capital constante requeira sempre a mesma massa de força de trabalho para ser posta em movimento, então cresce evidentemente a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rapidamente cresce o capital. Como o capital produz anualmente uma mais-valia, da qual parte é adicionada anualmente ao capital original, como esse incremento mesmo cresce anualmente com o tamanho crescente do capital já em função e como, finalmente, sob o agulhão particular do impulso ao enriquecimento, por exemplo, a abertura de novos mercados, de novas esferas dos investimentos de capital em decorrência de necessidades sociais recém-desenvolvidas etc., a escala da acumulação é subitamente ampliável mediante mera repartição modificada da mais-valia ou do mais-produto em capital e renda, as necessidades da acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior que a sua oferta e por isso os salários se elevam. Esse tem de ser, afinal de contas, o caso, permanecendo inalterados os pressupostos acima. Como a cada ano mais trabalhadores são ocupados do que no anterior, mais cedo ou mais tarde tem de se chegar ao ponto em que as necessidades da acumulação começam a crescer além

---

<sup>16</sup> Como explica Marx, a primeira é chamada de “composição-valor” e a segunda de “composição técnica do capital”. Nas palavras do autor: “Entre ambas há uma estreita correlação. Chamo a primeira de composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, deve-se entender sempre sua composição orgânica” (MARX, 1996, p. 245).

da oferta habitual de trabalho, em que, portanto, começa o aumento salarial (MARX, 1996, p. 246).

Essa análise nos mostra que, sejam momentos em que os trabalhadores ora se mantêm na produção, ora se multiplicam, em nada modificam a essência da produção capitalista. Se a reprodução simples reproduz a relação do capital - capitalistas de um lado e trabalhadores de outros-, assim também, o faz a reprodução em escala ampliada, quanto mais capitalistas de um lado, tanto mais assalariados de outro. A força de trabalho carece sempre de incorporar-se à reprodução do capital para que possa ser sempre valorizada. Nas palavras de Marx: “Acumulação do capital, é, portanto, multiplicação de proletariado” (1996, p. 246). Isso quer dizer que, o assalariado para sobreviver precisa transformar sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente, é sujeito a esta relação de dependência do seu próprio produto que é personificado pelo sistema do capital. Essa relação de dependência com o crescimento do capital, ao invés de se tornar intensiva, ela se torna extensiva: “isto é, a esfera de exploração e de dominação do capital apenas se expande com suas próprias dimensões e o número de seus subordinados” (MARX, 1996, p. 250). No processo de produção, uma parte do mais-produto flui de volta para eles em uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, o que possibilita ampliar de certo modo suas satisfações (alimentação, vestuário, móveis etc.). Por outro lado, ainda que o trabalhador disponha de melhorias em sua condição de vida, isso não significa dizer que a relação de dependência deixa de existir, pelo contrário, ela permanece. Como revela Marx:

Força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital. O salário, como se viu, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador (MARX, 1996, p. 251).

Com isto, entendemos que, em momentos nos quais no processo de acumulação em que o salário aumente ou sofra uma diminuição do trabalho não-pago isso não entrava o funcionamento de expansão do domínio do capital. Se nessas condições a acumulação afrouxa, o lucro apresenta entraves em sua expansão, e a acumulação tende a decrescer, em contrapartida, “com seu decréscimo, desaparece a causa do seu acréscimo, ou seja, a

desproporção entre capital e força de trabalho explorável” (MARX, 1996, p. 252), assim, o próprio mecanismo do sistema capitalista derruba as barreiras que sua própria dinâmica produz. Após isso, o resultado é que o preço do trabalho cai novamente no nível necessário para a valorização do capital. Neste sentido, Marx explica:

Vê-se que: no primeiro caso, não é a diminuição no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população operária que torna o capital redundante, mas, ao contrário, é o aumento do capital que torna insuficiente a força de trabalho explorável. No segundo caso, não é o aumento no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população trabalhadora que torna o capital insuficiente, mas, ao contrário, é a diminuição de capital que torna excessiva a força de trabalho explorável ou, antes, seu preço (MARX, 1996, p. 252).

Deste modo, podemos dizer que, os movimentos absolutos da acumulação de capital se sobrepõem aos movimentos relativos na massa de força de trabalho explorável, ainda que os movimentos absolutos só possam acontecer em razão dos movimentos relativos. E discorre Marx: “a grandeza da acumulação é a variável independente; a grandeza do salário, a dependente, e não o contrário” (MARX, 1996, p. 252). Portanto, nas fases de oscilações na produção, teremos por um lado - quando se há a queda geral dos preços das mercadorias - a elevação do valor relativo do dinheiro; e por outro lado - quando o preço das mercadorias aumenta - acontece o inverso, e o valor relativo do dinheiro é desvalorizado. Marx argumenta que:

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa ‘lei natural da população’, redonda simplesmente nisso: a relação entre capital, acumulação e taxa de salário não é nada mais que a relação entre o trabalho não-pago, transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional. Não é, portanto, de modo algum uma relação de duas grandezas independentes entre si, por um lado a grandeza do capital, por outro o tamanho da população trabalhadora, mas é, em última instância, muito mais a relação entre o trabalho não-pago e o trabalho pago, da mesma população trabalhadora. Se cresce a quantidade de trabalho não-pago fornecido pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista de modo suficientemente rápido para só com um acréscimo extraordinário de trabalho pago poder transformar-se em capital, então o salário sobe e, permanecendo tudo mais constante, o trabalho não-pago diminui proporcionalmente. Mas, assim que essa diminuição atinge o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é oferecido na quantidade normal, então ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação se desacelera e o movimento ascendente do salário sofre um contragolpe. A elevação do preço do trabalho permanece, portanto, confinada em limites que não só deixam intocados os fundamentos do sistema capitalista, mas também asseguram sua reprodução em escala crescente. (MARX, 1996, p. 252 et seq., grifos do autor).

Neste sentido, Marx demonstra que a relação entre capital, acumulação e taxa salário diz respeito a relação entre o trabalho não-pago que é transformado em capital e o trabalho adicional que movimenta o capital adicional, uma relação que reside principalmente na relação de trabalho não-pago com trabalho pago de uma mesma população trabalhadora. O

salário pago ao trabalhador sobe, quando no processo de produção a quantidade de trabalho não-pago cresce rapidamente ao ponto de ser transformada em capital. Já, quando alcança estabilidade o trabalho não-pago tende a diminuir, quando sofre essa diminuição o mais-trabalho passa a não ser suficiente para a quantidade esperada pelo capitalista, então a acumulação se desacelera. Uma parte da renda precisa ser capitalizada e o salário volta para os limites em que a reprodução em escala crescente esteja assegurada. Portanto, para Marx, a lei da acumulação capitalista exclui por sua natureza todo decréscimo por meio do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço de trabalho que ameace a reprodução continuada de produção de capital. Com isso Marx nos leva a seguinte conclusão: o trabalhador existe para as necessidades de valorização de capital, e toda riqueza por ele produzida não tem por finalidade atender as necessidades de desenvolvimento do trabalhador.

Neste processo, portanto, a acumulação de capital, se dá inicialmente no sentido quantitativo e se desenvolve no seu sentido qualitativo, à medida que altera sua composição e sofre acréscimo permanente do capital constante à custa do capital variável. E aprofundamos a questão, no modo de produção tipicamente capitalista:

[...] o desenvolvimento da força produtiva do trabalho a ele correspondente e a alteração assim causada na composição orgânica do capital não avançam somente passo a passo com o progresso da acumulação ou o crescimento da riqueza social. Avançam com rapidez incomparavelmente maior, porque tanto a acumulação simples ou a expansão absoluta do capital global é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais como a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original (MARX, 1996, p. 260).

Diante disto, podemos entender que a acumulação crescente aliada à centralização<sup>17</sup> transformam a composição do capital, em que capital variável decresce aceleradamente ao passo inverso do capital constante. Esse processo de centralização se explica porque a demanda de trabalho não se determina pelo valor do capital global, mas por seu componente variável, acompanhado por seu desenvolvimento de força produtiva do trabalho. Esse componente variável tende a cair em progressão acelerada com o crescimento do capital global, e, portanto, não cresce de modo proporcional a ele, ou seja, a força de trabalho incorporada na produção apresenta crescimento, mas em proporção decrescente se comparada ao crescimento do capital global. Quando a acumulação apresenta períodos de grande expansão sobre uma base técnica dada, eles vão se tornando cada vez mais curtos. Como explica Marx: “Requer-se uma acumulação acelerada do capital global em progressão crescente para absorver um número adicional de trabalhadores de certa grandeza” (MARX,

<sup>17</sup> Sobre este aspecto que movimenta a dinâmica do capital, será tratado no próximo item.

1996, p. 261), bem como, para criar ramos de produção novos sem quebrar os ramos de produção de capital antigo em funcionamento. Vejamos:

Esse decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente — e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões — uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (MARX, 1996, p. 261).

Percebemos, assim, que a dinâmica capitalista apresenta oscilações, que ora provoca variações periódicas e em outros momentos reparte seus efeitos nas diferentes esferas do ramo de produção. Certos momentos, algumas esferas de produção sofrem mudança na composição do capital sem crescimento de sua grandeza absoluta decorrente do movimento de centralização e concentração de capital. Em outros momentos, a grandeza absoluta do capital está relacionada diretamente ao decréscimo absoluto da força de trabalho absorvida no processo de produção. E ainda, pode ocorrer do capital continuar crescendo e atrair força de trabalho adicional em proporção ao seu crescimento, mudando assim, a composição orgânica do capital.

Em linhas gerais, podemos afirmar que, o crescimento de capital variável, ou seja, o número de trabalhadores empregados na produção sofre fortes flutuações e está ligado diretamente a produção de sua superpopulação relativa, ainda que isso assuma uma forma mais notável ou menos aparente de absorção ou não da população trabalhadora adicional. Em Marx (1996), assim também, num outro momento, o próprio capital que cresce sobre sua base técnica, faz com que, a força de trabalho também cresça, tornando-se força de trabalho adicional. Com isso, percebemos que a componente variável está sempre em variação, seja absorvendo ou repelindo o número de trabalhadores. Com o desenvolvimento das forças produtivas, ampliação da produção e conseqüente expansão da acumulação, a população trabalhadora com essa dinâmica, constrói sua própria redundância relativa em volume crescente. Conforme nos diz Marx:

Com a grandeza do capital social já em funcionamento e com o grau de seu crescimento, com a expansão da escala de produção e da massa dos trabalhadores postos em movimento, com o desenvolvimento da força produtiva de seu trabalho, com o fluxo mais amplo e mais completo de todos os mananciais da riqueza, expande-se também a escala em que uma maior atração de trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão dos mesmos, cresce a rapidez da mudança da composição orgânica do capital e de sua forma técnica e aumenta o âmbito das esferas da produção que são atingidas ora simultânea ora alternadamente por ela. Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora

produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. Essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, assim como, de fato, cada modo de produção histórico tem suas leis populacionais particulares, historicamente válidas. Uma lei populacional abstrata só existe para planta e animal, à medida que o ser humano não interfere historicamente (MARX, 1996, p. 262).

Disto, apreendemos que a população trabalhadora excedente criada no processo de produção capitalista é produto necessário para o processo de acumulação capitalista: “essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista” (MARX, 1996, p. 262 et seq.). Essa superpopulação se configura num exército industrial de reserva sempre disponível aos ditames da produção capitalista, que oferece a valorização necessária de material humano sempre pronto para ser explorado. Nestes aspectos, o próprio desenvolvimento das condições técnicas de produção (maquinaria, meios de transporte), é capaz de possibilitar numa maior escala a transformação de mais-produto em meios de produção adicionais. A nova massa de riqueza que vai sendo produzida é lançada em ramos de produção antigos, como consequência, o mercado vai se ampliando e permitindo a criação de novos ramos de produção, advindos do desenvolvimento dos ramos antigos de produção. Elucida Marx:

Em todos os casos grandes massas humanas precisam estar disponíveis para serem subitamente lançadas nos pontos decisivos, sem quebra da escala de produção em outras esferas. A superpopulação as provê. O curso de vida característico da indústria moderna, sob a forma de um ciclo decenal, interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa na contínua constituição, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial recrutam a superpopulação e tornam-se os mais enérgicos agentes de sua reprodução (MARX, 1996, p. 263).

É importante ressaltarmos que estas configurações da produção acima explicitadas só poderiam ser possíveis em condições típicas da indústria moderna, que permite com o movimento da acumulação mudanças na composição do capital. Segundo Marx:

Esse curso de vida peculiar da indústria moderna, que não encontramos em nenhuma época anterior da humanidade, também era impossível no período de infância da produção capitalista. A composição do capital só se alterava paulatinamente. À sua acumulação correspondia, portanto, no todo, um crescimento proporcional da demanda de trabalho. Lento como o progresso de sua acumulação, se comparado com o da época moderna, ele se chocava com barreiras naturais da população trabalhadora explorável, que só foram removidas por meios violentos a serem mencionados mais tarde” (MARX, 1996, p. 263)<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Como vimos no item anterior, esses meios citados por Marx, dizem respeito às leis de expropriação e usurpação das terras comunais dos camponeses, a legislação sanguinária e o processo de colonização no período da Acumulação Primitiva.

Agora, tendo as condições para que a composição do capital se altere, é a expansão súbita e contínua de capital que provoca seu próprio movimento de contração, essa contração provoca de novo a expansão, que só é possível devido ao material humano disponível. Essa multiplicação de trabalhadores é criada no processo em que há a liberação constante de parte dos trabalhadores ocupados na produção por meio de métodos que possibilitam essa liberação sem interferir a produção aumentada. Assim: “Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados” (MARX, 1996, p. 263 et seq.). O desemprego torna-se condição de vida da indústria moderna. A despeito disso, Marx afirma que:

[...] o acréscimo ou decréscimo do capital variável corresponde exatamente ao acréscimo ou decréscimo do número de trabalhadores ocupados [...] Com número igual ou até decrescente de trabalhadores comandados por ele, o capital variável cresce, no entanto, se o trabalhador individual fornece mais trabalho, aumentando assim seu salário, mesmo que o preço do trabalho permaneça igual ou até caia, só que mais devagar do que aumenta a massa de trabalho. O acréscimo do capital variável torna-se então índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores ocupados. Todo capitalista tem interesse absoluto em extrair determinado quantum de trabalho de um número menor de trabalhadores, ao invés de extraí-lo de modo tão barato ou até mesmo mais barato de um número maior de trabalhadores. No último caso cresce o dispêndio de capital constante proporcionalmente à massa de trabalho posto em ação, no primeiro caso ele cresce mais devagar. Quanto maior a escala da produção, tanto mais decisivo é esse motivo. Seu peso cresce com a acumulação do capital (MARX, 1996, p. 265 et seq.).

No transcorrer do processo de desenvolvimento deste modo de produção, o capitalista consegue por meio da exploração, extrair mais-trabalho com o mesmo dispêndio de capital variável que dispõe, seja essa exploração tanto de forma extensiva quanto intensiva da força de trabalho individual. Para encontrar meios de baratear a compra da força de trabalho, o capitalista desloca progressivamente a compra de força de trabalho mais qualificada por força de trabalho menos qualificada: “madura por imatura, masculina por feminino, adulta por adolescente ou infantil” (MARX, 1996, p. 266). Em síntese, temos que, por um lado à medida que avança a acumulação de capital, maior capital variável é capaz de pôr mais trabalho em ação, sem necessariamente recrutar mais trabalhadores, e por outro lado, Marx afirma que, o capital variável da mesma grandeza é capaz de pôr mais trabalho em ação utilizando a mesma massa de força de trabalho, e inclusive deslocando força de trabalho superior por força de trabalho inferior.

Quando investigamos o processo de produção da superpopulação relativa, ou seja, a liberação de trabalhadores, podemos entender que, ela avança mais rapidamente do que a revolução técnica do processo de produção, o que significa dizer que, se os meios de produção crescem em volume e eficiência, assim também, se tornam meios de ocupação dos

trabalhadores em menor grau. Além disto, essa relação sofre modificação novamente, quando a força produtiva do trabalho cresce, permitindo que o capital eleve mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores. Esse processo traz à tona uma das expressões de violência, que é o sobretrabalho, ele se configura numa das bases para regular salário, pois, assim como o sobretrabalho aumenta as fileiras da superpopulação relativa, também sujeita os trabalhadores ativos a ele, por causa da pressão exercida pela superpopulação relativa crescente. Vejamos em Marx:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (MARX, 1996, p. 266 et seq.).

Neste sentido, conforme Marx (1996), os valores do salário são regulados unicamente pela expansão e contração dos movimentos do exército industrial de reserva conforme a dinâmica se altera no ciclo industrial. Não são determinados pelo número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo ou exército industrial de reserva, ou seja, na proporção em que ora ela é absorvida ora é liberada. No processo de produção, quando o capital acumula, o salário sobe, esse salário em alta estimula de forma mais rápida a multiplicação da população trabalhadora, até o momento em que o mercado de trabalho fica supersaturado e o capital se torna insuficiente para a oferta de trabalho que se apresenta. Assim, o salário cai, e acumulação volta a ser acelerada, se eleva o grau de exploração sobre a classe trabalhadora e o capital volta a ficar excessivo. Além disto, o salário baixo entrava o crescimento da classe trabalhadora, assim, considerando que a oferta de trabalho é maior que a demanda de trabalho, nestas condições o salário sobe novamente. Como nos mostra Marx:

O exército industrial de reserva pressiona durante os períodos de estagnação e prosperidade média o exército ativo de trabalhadores e contém suas pretensões durante o período de superprodução e paroxismo. A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital (MARX, 1996, p. 269).

Eis que assim, podemos entender a façanha do capital, quando se introduz maquinaria nova ou ampliação da maquinaria antiga, uma parte do capital variável é transformado em capital constante, o capitalista interpreta que, quando o capital sofre uma certa imobilidade na produção e por isso libera trabalhadores, dá-se a entender como se certa



quantidade de capital fosse liberada para contratar trabalhador. Entretanto, esses novos trabalhadores liberados pelo descolamento da maquinaria, se juntam a sua equipe de reserva já existente e crescente a cada expansão gerada no processo de produção. Neste sentido: “Estão agora todos ‘liberados’ e todo novo capital com desejo de funcionar pode dispor deles” (MARX, 1996, p. 269). Quaisquer que sejam os efeitos da demanda geral do trabalho, eles se tornam nulos, pois o capital se torna suficiente para livrar do mercado essa quantidade de trabalhadores deslocados pela maquinaria. E ainda acrescenta Marx, caso o capitalista

[...] empregue um número menor, cresce a quantidade dos excedentes: caso ocupe número maior, então a demanda geral de trabalho cresce só na medida em que os ocupados excedem os “liberados”. O impulso que capitais adicionais em busca de aplicação teriam dado, em outras circunstâncias, à demanda geral de trabalho é, portanto, em cada caso, neutralizado até o limite em que bastam os trabalhadores postos na rua pela máquina. Isso quer dizer, portanto, que o mecanismo da produção capitalista cuida para que o acréscimo absoluto de capital não seja acompanhado por nenhuma elevação correspondente da demanda geral de trabalho (MARX, 1996, p. 269).

Isto significa dizer que, o mecanismo presente na produção capitalista atenta para que o acréscimo absoluto do capital não seja acompanhado por nenhuma elevação correspondente da demanda geral de trabalho. Assim, podemos apreender que, como resultado disto, temos uma “compensação para miséria, sofrimentos e possível aniquilamento dos trabalhadores deslocados, durante o período de transição, que os desterra para o exército industrial de reserva!” (MARX, 1996, p. 270). Nestes aspectos, revelamos como a violência se expressa sobre a classe trabalhadora, a base material do modo de produção capitalista produz e reproduz várias dimensões da violência que atormentam a vida da classe trabalhadora. Como nos revela Marx:

A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se duas potências mutuamente independentes interagissem [...] O capital age sobre ambos os lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua “liberação”, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto, até certo ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, nessa base, o despotismo do capital (MARX, 1996, p. 270).

Pois, como podemos observar, quanto maior a riqueza social produzida, quanto mais capital em funcionamento, volume e energia advindos do seu crescimento, maior também a quantidade de proletariado e a força de trabalho dessa massa laboriosa, assim como também, maior o exército industrial de reserva. Assim, a força de trabalho é desenvolvida pelas mesmas causas que a força do capital tem de se expandir, lançando ao fim do processo de

produção um exército industrial de reserva que cresce em grandeza proporcional a riqueza que é produzida. De acordo com Marx:

[...] quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplicio de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista* (MARX, 1996, p. 274, grifos do autor).

Uma lei, portanto, que repousa no fato de que uma massa de meios de produção – que se desenvolve graças ao progresso de produtividade do trabalho social- e que pode se movimentar com um dispêndio progressivamente decrescente de força de trabalho humana. E nestes termos, não é o trabalhador quem emprega os meios de produção, mas seu inverso, são os meios de produção que empregam o trabalhador. Para Marx: “quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência” (MARX, 1996, p. 274), uma vez que, a força de trabalho do trabalhador é vendida para multiplicar a riqueza alheia ou para valorizar capital, inclusive, a dinâmica capitalista faz crescer rapidamente a população trabalhadora do que a necessidade de valorização do capital. É percebendo tais efeitos de subjugação, acirramento da desigualdade social que a classe trabalhadora passa a ser organizar enquanto classe e reivindicar melhores condições de trabalho e vida, mas para isto o capital também utilizará meios violentos de coerção quando a sagrada lei da propriedade privada estiver sob ameaça. Em suma, Marx nos diz que:

[...] todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma: desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho (MARX, 1996, p. 274 et seq.).

Deste modo, o fenômeno da violência se expressa na dinâmica do modo de produção capitalista, ao utilizar os métodos de mais-valia mencionados neste estudo para acumulação de capital, seja em momentos de expansão ou contração, este modo de produção tipicamente capitalista, impõe como resultados, o agravamento da desigualdade social e a subjugação e dominação da classe trabalhadora ao levar ao máximo dos limites possíveis a exploração da força de trabalho humana e ao engrossar continuamente as fileiras do exército industrial de reserva. Neste sentido, a situação do trabalhador, seja em momentos em que o salário em

termos de valor aumente ou diminua, tende sempre a piorar. A relação antagônica entre capital e trabalho produz e reproduz continuamente a violência ao sujeitar o trabalhador a uma dependência perpétua de venda da força de trabalho para sobreviver, além de sujeitá-lo a uma crescente miséria, às péssimas condições de vida e de trabalho, à escravidão, à ignorância, à brutalização e à degradação, condenando esta classe aos ditames na ordem capitalista.

Investigaremos no próximo item, a “Lei da queda tendencial da taxa de lucro” em Marx, cujos fundamentos revelam, que o capital ao sofrer profundas crises decorrentes de sua própria expansão e reprodução, expressam a violência na tendência gradual de diminuição de poder de investimento do capital e aumento em ordem crescente da superpopulação relativa.

#### **2.4 A Lei da queda tendencial da taxa de lucro: a violência expressa no aumento da superpopulação relativa**

Para entender a lei da queda tendencial da taxa de lucro, precisamos primeiramente entender como ela acontece: se com a introdução de novos métodos produtivos é possível se elevar o capital constante, conseqüentemente, a taxa de lucro cai, isso se dá, pelos próprios obstáculos que a expansão do capital encontra em seu desenvolvimento<sup>19</sup>. De acordo com Marx, determinado grau de exploração de trabalho, em nível constante, expressa uma taxa decrescente de lucro, porque com seu volume material cresce também, ainda que não na mesma medida, o volume de valor do capital constante, e, portanto, o do capital global. Nosso autor explica que:

Supondo-se agora, além disso, que essa mudança gradual na composição do capital não ocorra meramente em esferas isoladas da produção, mas mais ou menos em todas ou então nas esferas da produção decisivas, que ela implique, portanto, modificações na composição orgânica média do capital global pertencente a determinada sociedade, então esse crescimento paulatino do capital constante precisa, em relação ao capital variável, ser necessariamente por resultado uma queda gradual na taxa de lucro geral, com taxa constante de mais-valia ou grau constante de exploração do capitalista que, com seu desenvolvimento, ocorre um decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante e, com isso, em relação ao capital global posto em movimento (MARX, 1988, p. 154 et seq.).

Esse processo nos indica que, esse decréscimo do capital variável em relação ao constante é possível, porque o mesmo número de trabalhadores, a mesma quantidade de força

---

<sup>19</sup> Conforme Netto e Braz: “Em suma: **na medida que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair**. A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzam o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) que lhe é *individualmente* vantajosa, mas que, ao cabo de algum tempo imitada pelos outros, tem como resultado uma queda da taxa de lucro para *todos os capitalistas*” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 166, grifos do autor).

de trabalho aliado aos métodos de produção desenvolvidos no modo de produção capitalista, consegue processar e consumir produtivamente uma massa sempre crescente de meios de trabalho. “Esse progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, portanto em relação ao capital global, é idêntico à composição do capital social, em sua média, progressivamente mais elevada” (MARX, 1988, p. 155). Podemos dizer ainda, que com o crescente emprego da maquinaria, do capital fixo, mais um mesmo número de trabalhadores no mesmo tempo, conseguem transformar mais matérias-primas e auxiliares na produção. Portanto:

Corresponde a esse crescente volume de valor do capital constante - embora ele só de longe represente o crescimento da massa real dos valores de uso, nos quais o capital constante consiste materialmente - um crescente barateamento do produto. Cada produto individual, considerado em si, contém uma soma menor de trabalho do que em estágios inferiores da produção, onde o capital desembolsado em trabalho está numa proporção incomparavelmente maior em relação ao desembolsado em meios de produção (MARX, 1988, p. 155).

Nestes termos, o progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, produz uma composição orgânica crescentemente superior do capital global, na qual o resultado imediato, é que a taxa de mais-valia, com grau constante e inclusive crescente exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua. A taxa geral do lucro tende progressivamente a cair, portanto, apenas uma expressão particular ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho. Marx nos explica que:

Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair transitoriamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso a taxa média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda. Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente (MARX, 1988, p. 155).

Deste modo, a queda da taxa de mais-valia expressa a proporção decrescente da própria mais-valia, em face apenas do capital global adiantado. Quando a lei da taxa decrescente de lucro expressa uma taxa igual ou até crescente de mais-valia, é possível que, um dado *quantum* de capital social médio ainda represente sempre uma parte maior de meios de trabalho e uma parte sempre menor de trabalho vivo. Na medida em que, a massa global de trabalho vivo juntamente aos meios de produção cai em relação ao valor desses meios de

produção, simultaneamente caem o trabalho não-pago e a parte de valor em que ela se representa, se comparado ao valor do capital global adiantado. Isto significa dizer que, uma parte do capital global despendido se converte em trabalho vivo, e esse capital global absorve sempre menos mais-valia, embora a volume da parte não-paga do trabalho empregado, em relação à parte paga do mesmo, possa também crescer. Para melhor apreendermos, vejamos esse exemplo em Marx:

O decréscimo proporcional do capital variável e o aumento do capital constante, embora ambas as partes cresçam absolutamente, é, como se disse, apenas outra expressão para a produtividade aumentada do trabalho. Suponhamos que um capital de 100 consista em 80, + 20, o último = 20 trabalhadores. Que a taxa de mais-valia seja de 100%, isto é, que os trabalhadores trabalhem metade do dia para si e metade do dia para o capitalista. Que, num país menos desenvolvido, o capital seja = 20, + 80, e este último seja = 80 trabalhadores. Mas esses trabalhadores precisam de 2/3 da jornada de trabalho para si e trabalham só 1/3 para o capitalista. Sendo todo o resto equiparado, os trabalhadores produzem no primeiro caso um valor de 40, no segundo de 120. O primeiro capital produz 80, + 20, + 20, = 120: taxa de lucro = 20%; o segundo capital 20, + 80, + 40 = 140: taxa de lucro = 40%. Ela é, portanto, no segundo caso, 2 vezes maior que no primeiro, embora no primeiro caso a taxa de mais-valia = 100% seja o dobro da no segundo, em que ela é apenas de 50%. Em compensação, no entanto, no primeiro caso um capital de igual grandeza se apropria do mais-trabalho de apenas 20 trabalhadores e no segundo do de 80 (MARX, 1988, p. 157).

Destarte, percebemos que a lei da queda progressiva da taxa de lucro ou a diminuição relativa do mais-trabalho, não exclui de maneira nenhuma que, a massa absoluta do trabalho posto em movimento e explorado pelo capital social cresça. A dinâmica capitalista possibilita que um capitalista, com mais ou menos números de trabalhadores continue extraindo lucro, o que muda é o *quantum* dessa taxa de mais-valia. Como sabemos, os capitais que se encontram sob o comando dos capitalistas individuais são capazes de comandar uma massa crescente de trabalho, logo, de mais-trabalho, ainda que o número de trabalhadores comandados por eles não cresça. Um determinado número de trabalhadores, considerando as condições de salário, a intensidade da jornada de trabalho, a relação do mais-trabalho com o trabalho necessário, podem produzir uma mesma grandeza de valor. Por outro lado, ressaltamos que:

[...] com a massa crescente do capital constante - fixo e circulante - que põe esse trabalho em movimento cai a relação dessa grandeza de valor com o valor desse capital, que cresce com sua massa, ainda que não na mesma proporção. Essa relação, e, portanto, a taxa de lucro, cai, embora depois como antes a mesma massa de trabalho vivo seja comandada e a mesma massa de mais-trabalho seja absorvida pelo capital. A relação se modifica não porque a massa de trabalho vivo cai, mas porque a massa de trabalho já objetivado que ela põe em movimento sobe. A diminuição é relativa, não absoluta, e de fato nada tem a ver com a grandeza absoluta do trabalho e do mais-trabalho posto sem movimento. A queda da taxa de lucro não nasce de uma diminuição absoluta, mas de uma diminuição relativa do componente variável do capital global, de sua diminuição comparada com o componente constante. (MARX, 1988, p. 157 et seq.).

Se por exemplo, a massa de mais-valia aumenta metade, a taxa do lucro despenca para metade da anterior. Entretanto, considerando a grandeza absoluta da mais-valia, podemos perceber na massa de lucro do capital social, que seu crescimento tende a subir apesar da grande diminuição da proporção entre essa massa de lucro e o capital global adiantado ou apesar do enorme decréscimo na taxa geral de lucro. Ou seja, o número de trabalhadores empregados pelo capital, a massa absoluta de trabalho posta em movimento, a massa absoluta de mais-trabalho absorvida pelo capital, a massa de mais-valia produzida, portanto, a massa absoluta de lucro produzida nesse processo, cresce, e cresce progressivamente, mesmo diante de uma progressiva queda da taxa de lucro, e isto tem de ser assim, pois se trata da natureza própria de sua dinâmica<sup>20</sup>. Marx nos revela que:

O processo de produção capitalista é essencialmente ao mesmo tempo processo de acumulação. Mostrou-se como, com o progresso da produção capitalista, a massa de valor, que precisa simplesmente ser reproduzida, conservada, aumenta e cresce com a elevação da produtividade do trabalho, mesmo se a força de trabalho empregada permanece constante. Mas, com o desenvolvimento da força produtiva social de trabalho, cresce ainda mais a massa de valores de uso produzidos, dos quais os meios de produção constituem uma parte. E o trabalho adicional, por meio de cuja apropriação essa riqueza adicional pode ser retransformada em capital, não depende do valor, mas da massa desses meios de produção inclusive os meios de subsistência!, já que o trabalhador no processo de trabalho nada tem a ver com o valor, mas com o valor de uso dos meios de produção. A própria acumulação, e a concentração de capital que ela implica, é, porém, em si mesma, um meio material de elevação da força produtiva (MARX, 1988, p. 158 et seq.).

Implicitamente, o aumento dos meios de produção pressupõe aumento da classe trabalhadora, ou seja, uma população trabalhadora correspondente ao capital excedente, e que de certa forma sobrepasse suas necessidades - uma superpopulação relativa -. Isto se faz necessário, devido ao fato de que, um momento superabundante de capital excedente em relação a essa superpopulação, acarreta em dois efeitos: primeiro, a elevação do salário possibilita um aumento paulatino da população trabalhadora; e segundo, através da aplicação dos métodos que geram intensificação da mais-valia relativa com a introdução e aperfeiçoamento na maquinaria, tem por resultado a criação rápida de uma superpopulação relativa. Marx nos diz que:

---

<sup>20</sup> De acordo com Marx: “Além disso, basta mencionar aqui que, com dada população trabalhadora, se a taxa de mais-valia cresce, seja pelo prolongamento ou intensificação da jornada de trabalho, seja pelo rebaixamento de valor do salário devido ao desenvolvimento da força produtiva de trabalho, a massa de mais-valia, e portanto a massa absoluta de lucro, tem de crescer, apesar da diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante”. (MARX, 1988, p. 159).

Da natureza do processo capitalista de acumulação - que é apenas um momento do processo de produção capitalista – segue, portanto, por si, que a massa aumentada de meios de produção destinada a ser transformada em capital encontra sempre à mão uma população trabalhadora, correspondentemente elevada e mesmo excedente, explorável. Com o progresso do processo de produção e de acumulação a massa de mais-trabalho apropriável e apropriado tem de crescer, e, portanto a massa absoluta de lucro apropriado pelo capital social. Mas as mesmas leis da produção e da acumulação elevam, com a massa, o valor do capital constante em progressão crescente de modo mais rápido do que o da parte de capital variável convertida em trabalho vivo. As mesmas leis produzem, portanto, para o capital social uma massa absoluta crescente de lucro e uma taxa decrescente de lucro. Aqui se abstrai completamente o fato de que a mesma grandeza de valor, com o progresso da produção capitalista, seu correspondente desenvolvimento da força produtiva de trabalho social e multiplicação dos ramos da produção, e, portanto de produtos, representa uma massa continuamente crescente de valores de uso e de satisfações (MARX, 1988, p. 159).

Desta maneira, aqui apreendemos, que a lei já desenvolvida, com o decréscimo relativo do capital variável, ou seja, com o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, no processo de produção, é necessária uma massa cada vez maior de capital global para movimentar a mesma quantidade de força de trabalho e, logo, absorver a mesma massa de mais-trabalho. Por isso, à medida que, a produção capitalista se desenvolve, são desenvolvidas também condições para criação de uma população relativamente redundante, e isto não se deve ao fato de que, a força produtiva do trabalho social diminui, mas porque ela aumenta, portanto, “uma desproporção entre o crescimento cada vez maior do capital e sua necessidade relativamente decrescente de uma população crescente”<sup>21</sup> (MARX, 1988, p. 161).

Segundo Marx:

Portanto, o mesmo desenvolvimento da força produtiva social de trabalho se expressa no progresso do modo de produção capitalista, por um lado, numa tendência de queda progressiva da taxa de lucro e, por outro, em crescimento constante da massa absoluta de mais-valia ou do lucro apropriado; de forma que, no todo, ao decréscimo relativo do capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos. Esse efeito dúplice como foi mostrado só pode se apresentar num crescimento do capital global em progressão mais rápida do que aquela em que a taxa de lucro cai. Para empregar um capital variável acrescido em termos absolutos, com uma composição superior ou um aumento relativo mais intenso do capital constante, o capital global precisa crescer não só na proporção da composição superior, mas ainda de maneira mais rápida. Daí segue que, quanto mais o modo de produção capitalista se desenvolve, uma quantidade cada vez maior de capital se torna necessária para empregar a mesma força de trabalho, e ainda maior para uma força de trabalho crescente. A força produtiva crescente de trabalho gera, portanto, na base capitalista, necessariamente uma superpopulação trabalhadora permanente e aparente (MARX, 1988, p. 162).

---

<sup>21</sup> Ressaltamos ainda que: “Mesmo se a massa explorada da população trabalhadora permanecesse constante e só a duração e a intensidade da jornada de trabalho aumentasse, ainda assim a massa de capital empregada teria de se elevar, já que ela tem de subir, até mesmo para empregar a mesma massa de trabalho sob as antigas condições de exploração com composição alterada de capital” (MARX, 1988, p. 162)

Nestes termos, a lei tendencial nos revela que: as mesmas causas que produzem a queda na taxa de lucro, também permitem uma acumulação acelerada de capital, e desta forma, crescimento da grandeza absoluta ou da massa global de mais-trabalho. Trata-se, de uma correlação que aparentemente se contradiz. Se na concorrência, um capitalista maior deseja ganhar espaço no mercado e derrubar capitalistas menores, nos tempos de crise, ele propositadamente baixa a taxa de lucro, para eliminar seus pequenos concorrentes. O mesmo acontece com o capital comercial, que “exibe fenômenos que permitem ver a queda do lucro como consequência da ampliação do negócio, e com isso do capital” (MARX, 1988, p. 163), sejam em ramos de atividades submetidas no regime concorrencial ou monopolista. Neste sentido, essa lei repousa também, no fato de que, a queda do preço das mercadorias produzidas pelo capital, é acompanhada por um crescimento relativo da massa de lucro disposto nelas e realizado mediante a venda dessas mercadorias. Marx explica que:

Com o desenvolvimento da força produtiva e a composição superior do capital, que lhe corresponde, põem um *quantum* cada vez maior de meios de produção em movimento por um *quantum* cada vez menor de trabalho, cada parte alíquota do produto global, cada mercadoria individual ou cada medida individual determinada de mercadoria da massa global produzida absorve menos trabalho vivo e, além disso, contém menos trabalho objetivado, tanto na depreciação do capital fixo empregado quanto nas matérias-primas e auxiliares utilizadas. Cada mercadoria individual contém, portanto, uma soma menor de trabalho objetivado nos meios de produção e de trabalho novo agregado durante a produção. Por isso cai o preço da mercadoria individual. A massa de lucro que está contida na mercadoria individual pode, apesar disso, aumentar, se a taxa de mais-valia absoluta ou relativa cresce. Ela contém menos trabalho novo agregado, mas a parte não-paga do mesmo cresce em relação à parte paga. Esse é, porém, o caso apenas dentro de determinados limites. Com a diminuição absoluta enormemente incrementada no curso do desenvolvimento da produção, da soma de trabalho vivo, recém-agregado à mercadoria individual, também diminuirá absolutamente a massa de trabalho não-pago nela contido, por mais que tenha crescido relativamente, a saber, em proporção à parte paga. A massa de lucro sobre cada mercadoria individual irá diminuir muito com o desenvolvimento da força produtiva de trabalho, apesar do crescimento da taxa de mais-valia (MARX, 1988, p. 163 et seq., grifos nossos).

Diante disto, podemos entender que o preço das mercadorias individuais consiste na soma do produto global do capital, e quando há a queda do preço dessas mercadorias, significa dizer que, um dado *quantum* de trabalho consegue se realizar numa massa maior de mercadorias, portanto, que cada mercadoria individual detém menos trabalho que antes. No modo de produção capitalista, quando a produtividade da indústria aumenta, o preço da mercadoria tende a cair, e nela está contido menos trabalho, menos trabalho pago e menos trabalho não-pago.



E como o lucro só pode constituir parte dessa massa de trabalho contida na mercadoria individual, a massa de lucro por mercadoria individual tem de diminuir e isso mesmo quando, dentro de certos limites, a taxa de mais-valia sobe” (MARX, 1988, p. 166).

De toda forma, a massa do lucro sobre o produto global não cai abaixo de sua massa de lucro original, pois o capital permanece empregando a mesma massa de trabalhadores que anteriormente, com o mesmo equivalente de exploração do trabalho, ou também com um número menor de trabalhadores empregados com um grau mais elevado de exploração. Como resultado disto, temos que, na mesma proporção em que a massa de lucro sobre o produto individual decresce, amplia o número dos produtos. Neste sentido:

A massa de lucro continua a mesma, só que ela se distribui de outro modo sobre a soma das mercadorias; isso também não muda nada na repartição do *quantum* de valor produzido pelo trabalho recém-agregado, entre capitalistas e trabalhadores (MARX, 1988, p. 166, grifos nossos).

Em suma, a massa de lucro só pode aumentar, devido ao emprego da mesma massa de trabalho, se quando o mais-trabalho não-pago aumenta com grau constante de exploração do trabalho, ou se caso o número de trabalhadores aumenta, ou ainda, quando essas condições atuam ao mesmo tempo. De acordo com Marx:

Em todos esses casos - que pressupõem, no entanto, de acordo com o pressuposto, o crescimento do capital constante em relação ao capital variável e uma grandeza crescente do capital global empregado - a mercadoria individual contém menos massa de lucro e a taxa de lucro cai, mesmo quando calculada sobre a mercadoria individual; dado quantum de trabalho adicional se representa em maior quantum de mercadorias; o preço da mercadoria individual cai [...] Em nenhum caso, a queda de preço da mercadoria individual permite tirar por si só uma conclusão sobre a taxa de lucro. Tudo depende de quão grande é a soma global do capital que participa de sua produção (MARX, 1988, p. 166).

Isto posto, esses fenômenos advindos da natureza do modo de produção capitalista, quais sejam de que: com produtividade crescente do trabalho, o preço da mercadoria individual ou de dada quantidade de mercadorias cai; o número de mercadorias sobe, a massa de lucro sobre a mercadoria individual, as taxas de lucro sobre a soma de mercadorias caem; e a massa de lucro, porém sobre a soma global das mercadorias sobe. Tudo isso nos indica um movimento: uma queda da massa de lucro sobre a mercadoria, queda de seu preço, e conseqüente crescimento da massa de lucro sobre o número global aumentado das mercadorias que o capital global ou o capitalista individual produz. Entretanto, “a queda dos preços das mercadorias e a elevação da massa de lucro sobre a massa aumentada das

mercadorias barateadas é apenas outra expressão da lei da taxa decrescente de lucro com massa simultaneamente crescente de lucro” (MARX, 1988, p. 167).

Retomando a questão da relação da superpopulação relativa, que é uma das causas genéricas da queda tendencial da taxa de lucro, temos que, essa parcela é indispensável para o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, bem como, é acelerada por esse desenvolvimento. A superpopulação relativa se percebe mais notavelmente em um país cujo modo de produção capitalista esteja plenamente desenvolvido:

Por sua vez, ela é a causa, por um lado, de em muitos ramos da produção a subordinação mais ou menos incompleta do trabalho ao capital continuar e continuar por mais tempo do que corresponderia, à primeira vista, ao estágio geral do desenvolvimento (MARX, 1988, p. 171).

Isso se dá devido à barateza e a quantidade de trabalhadores assalariados disponíveis ou liberados, e da maior oposição que alguns ramos da produção por sua própria natureza, se contrapõem à transformação de trabalho manual ao trabalho mecanizado. Entretanto, Marx explica que:

Por outro lado, abrem-se novos ramos da produção, sobretudo para consumo de luxo, que tomam como base precisamente essa população relativa, liberada freqüentemente pelo predomínio do capital constante em outros ramos da produção, e que, por sua vez, repousam no predomínio do elemento constituído pelo trabalho vivo e que só pouco a pouco percorrem o mesmo caminho que os outros ramos da produção. Em ambos os casos, o capital variável constitui uma proporção significativa do capital global e o salário está abaixo da média, de modo que tanto a taxa de mais-valia quanto a massa de mais-valia são extraordinariamente altas nesses ramos da produção. Como a taxa geral de lucro é constituída mediante a equalização das taxas de lucro nos ramos da produção específicos, aqui, mais uma vez, a mesma causa que gera a tendência decrescente da taxa de lucro faz surgir um contrapeso a essa tendência, que paralisa mais ou menos seu efeito (MARX, 1988, p. 171).

Diante disto, com a queda da taxa de lucro, cresce o mínimo de capital que o capitalista individual necessita para o emprego produtivo do trabalho, um mínimo tanto para reprodução da exploração em geral, quanto para que o tempo do trabalho empregado seja o tempo de trabalho necessário para produção de mercadorias. Isso se faz preciso, para que não exceda a média do tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, e conseqüentemente, cresça a concentração. Essa concentração crescente gera, por sua vez, em certo nível, nova queda da taxa de lucro. De modo que: “A massa dos pequenos capitais fragmentados é em virtude disso forçada a enveredar pela trilha da aventura: especulação, fraude creditícia, fraude acionária, crises” (MARX, 1988, p. 180). Essa superabundância de capital surge das mesmas circunstâncias que se provocam uma superpopulação relativa e, por

isso, é um fenômeno complementar, embora ambas estejam em pólos opostos, capital desocupado de um lado e população trabalhadora desocupada do outro lado.

Superprodução de capital significa apenas superprodução de meios de produção - meios de trabalho e de subsistência - que podem funcionar como capital, ou seja, que podem ser empregados para a exploração do trabalho em dado grau de exploração, e a queda desse grau de exploração abaixo de dado ponto provoca perturbações e paralisações do processo de produção capitalista, crises, destruição de capital. Não há nenhuma contradição em ser essa superprodução de capital acompanhada por uma superpopulação relativa mais ou menos grande. As mesmas circunstâncias que elevaram a força produtiva do trabalho aumentaram a massa dos produtos-mercadorias, ampliaram os mercados, aceleraram a acumulação de capital, tanto em massa quanto em valor, e reduziram a taxa de lucro (MARX, 1988, p. 183).

Estas dadas condições, geraram uma superpopulação relativa e permanecem gerando-a, uma superpopulação que se não é empregada pelo capital excedente por causa do baixo grau de exploração de trabalho, é empregada por causa da baixa taxa de lucro que ela, com o grau dado de exploração, permite. Deste modo, no modo produção capitalista, não se produz meios de subsistência em demasia para suprir a necessidade da população existente, não se produz meios de produção para ocupar toda a população apta para trabalhar. Longe disso: produz-se primeiro uma parte demasiada grande da população, que não consegue trabalhar, “que por suas circunstâncias depende da exploração do trabalho de outros ou de trabalhos que só dentro de um modo de produção miserável podem valer como tais (MARX, 1988, p. 185)”; segundo: os meios de produção não são produzidos para que a população seja capaz de trabalhar em circunstância mais produtivas, a finalidade é que o tempo absoluto do trabalho seja encurtado pela massa e eficácia do aperfeiçoamento do capital constante utilizado no tempo de trabalho. Entretanto, Marx afirma que:

[...] periodicamente são produzidos meios de trabalho e meios de subsistência em demasia para fazê-los funcionar como meios de exploração dos trabalhadores a certa taxa de lucro. São produzidas mercadorias em demasia para poder realizar o valor nelas contido e a mais-valia encerrada nele, sob as condições de distribuição e de consumo dadas pela produção capitalista, e poder retransformá-la em novo capital, isto é, levar a cabo esse processo sem explosões sempre recorrentes. Não se produz demasiada riqueza. Mas periodicamente se produz demasiada riqueza em suas formas capitalistas, antitéticas (MARX, 1988, p. 185).

Isto posto, entendemos que o modo de produção capitalista se depara com duas barreiras: a primeira, diz respeito ao fato de que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho resulta na queda da taxa de lucro, portanto, essa lei se opõe sempre de forma hostil ao seu desenvolvimento, tendo de ser constantemente superada por meios de crises. E, segundo, porque a apropriação de trabalho não-pago, e a proporção desse trabalho não-pago para o trabalho objetivado em geral, ou, expresso de forma capitalista (o lucro e a proporção desse lucro para o capital aplicado, portanto certo nível da taxa de lucro), determina o rumo para

ampliação ou limitação da produção, desconsiderando a relação entre a produção e as necessidades sociais. Isso significa dizer, que o processo produtivo não está voltado para onde a satisfação das necessidades o obriga, mas para onde define a produção e realização do lucro.

A taxa de lucro, ou seja, o acréscimo proporcional de capital, é sobretudo importante para todas as ramificações novas do capital que se agrupam de maneira autônoma. E assim que a formação de capital caísse exclusivamente as mãos de alguns poucos grandes capitais completados, para os quais a massa de lucro compensa a taxa, o fogo vivificador da produção estaria extinto. Ela adormeceria. A taxa de lucro é a força impulsionadora da produção capitalista, e só se produz o que é à medida que pode ser produzido com lucro (MARX, 1988, p. 185 et seq.).

Deste modo, Marx, ao revelar as bases que geram essa tendência a queda geral da taxa do lucro, nos permite desvendar os efeitos dessa tendência sobre a classe trabalhadora, cujos agravos se convertem numa violência sobre o trabalhador, ao sujeitá-lo forçosamente ao desemprego e a miséria. Portanto, se tratam de problemas estruturais, incorrigíveis do modo de produção capitalista, uma vez que, quanto mais o capitalista desenvolve as forças produtivas, mais dificuldade encontra em continuar expandindo capital, resultando em crises que são superadas parcialmente devido a disposição de uma massa de trabalhadores sempre disponível.

Na próxima Seção, estudaremos os movimentos de concentração e centralização de capital, aprofundando o estudo sobre a dinâmica capitalista, demonstrando as bases materiais do capitalismo monopolista, evidenciando expressões da violência que se complexificaram no processo de expansão do capital que originou a formação do capitalismo cada vez mais dominador.

### 3. A DINÂMICA DA VIOLÊNCIA NO CAPITALISMO MONOPOLISTA

Nesta seção estudaremos o fenômeno da violência a partir das bases materiais que fundam o capital em sua fase monopólica. Fundamentados em Marx, investigaremos a formação dos grandes monopólios advindos do processo de concentração e centralização de capital. Assim, também, investigaremos a partir dos estudos de Baran e Sweezy (1978) e Harry Braverman (1987), os efeitos do capitalismo monopolista sobre a vida dos indivíduos com o surgimento do “mercado universal”<sup>22</sup>, configurando uma verdadeira guerra econômica de vida e de morte que penetra todas as esferas da vida social cuja violência se manifesta sob novas configurações no universo do trabalho sob dominação do capital nesta fase do seu desenvolvimento. Com base nos estudos de Baran e Sweezy (1978), Harry Braverman (1987) e Mészáros (2011), entenderemos como a violência se revela na intensificação da extração da mais-valia relativa diante das mudanças ocorridas no interior do modo de produção capitalista, da qual criou uma nova gestão do trabalho pautada na gerência científica. E, por fim, ao analisarmos a lei da queda tendencial da taxa de lucro revelada por Karl Marx, em Mészáros, entenderemos de que forma a superpopulação relativa cresce com a monopolização do capital, manifestando a violência expressa no desemprego de caráter crônico e na condição de miséria da classe trabalhadora.

#### 3.1 A gênese histórica e econômica do Capitalismo dos Monopólios: o processo de concentração e centralização de capital

Conforme vimos no item anterior, a partir de Marx, entendemos que, ao atingir a sua consolidação com o advento da Grande Indústria, o capitalismo subordina de maneira formal e real o trabalhador aos parâmetros capitalistas, acarretando diversos reflexos do fenômeno da violência sobre a vida da classe trabalhadora. Até aqui, estudamos apenas uma parte desse processo que diz respeito ao crescimento adicional de capital e as mudanças que ocorrem na composição técnica do capital. Agora aprofundaremos o estudo da dinâmica capitalista ressaltando dois processos: o processo de concentração de capital e o processo de

---

<sup>22</sup> O “mercado universal”, diz respeito à ampliação e diversificação de bens e serviços, advindos da formação dos monopólios, ele tem por lógica transformar todos os bens em mercadorias, assim como, criar novos serviços, seja em aspecto material ou não- material de produção, ou seja, meios de subsistência, lazer, educação, saúde etc. passam a ser objetos de comercialização. Para Braverman, o “mercado universal”, “é amplamente celebrado como uma generosa ‘economia de serviço’, e louvado por sua ‘conveniência’, ‘oportunidades culturais’, ‘instituições modernas para cuidar dos excepcionais etc’” (BRAVERMAN, 1987, p. 239, grifos do autor).

centralização do capital, estes transformaram o capital na alavanca mais poderosa de acumulação.

Marx nos revela que o grau de desenvolvimento produtivo social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção transformado em produtos. Essa massa de meios de produção cresce conforme a produtividade dispendida pelo trabalho do trabalhador. Esses meios de produção podem desempenhar dois papéis: Para Marx: “O crescimento de uns, é consequência; o de outros, condição da crescente produtividade de seu trabalho” (MARX, 1996, p. 254). Assim, é consequência, quando, à medida que meios de produção são postos no processo de produção com o desenvolvimento da manufatura e da maquinaria, mais meios de produção são requisitados, sendo necessário mais matérias-primas e materiais auxiliares no processo de trabalho, resultando como consequência, uma crescente produtividade do trabalho. Já como condição, esses meios de produção são requisitos para que a produtividade do trabalho seja realizada, uma vez que, esse processo produz novos setores de produção, portanto, sem meios de produção não seria possível a crescente produtividade do trabalho. Porém, conforme Marx:

[...] condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo desta última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos (MARX, 1996, p. 254).

Assim, no primeiro momento do processo de produção, o valor investido é dividido meio a meio, uma parte para capital constante e outra capital variável, e como resultado deste movimento, ocorrem mudanças na composição técnica de capital, na qual, o volume dos meios de produção cresce de forma desproporcional à demanda de força de trabalho na produção, ou seja, capital constante cresce à custa de capital variável. Com o desenvolvimento produtivo do trabalho, esse investimento muda, deixa de ser meio a meio, e uma parcela maior é investida em capital constante, e uma parcela menor em capital variável. Essas mudanças de valor, podem ser percebidas na comparação dos preços das mercadorias, quer em diferentes épocas econômicas de uma única nação ou em diferentes nações, com as mesmas épocas econômicas. Como nos mostra Marx:

A grandeza relativa do elemento do preço, que representa apenas o valor dos meios de produção consumidos ou a parte constante do capital, estará na razão direta; a grandeza relativa do outro elemento do preço, que representa a parte que paga o trabalho ou a parte variável do capital, estará geralmente na razão inversa do progresso da acumulação (MARX, 1996, p. 255).

Assim, a grandeza relativa do elemento do preço, diz respeito ao que se investe tanto em capital constante quanto em capital variável. A parte que concerne ao capital constante está na razão direta da acumulação – em termos quantitativos do que se produz –, enquanto a parte do preço referente ao que se investe em capital variável estará na razão inversa da acumulação - em termos de produtividade aplicada. Ou podemos dizer ainda que, a porcentagem dos investimentos indica decréscimo do elemento variável na razão inversa ao aumento gerado no elemento constante, que por sua vez, ocorre na ordem inversa do progresso da acumulação. Esse processo de decréscimo de capital variável na produção, se explica pelo fato de que, com o desenvolvimento produtivo do trabalho, a quantidade de meios de produção se elevou e aliado a isto, o valor dos meios de produção caiu em comparação com seu volume. Como explica Marx:

Seu valor se eleva, pois de modo absoluto, mas não proporcionalmente a seu volume. O crescimento da diferença entre capital constante e capital variável é, por isso, muito menor do que o da diferença entre a massa dos meios de produção em que o capital constante é convertido e a massa da força de trabalho em que se converte o capital variável. A primeira diferença cresce com a última, mas em grau menor (MARX, 1996, p. 255).

Apesar disso, havendo um decréscimo relativo da grandeza variável, seu valor absoluto continua a crescer na produção<sup>23</sup>. Para que isso seja possível, é necessário o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho sob a forma de cooperação<sup>24</sup> em larga escala, para que o trabalho produtivo seja de tal ponto organizado e combinado, logo, poupados meios de produção mediante concentração maciça. Conforme Marx, são “criados materialmente meios de trabalho apenas utilizáveis em conjunto, por exemplo, sistema de maquinaria etc.” (MARX, 1996, p. 256), aliado as forças da natureza, a ciência completa a transformação do processo de produção capitalista. Nosso autor afirma que:

---

<sup>23</sup> Exemplifica Marx: “Suponhamos que um valor de capital se divida inicialmente em 50% de capital constante e 50% de variável, mais tarde em 80% de constante e 20% de variável. Se, entretanto, o capital original, digamos 6 mil libras esterlinas, aumentou para 18 mil libras esterlinas, sua componente variável cresceu também em 1/5. Era de 3 mil libras esterlinas e monta agora a 3 600 libras esterlinas. Mas se, antes, um crescimento de 20% de capital teria bastado para elevar a demanda de mão-de-obra em 20%, isso agora exige triplicação do capital original” (MARX, 1996, p. 255).

<sup>24</sup> Conforme explica Marx: “A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação” (MARX, 1996, p. 442). A cooperação, diz respeito ao processo em que uma massa de trabalhadores, juntos, estão distribuídos em diferentes operações, executando-as simultaneamente, permitindo que, o tempo de trabalho necessário para fabricar o produto global seja reduzido. Podemos entender que, “A concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de capitalistas individuais é, portanto, a condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados, e a extensão da cooperação, ou a escala da produção, depende do grau dessa concentração” (MARX, 1996, p. 446). A cooperação aparece, deste modo, como força produtiva do capital, trata-se de uma forma específica do processo de produção capitalista, diferenciando-se do processo de produção de trabalhadores individuais e independentes.

À base da produção de mercadorias, na qual os meios de produção são propriedade de pessoas privadas, em que o trabalhador manual produz mercadorias, portanto de modo isolado e autônomo ou vende sua força de trabalho como mercadoria porque lhe faltam os meios para produzir autonomamente, aquele pressuposto só se realiza pelo crescimento dos capitais individuais ou à medida que os meios sociais de produção e subsistência são transformados em propriedade privada de capitalistas. O terreno da produção de mercadorias só pode sustentar a produção em larga escala na forma capitalista. Certa acumulação de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias constitui, por isso, o pressuposto do modo específico de produção capitalista (MARX, 1996, p. 256).

Assim, à medida que capital produz capital a partir de seus métodos de acumulação acelerada, a mais-valia é retransformada em capital, e se apresenta, portanto, como uma grandeza crescente de capital que entra no processo de produção. Portanto, é parte fundamental para a produção em larga escala, e conseqüente, aumento produtivo da força de trabalho e mais produção de mais-valia. Entendemos que, quando se alcança determinado grau de acumulação desencadeado pelo próprio modo de produção especificamente capitalista, esse grau apresenta como reação uma acumulação acelerada de capital. É este potencial de acumulação que permite que o modo de produção capitalista se desenvolva e crie mais acumulação, resultando disto uma alteração na composição técnica do capital, de forma que, a parte variável se torna cada vez menor que a parte constante.

Na produção capitalista, todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção que comanda um determinado número de trabalhadores, e toda acumulação se transforma em meio para nova acumulação. A riqueza produzida em massa possibilita a ampliação de concentração de capital nas mãos de capitalistas individuais, assim, com o crescimento dos muitos capitais individuais, cresce também o capital social. E na medida em que, os capitalistas individuais acumulam, mais são capazes de concentrar meios de produção. Algumas dessas parcelas se destacam e passam a criar novos capitais autônomos. Como explica Marx:

Com a acumulação do capital, cresce, portanto, em maior ou menor proporção, o número dos capitalistas. Dois pontos caracterizam essa espécie de concentração, que repousa diretamente na acumulação, ou melhor, que é idêntica a ela. Primeiro: a crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais é, permanecendo constantes as demais circunstâncias, limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes (MARX, 1996, p. 257).

Esta acumulação e concentração de capitais se encontram dispersas em muitos pontos, assim também, são produzidos novos capitais a partir da fragmentação dos capitais antigos. Em suma, apesar da acumulação ter o poder de concentrar meios de produção e comando



sobre a força de trabalho, ela também é capaz de repelir muitos capitais individuais em face da concorrência entre os produtores de mercadoria.

Essa dispersão do capital global da sociedade em muitos capitais individuais ou a repulsão recíproca entre suas frações é oposta por sua atração. Esta já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores (MARX, 1996, p. 257).

Neste sentido, o movimento de concentração de capitais já constituídos, do qual o capitalista expropria capitalista, difere da concentração simples, porque pressupõe divisão alterada de capitais já existentes e em funcionamento, e que não são limitados pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. Portanto, “O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração” (MARX, 1996, p. 257). Essa luta da concorrência entre os capitalistas se dá pelo barateamento das mercadorias, que é definido na produtividade do trabalho e pela escala da produção. Assim, recordemos que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, cada capital individual cresce minimamente para continuar conduzindo sua produção sob condições normais, de forma que, os capitais individuais passam a disputar entre si, espaços da produção dos quais a grande indústria só se apoderou de forma esporádica ou incompleta, desencadeando uma acirrada concorrência inversa à grandeza dos capitais rivais. Esse processo:

Termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vencedor, em parte soçobram. Sem levar isso em conta, com a produção capitalista constitui-se uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito, que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais (MARX, 1996, p. 258).

Assim, à medida que, se desenvolve a produção e a acumulação capitalista, se desenvolvem também, as duas maiores alavancas da acumulação: centralização e o crédito. Se por um lado, o progresso da acumulação torna possível a multiplicação da matéria centralizável (os capitais individuais), por outro lado, a expansão capitalista cria a necessidade social e os meios técnicos para as grandes empresas individuais que já dispõe de uma prévia centralização de capital. Com o aumento da expansão essa força de atração tende sempre a

crescer e a centralização ficar mais forte. Apesar da centralização depender até certo modo da grandeza da riqueza capitalista já produzida, ela não depende do crescimento positivo da grandeza do capital social, o que significa dizer que, a centralização de capital se difere da concentração, na medida em que, pode agrupar e reagrupar quantitativos dos componentes do capital social, por meio de mudanças na distribuição de capitais já existentes. Na visão de Marx:

O capital pode crescer aqui numa mão até formar massas grandiosas, porque acolá ele é retirado de muitas mãos individuais. Em dado ramo de negócios, a centralização teria alcançado seu limite último se todos os capitais aí investidos fossem fundidos num só capital individual. Em dada sociedade, esse limite seria alcançado no instante em que o capital global da sociedade estivesse reunido na mão seja de um único capitalista, seja de uma única sociedade de capitalistas (MARX, 1996, p. 258 et seq.).

Portanto, a centralização complementa a acumulação, porque permite as condições dos capitalistas individuais expandirem suas escalas de operações. Isso se dá, tanto como resultado da acumulação ou da própria centralização, em que os capitais se tornem tão superiores quanto outros, a ponto de atraírem para si fragmentos isolados, assim também, quando ocorre a fusão mediante a constituição de sociedades capitalistas por ações, independente de qual via, o efeito da centralização tende a ser o mesmo. Assim, entendemos que, a expansão de um determinado estabelecimento é o ponto de partida para uma organização mais abrangente, para um desenvolvimento mais amplo da produção, para uma forma de organizar o trabalho num processo de produção mais socialmente combinado. Entretanto,

é claro que a acumulação, o aumento paulatino do capital pela reprodução que passa da forma circular para a espiral, é um processo bastante lento, se comparado com a centralização, que só precisa alterar o agrupamento quantitativo das partes integrantes do capital social. O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização mediante as sociedades por ações chegou a esse resultado num piscar de olhos. E enquanto a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho. As massas de capital soldadas entre si da noite para o dia pela centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais rapidamente e, com isso, tornam-se novas e poderosas alavancas da acumulação social. (MARX, 1996, p. 259).

Nesse processo, as massas de capital, se reproduzem e se multiplicam de forma mais rápida, tornando-se poderosas alavancas de acumulação social. Em suma, num primeiro momento, a acumulação normal serve inicialmente para novas invenções e descobertas e conseqüente aperfeiçoamento industrial. Num outro momento, o velho capital tem por

necessidade se renovar, e se aperfeiçoa tecnicamente, de modo que, uma massa menor de trabalho basta para colocar em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas. Portanto, “A diminuição absoluta da demanda de trabalho, que necessariamente segue daí, torna-se, como é óbvio, tanto maior quanto mais os capitais, que passam por esse processo de renovação, estejam acumulados em massas” (MARX, 1996, p. 260), por causa da centralização. Tanto o novo capital quanto o velho tendem a repelir mais e mais trabalhadores. Assim, entendemos como que, pelo movimento de concentração e centralização, o capital conseguiu se expandir ao ponto de formar grandes monopólios de capital.

O capitalismo monopolista data do início das primeiras décadas do século XIX, como resultado do movimento de concentração e centralização de capital, sob a forma primeira de trustes, cartéis e outras formas de combinação que foram se consolidando, dando forma a estrutura moderna da indústria e das finanças capitalistas. Aliado a isto, a colonização do mundo, os conflitos internacionais das esferas que possuíam influência econômica, o aumento das organizações monopolistas de cada país, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o “mercado universal” e as mudanças na estrutura estatal, estrearam o capitalismo em sua fase monopolista. Estudaremos a seguir o fenômeno da violência nessa formação monopólica para o funcionamento do modo de produção capitalista e as expressões dessa violência sobre a vida social dos sujeitos.

### **3.2 Violência e guerra econômica: a vida social absorvida pelo Grande Mercado**

No item anterior, com base em Marx, analisamos de que forma o movimento de concentração e centralização de capital possibilitou ao modo de produção capitalista a formação de grandes massas de capital, tendo por resultado uma “sociedade gigante”, cujos aspectos econômicos sociais e culturais sofreram profundas transformações na forma de criar e absorver excedente. A tendência do capital mostrou que, por meio da concentração de capital, cada capital é capaz de se expandir e com ele fazer crescer a escala da produção; já a centralização de capital, pôde alterar a distribuição de capitais existentes ao reunir estes capitais, possibilitando que muitos pequenos capitalistas se tornassem poucos grandes capitalistas.

Fundamentados nos estudos de Baran e Sweezy, e Braverman, entendemos que a forma da “Grande Empresa” típica do capitalismo monopolista é uma máquina para maximização de lucros e maximização de capital. Vejamos:

O capitalismo monopolista é um sistema constituído de empresas gigantes. Isto não é dizer que não existem outros elementos no sistema, ou que é útil estudar o capitalismo monopolista com abstração de tudo exceto das empresas gigantes. Será mais realista e mais esclarecedor incluir, desde o início, juntamente com o setor monopolista, um setor mais ou menos amplo da pequena empresa, pois esta participa, de muitas formas, nos cálculos e estratégias de grandes. Fazer abstração das empresas menores seria excluir do campo de investigação alguns dos determinantes do comportamento da grande empresa. Devemos, porém, ter cuidado para não cair na armadilha de supor que a grande empresa e as empresas menores são qualitativamente iguais, ou de importância correspondente para o *modus operandi* do sistema. O elemento dominante, o principal móvel, é o mundo dos grandes negócios organizado em empresas gigantes, que se empenham em maximizar o lucro e acumular capital (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 60, grifos do autor).

Deste modo, essa “sociedade gigante” que nasce no capitalismo monopolista, diz respeito ao conjunto de empresas, que movimentam a economia, seja impulsionando-a ou gerando dificuldades e crises. Neste sentido: “A empresa como uma forma desfaz o vínculo direto entre o capital e seu proprietário individual, e o capitalismo monopolista ergue-se sobre essa forma” (BRAVERMAN, 1987, p. 220 et seq.). As pequenas empresas funcionam como receptoras “reagindo às pressões das grandes empresas e em certa medida modelando-as e canalizando-as, mas sem o poder efetivo de contrabalançá-las e ainda menos de exercer uma iniciativa independente própria” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 60). Portanto, tais empresas, no capitalismo monopolista não exercem função principal, como era no capitalismo concorrencial, tornam-se parte do ambiente interno das grandes empresas.

Dentro da “Grande Empresa” as relações são diretas, hierárquicas e burocráticas, predomina nela um regime de planejamento, mas isso não existe para o funcionamento da totalidade do sistema, pois várias empresas gigantes, em geral, agem motivadas para seus próprios fins e não para o funcionamento do sistema como um todo. Deste modo: “As grandes empresas se relacionam mutuamente, relacionam-se com os consumidores, os empregados e as empresas menores principalmente através do mercado” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 61). O funcionamento desse mecanismo de interação é o resultado não-intencional de interesses privados dessas empresas, que em geral, está relacionado as relações de preço. Assim, o estudo do capitalismo monopolista pressupõe o estudo do mecanismo de preços.

A empresa gigante típica, porém, não é monopolista nesse sentido. É antes, uma das várias empresas que produzem mercadorias que são sucedâneos mais ou menos adequados entre si. Quando uma delas varia seu preço, o feito será sentido imediatamente pelas outras. Se a firma *A* reduzir seu preço, poderá conseguir aumento da procura, mas o efeito principal será desviar clientes das firmas *B*, *C*, e *D*. Estas últimas, não desejando ceder seus negócios a *A*, reagirão reduzindo também

seus preços, talvez mesmo em maiores proporções que *A*. Embora a atitude original de *A* fosse tomada na esperança de aumentar seu lucro, o resultado líquido poderá vir a colocar todas as firmas em posição pior (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 65, grifos do autor).

Deste modo, é impossível que uma única empresa dite qual o preço que maximizará seu lucro, tendo em vista que, ela não depende apenas de seu preço, mas também dos preços cobrados por suas rivais. Se uma empresa, supõe prever as reações de suas rivais, ela se expõe ao risco de errar seus cálculos e ter de fazer novos reajustamentos, o que afetaria diretamente suas rivais e assim continuamente, até chegarem ao ponto de se colocarem numa guerra de preços destruidora. Na percepção de Baran e Sweezy:

Se a maximização dos lucros do grupo constitui o conteúdo do processo de preços no regime do capitalismo monopolista, sua forma pode diferir amplamente, segundo condições históricas e legais específicas. Em alguns países, os vendedores podem formar, e são mesmo estimulados a isso, associações com a finalidade de coordenar suas políticas. As disposições resultantes podem variar desde rígidos cartéis que regularizam tanto os preços como a produção (uma aproximação muito grande do exemplo do monopólio puro) até acordos informais de cumprir certos esquemas de preços (exemplificados pelos famosos ‘banquetes *Gary*’ da indústria americana do aço, nos primeiros anos do século). Nos Estados Unidos, onde por motivos históricos a ideologia da concorrência continuou sendo forte, apesar do fato real da monopolização, as leis antitrustes impedem, com eficiência, tais acordos abertos entre vendedores (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 67).

Este acordo se revela como uma estratégia mais aperfeiçoada para a chamada “liderança de preços”, ela está relacionada ao fato de que, a maioria das empresas de uma indústria apresenta seus produtos e o preço de determinado produto é ditado por uma delas. Quem define o preço é a empresa de maior poder, diante disto, as demais se submetem ao seu papel dominante porque se mostra lucrativo agir assim, afinal, diante de uma guerra de preços, a empresa mais poderosa tende a sair menos lesionada que as demais. Por outro lado: “O abandono da concorrência de preços não significa o fim de toda competição: ela toma novas formas e se processa com uma intensidade cada vez mais crescente” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 74). Essas novas formas de concorrência se expressão na denominada “Campanha de vendas”, existente nas indústrias de bens de produção.

A “campanha de vendas” aparece antes mesmo do capitalismo alcançar sua fase monopolista, mas é no capitalismo monopolista que a “campanha de vendas” cresce em âmbito e intensidade, tomando proporções gigantescas, a ponto de se tornar uma parte central do sistema capitalista. Em termos econômicos, sua influência generalizada só não ultrapassa o impacto causado pelo militarismo<sup>25</sup>. Com o desaparecimento da competição entre os preços, abriu-se a possibilidade para uma nova forma de promoção de vendas, quais sejam:

<sup>25</sup> Aprofundaremos este aspecto na Seção 3 dessa Dissertação.

“publicidade, variação do aspecto dos produtos, de sua embalagem, a ‘obsolescência planejada’, as modificações de modelos, vendas a crédito etc.” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 120, grifos do autor). A esse respeito, Mészáros explica que:

É, portanto, extremamente problemático afirmar que, ultrapassado certo ponto na história do “capitalismo avançado”, este processo – intrínseco ao avanço produtivo em geral – seja completamente *revertido* da mais intrigante forma: em que a “*sociedade dos descartáveis*” encontre equilíbrio entre produção e consumo, necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder “*consumir*” artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente *duráveis* (MÉSZÁROS, 2011, p. 640, grifos do autor).

A vida social, no capitalismo monopolista, é programada para bens e serviços que possam ser facilmente descartados e rapidamente consumidos, de forma que, o modo de produção capitalista encontre equilíbrio entre a produção e o consumo para continuar reproduzindo o capital. O modo de produção capitalista tem por tendência ser naturalmente inimigo da durabilidade dos produtos, opondo-se em face de qualquer prática produtiva que esteja voltada para este fim, mesmo que comprometa a qualidade desses bens e serviços. Sobre esse aspecto, Mészáros discorre que:

A notória “obsolescência planejada” em relação aos “bens de consumo duráveis” produzidos em massa; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o *transporte coletivo*) em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores, até mínima (como o automóvel particular) e que uma parte considerável do poder de compra da sociedade; a imposição artificial da capacidade produtiva quase que completamente inutilizável (por exemplo, o “superdesperdício” de um complexo computador usado como “processador de texto” num escritório onde uma simples máquina de escrever seria perfeitamente suficiente); o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos materiais (por exemplo, o “escritório informatizado sem papel”, que consome cinco vezes mais papel do que antes); o “extermínio” deliberado das habilidades e dos serviços de manutenção, para compelir os clientes a comprar dispendiosos produtos ou componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser consertados (por exemplo, compelir as pessoas a comprar sistemas completos de silenciosos para carros ao preço de 160 libras, em lugar de um serviço de solda de 10 libras, que seria perfeitamente adequado ao propósito) etc. Tudo isso pertence a essa categoria, dominada pelos imperativos e determinações subjacentes para perdulariamente diminuir as taxas de utilização praticáveis (MÉSZÁROS, 2011, p. 670, grifos do autor).

Diante disto, na denominada “obsolescência planejada”, as mercadorias destinadas ao amplo consumo de massa são criadas para que seja sempre insuficientes, assim, com uma demanda crescente e contínua, o capital consegue driblar as crises e manter a circulação das mercadorias, ao mesmo tempo em que se expande. Neste sentido, faz-se necessário que, a dinâmica capitalista descubra meios que possibilitem a redução da taxa das mercadorias, e por fim, o encurtamento vida útil dessas mercadorias, resultando assim, no lançamento de

mercadorias superproduzidas para o movimento de circulação do capital que se acelera. Para Mészáros:

Entretanto, apesar da cínica prática da “obsolescência embutida”, assim como de todos os esforços manipulatórios de propaganda, que visam produzir a mesma “obsolescência prematura” por outras vias, não é muito fácil garantir – na escala necessária e com a consistência exigida para torná-la confiável do ponto de vista do capital orientado-para-a-expansão – a motivação para o descarte perdulário de bens perfeitamente utilizáveis, dadas as restrições econômicas dos consumidores individuais, mesmo nos países mais ricos, assim como as demandas conflitantes impostas sobre seus recursos. Desse modo, garantias muito mais seguras devem ser encontradas em escala suficientemente ampla, e numa forma diretamente institucionalizável, de modo que possa prosseguir sem obstáculos o incansável impulso do capital para a frente, combinado com sua tendência a reduzir a taxa de utilização (MESZÁROS, 2011, p. 670 et seq., grifos do autor).

Deste modo, percebemos que, o fenômeno da violência se manifesta por meio desses meios corretivos parciais de prevenção de crises e métodos manipulatórios do sistema do capital. O indivíduo é induzido a utilizar esses bens e serviços, tanto para sobreviver, quanto para inserir-se nos padrões capitalistas da vida social. E, para além disto, as estratégias capitalistas, como por exemplo, a obsolescência planejada, a campanha de vendas etc. esbarram nas próprias limitações do sistema do capital, que busca incessantemente preservar sua lucratividade.

Neste cenário, da chamada “campanha de vendas”, o número de vendedores é pequeno, em que cada um representa grande parte da produção e das vendas de uma indústria. Essas firmas grandes possuem influência sobre o mercado existente para sua produção, ditando e mantendo distinção de seus produtos com de seus concorrentes. Essa distinção é buscada por meio da publicidade, marcas registradas, nomes de produtos, embalagens específicas e variação de produtos etc. Conforme Baran e Sweezy:

Quanto mais expressivo for o esforço de diferenciação, tanto mais estará o vendedor do produto diferenciado na posição de monopolista. E quanto mais forte a atração do público à sua marca específica, tanto menos elástica se torna a procura com que pode contar e tanto mais capacitado estará ele para elevar seu preço sem sofrer uma considerável perda de receita (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 121).

E isto se aplica massivamente aos bens de consumo, crescendo significativamente nos bens de produção, portanto, quanto mais intensas são as necessidades recém-criadas, mais elevado podem ser os preços dos produtos e maior a margem de lucro de uma empresa. As primeiras empresas que foram surgindo nos Estados Unidos, por volta de 1880, foram sendo integradas numa nova forma de mercado. O novo enfoque mercadológico seria, portanto, a base para a empresa monopolista. Vejamos em Braverman:

O primeiro esquema foi o de comprar e vender mediante agentes de comissão, atacadistas e semelhantes. O âmbito crescente do mercado, com base nos

aperfeiçoamentos nos transportes e comunicações assim como no rápido aumento no tamanho das cidades criado pelo crescimento das indústrias, exibiu-se, não só através dos aumentos em volume, mas também, em dispersão geográfica. A inovação fundamental da empresa nesse setor foi a das organizações de mercado em âmbito nacional que estabeleceram como parte de suas próprias estruturas, organizações que vieram logo a tornar-se internacionais (BRAVERMAN, 1987, p. 223).

Diante disto, as organizações de mercado que atuavam dentro do âmbito nacional, passaram a atuar rapidamente no âmbito internacional. A rede de transportes foi a primeira empresa gigante, seguidas das empresas ferroviárias e marítimas, da nascente demanda de trilhos de aço, placas e chapas estruturais, da qual se desenvolvia o setor siderúrgico. Com o desenvolvimento no setor de transportes, os alimentos puderam ser transportados por meio de compartimentos estanques e refrigerados, deixando as cidades livres de sua dependência com fornecimento local, pois as mercadorias essenciais exigidas pelo rápido crescimento das cidades podiam ser transportadas por longas distâncias.

A indústria alimentícia deu as bases para o tipo de vida urbana que estava sendo gerada, abrangendo vendas, distribuição, intensa promoção ao consumo e publicidade. Adiante veio a indústria de conservas, a indústria do óleo, do fumo, dentre outras. Estes ramos diversos de produção foram surgindo pela necessidade de uma organização mercadejadora, devido aos pedidos, especificações, que requeriam produtos mais técnicos e complicados, atrelado à isso, o próprio uso de máquinas que demandavam manutenção, assistência, instalações etc. Tudo isto levou a nova indústria automobilística a construção de sua própria rede de mercadejamento.

O mercadejamento se apresenta como um importante aspecto da estrutura da grande empresa, ele está subdividido “por sua vez em seções de vendas, publicidade, promoção, correspondência, pedidos, comissões, análise de vendas e outras” (BRAVERMAN, 1987, p. 225), pois a empresa moderna tem por finalidade reduzir o caráter autônomo da demanda de seus produtos e aumentar seu caráter induzido, sem perder o controle da produção, eliminando as incertezas e forçando a realização dos resultados previstos. Para Braverman:

[...] as considerações sobre o mercadejamento tornam-se tão dominantes que a própria divisão da Engenharia sofre as suas influências e não raro está subordinada a elas. O estilo, o desenho, a embalagem, embora efetuados na parte produtiva a organização, representam a imposição das demandas do mercadejamento à divisão de Engenharia. O planejamento da obsolescência do produto, quanto ao estilo e pouca durabilidade é uma demanda do mercadejamento exercida através da divisão de Engenharia como é conceito de *ciclo do produto*; a pretensão de entrosar as necessidades do consumidor com as da produção em vez de outro modo semelhantes. Assim, através da estrutura imediata da organização mercadejadora, através da predominância do mercadejamento em todas as áreas de funcionamento da empresa, grande quantidade de trabalho é canalizada para a o mercadejamento (BRAVERMAN, 1987, p. 227 et seq., grifos do autor).



O mercadejamento consegue impor suas demandas de consumo sobre o indivíduo, a vida social passa a ser direcionada às necessidades de produção, configurando numa guerra econômica das quais as grandes empresas disputam clientes entre si por meio da campanha de vendas. Deste modo, a dinâmica da violência no capitalismo monopolista se expressa na produção capitalista, que agora consegue absorver a totalidade do indivíduo, seu grupo familiar e suas necessidades sociais, subordinando-o ao mercado, remodelando-o para as necessidades do capital, e transformando a sociedade num gigantesco mercado. No dizer de Braverman:

O capitalismo industrial começou com uma limitada quantidade de mercadorias em circulação normal. No nível doméstico elas incluíam os gêneros básicos sob forma mais ou menos inacabada, tais como cereais e carnes, peixes e alimentos, derivados do leite, legumes, bebidas destiladas e fermentadas, pão e biscoitos e melaços. Outras necessidades domésticas normais incluíam fumo, carvão e velas, lamparinas e sabão, sebo e cera, livro e jornais. A produção de roupas estava em seus inícios, mas o mercado na primeira parte do século XIX já estava bem desenvolvido para fios e têxteis, inclusive artigos de tricô, botas e sapatos. Os artigos domésticos incluíam também artefatos de madeira de serrarias e carpintarias, ferragens, tijolos e pedra, artigos de argila e vidro, móveis, utensílios domésticos, porcelana, e utilidades, instrumentos musicais, lataria e prataria, cutelaria, relógios e carrilhões, produtos farmacêuticos e drogas (BRAVERMAN, 1987, p. 231).

Deste modo, além de tudo isto, havia também mercadorias como matérias-primas: ferro, minérios, metais, peles, etc. No primeiro estágio do capitalismo industrial, o papel da família era de suma importância nos processos produtivos em sociedade. Posteriormente, é que o capitalismo em sua monopólica constituída, adentra a vida diária da família. Antes, a distribuição de alimentos se dava no seio da granja familiar, encabeçado pela dona-de-casa, o papel do capital industrial se resumia ao transporte desses alimentos. Entretanto, mais tarde, o capital industrial se disseminou entre a fazenda e a dona-de-casa produzindo alimentos semipreparados ou inteiramente preparados<sup>26</sup>.

Na medida em que, as mudanças no processo de trabalho foram substituindo o regime executado pelas granjas familiares, o capital ganhava impulso pela crescente absorção de força de trabalho sujeita a sua exploração. Os trabalhadores foram retirados de seus modos costumeiros, cujo processo de trabalho se dava nas fazendas e lares, os quais depois se

---

<sup>26</sup> Conforme exemplifica Braverman: “Por exemplo, quase toda a manteiga era produzida em granjas em 1879, já em 1899 havia sido reduzida bem abaixo de três quartos, e em 1939, pouco mais de um quinto da manteiga era feita em granjas. A matança de gado mudou-se da fazenda tanto mais cedo quanto mais rapidamente. A proporção de farinha utilizada pelas padarias comerciais subiu rapidamente de apenas um sétimo em 1899 para mais de dois quintos em 1939. E durante este período, a produção *per capita* de legumes em conserva multiplicou-se por cinco, e as compotas de frutas mais de dozes vezes. Do mesmo modo que o alimento, o vestuário, a habitação, artigos domésticos de todos os tipos: a gama de produção de mercadorias estendeu-se rapidamente” (1987, p. 234, grifos do autor).

inseriram nas indústrias fabris. Esse movimento se expressa com mais força na transformação gradativa de donas-de-casa em operárias. Desta maneira, o que podemos verificar é que “[...] com a industrialização da fazenda e das tarefas domésticas, veio a sujeição desses novos trabalhadores a todas as condições do modo capitalista de produção, a principal das quais é que eles agora pagam tributo ao capita e servem assim para ampliá-lo” (BRAVERMAN, 1987, p. 234).

Essa transição se deu ao conjunto de alguns fatores: primeiramente, o condicionamento urbano tornou impossível aquele antigo modo de vida, pois a vida urbana se fechou em torno do trabalhador, aquele expulso de sua terra sem acesso as antigas práticas de auto abastecimento do lar. Em paralelo, a renda proporcionada pelo trabalho deu acesso por meio do dinheiro aos meios necessários de subsistência fabricados pela indústria. Assim: “Frequentemente, o trabalho domiciliar torna-se antieconômico em comparação com o trabalho assalariado pelo barateamento dos artigos manufaturados” (BRAVERMAN, 1987, p. 235). Além disso, o padrão social exercia uma determinada pressão, principalmente sobre os mais jovens, uma vez que, as mercadorias passaram a ditar estilo, moda, publicidade e processos educacionais. Dessa maneira, havia certo menosprezo de mercadorias feitas em casa e o ato de comprar passa a ser supervalorizado. Porém,

[...] a industrialização do alimento e outros utensílios domésticos elementares é apenas o primeiro passo num processo que de fato leva à dependência de toda a vida social, e de fato a todas as inter-relações da humanidade para com o mercado. A população das cidades, mais ou menos excluída do meio natural pela divisão entre cidade e campo, torna-se inteiramente dependente do artifício social para cada uma de suas necessidades. Mas o artifício social foi destruído em tudo menos suas formas comerciáveis (BRAVERMAN, 1987, p. 235).

Neste sentido, entendemos que todas as instâncias da organização social – família, amigos, vizinhos, velhos, crianças etc. – deveriam encaminhar-se ao mercado para adquirir todas as suas necessidades, seja meios de subsistências (alimento, vestuário e habitação) ou meios de lazer (recreação, divertimento, segurança etc.). Importa ressaltar, que “com o tempo, não apenas necessidades materiais e de serviço, mas também os padrões emocionais de vida, são canalizados através do mercado” (BRAVERMAN, 1987, p. 235). Desta forma:

A estrutura social, erguida sobre o mercado, é tal que as relações entre indivíduos e grupos sociais não ocorre diretamente, como combates cooperativos humanos, mas através do mercado como relações de compra e venda. Assim, quanto mais a vida social se transforma em uma densa e compacta rede de atividades interligadas nas quais as pessoas são totalmente independentes, tanto mais atomizadas elas se tornam, e mais seus contatos com os outros as separam em vez de torná-las mais próximas (BRAVERMAN, 1987, p. 236).

Deste modo, percebemos que, as relações sociais passam a ser banalizadas e os vínculos humanos enfraquecidos, a família se transforma em peça chave da sociedade da

produção e consumo. E o problema tende a agravar-se, porque o próprio grande mercado cria novos ramos de produção, serviços e mercadorias para preencher as lacunas que ele mesmo cria. Os efeitos deste processo não implicam somente em alterações econômicas e sociais, mas mudanças nos padrões psicológicos e afetivos dos indivíduos. Na percepção de Braverman:

O movimento da sociedade capitalista nesse sentido liga-se no aspecto econômico, ao impulso capitalista de inovar produtos diversos, novos serviços, novas indústrias. O excedente produzido de tudo nas indústrias fabris sob a forma de concentrações da riqueza é igualado no aspecto do trabalho pelo relativo declínio na demanda de trabalhadores naquelas mesmas indústrias à medida que elas são mecanizadas (BRAVERMAN, 1987, p. 236).

As forças motrizes do capital encontram esse trabalho liberado, à medida que, o mercado abre espaço aos novos produtos e indústrias, o que significa dizer que, todo trabalho humano se converte em mercadoria. Os bens são produzidos na forma de trabalho tipicamente capitalista, essas novas mercadorias surgem para instaurar um determinado padrão sobre a vida urbana e circulam nas formas ditadas pela sociedade capitalista. Por exemplo, o automóvel foi aperfeiçoado por se tratar de um poderoso meio lucrativo de transporte, deixou de atender a finalidade primeira de locomoção, para atender as novas necessidades de consumo criadas nas condições monopólicas do capital. Como salienta Braverman:

Em uma sociedade em que a força de trabalho é comprada e vendida, o tempo de trabalho torna-se aguda e antagonicamente dividido a partir do tempo de lazer, e o trabalhador suspira pelo tempo ‘livre’ a que dá extraordinário valor, enquanto a hora do trabalho é considerada tempo perdido ou desperdiçado. O trabalho deixa de ser uma função natural e converte-se numa atividade extorquida, e o antagonismo a ele expressa-se numa tendência a encurtar a jornada, de um lado, e do outro os aparelhos domésticos, simplificadores do trabalho ganham prestígio, pelo que o mercado se apressa em fornecê-los. Mas a atrofia da comunidade e a aguda divisão do meio natural deixa um vazio quando ele entra nas horas ‘livres’. O preenchimento do tempo ocioso também se torna dependente do mercado, que inventa continuamente divertimentos passivos, entretenimentos, e espetáculos que se ajustam às restritas circunstâncias da cidade e são oferecidos como sucedâneos da própria vida (BRAVERMAN, 1987, p. 237).

Diante disto, percebemos que, o grande mercado criou mecanismos para absorver a totalidade da vida social. Os meios que são disponibilizados para o trabalhador preencher suas horas “livres” só podem ser usufruídos por meio do mercado. Por exemplo, entretenimento e esporte são criados e convertidos para integrarem o processo de produção para ampliação de capital, nisso esses meios acabam por serem marginalizados e vulgarizados, expressando um padrão de mediocridade que corrompe o gosto popular. Por seu próprio poder de abundância, o capital consegue incorporar qualquer setor da população que tente escapar dos seus padrões.

Com a destruição das habilidades domésticas das famílias e do espírito de vizinhança, abriu-se um vácuo, na medida em que, os membros da família, muitos agora trabalhando

distante do lar não têm como um membro da família cuidar do outro, os cuidados dos seres humanos vão se tornando cada vez mais institucionalizados. Conforme expõe Braverman:

Ao mesmo tempo, os detritos humanos da civilização urbana aumentam, não devido à população idosa cuja vida é prolongada pelo progresso da medicina; os carentes de cuidado incluem as crianças – não apenas as que não podem ‘funcionar’ normalmente, mas mesmo as ‘normais’ cujo único defeito é sua tenra idade. Cria-se todo um novo estrato de desamparados e dependentes, enquanto o antigo e já conhecido amplia-se enormemente: a proporção dos ‘doentes mentais’ ou ‘deficientes’, os ‘criminosos’, as camadas pauperizadas na parte baixa da sociedade, todos representando variedades de desmoronamento sob as pressões do urbanismo capitalista e das condições de emprego ou desemprego capitalista” (BRAVERMAN, 1987, p. 238, grifos do autor).

Portanto, diante das pressões da vida urbana, fica mais difícil o amparo aos necessitados, porque agora os indivíduos tendo que sobreviver e ter sucesso na sociedade do mercado, não conseguem administrar todas as incumbências, e desta forma, “o cuidado de todas essas camadas torna-se institucionalizado, muitas vezes das maneiras mais bárbaras e opressivas” (BRAVERMAN, 1987, p. 238). Neste sentido, dadas estas condições o fenômeno da violência apresenta variadas manifestações e penetra a vida social dos sujeitos, segregando-os e intensificando a exclusão, a pauperização e a criminalidade. Sobre as instituições:

Assim compreendido, o maciço aumento das instituições que se estendem de todos os modos, das escolas e hospitais de um lado, a prisões e manicômios de outro, representa não precisamente o progresso da medicina, da educação ou da prevenção do crime, mas a abertura do mercado apenas para os ‘economicamente ativos’ e em ‘funcionamento’ na sociedade, em geral à custa pública e para um vultoso lucro para as empresas fabris e de serviços que em geral possuem e invariavelmente patrocinam essas instituições (BRAVERMAN, 1987, p. 238).

Essas instituições possibilitaram a produção de um enorme volume de serviços ao criar novos estabelecimentos comerciais para atender a estas demandas, quais sejam: serviços de hospitalidade (motéis, hotéis, restaurantes etc.), supermercados, lojas, escritórios, etc. Esta gama de instituições gerou um imenso pessoal especializado, como por exemplo, os serviços de limpeza, efetuados majoritariamente por mulheres. Assim, vemos como os serviços que, antes eram exclusivos do lar passam a ser serviços para o grande mercado que lucra com o trabalho diário desses trabalhadores.

Em suma, no capitalismo monopolista, para que um mercado de caráter universal fosse criado, foi necessário primeiro, a conversão de toda a produção e bens em mercadorias, seguida da conquista crescente de variados serviços também transformados em mercadorias, e por fim, um “ciclo do produto”, que diz respeito a, produção de novos produtos e serviços que

são criados conforme as mudanças da vida moderna. Deste modo, o fenômeno da violência se expressa quando o indivíduo inserido na sociedade capitalista “é enlaçado na teia trançada de bens-mercadorias e serviços-mercadorias da qual a pouca possibilidade de sair” (BRAVERMAN, 1987, p. 239), uma vez que, o sujeito não pode se abster da vida social e tem de se adequar da forma que lhe aparece.

Isto é reforçado de outro lado por um desenvolvimento que é análogo ao que continua na vida do trabalhador, a atrofia da competência. No fim, a população acha-se quer queira quer não, na situação de incapacidade de fazer qualquer coisa que facilmente não possa ser feito mediante salário no mercado por um dos múltiplos ramos novos de produção do trabalho social. E enquanto do ponto de vista do consumo isso signifique total dependência quanto ao mercado, do ponto de vista do trabalho significa que todo trabalho é efetuado sob a égide do capital e é suscetível de seu tributo de lucro para expandir o capital ainda mais (BRAVERMAN, 1987, p. 239).

De forma mistificada o mercado universal é celebrado por seu avanço na economia, novas oportunidades e instituições modernas. Entretanto, o mesmo grande mercado traz consigo diversas perturbações da civilização urbana e todas as desgraças que ela engloba. O mercado universal capitalista expressa várias facetas da violência, seja em seus aspectos desumanizadores ou no tocante ao confinamento de grande parte da classe trabalhadora ao trabalho segregado. Sendo assim, nosso autor explicita:

Assim como na fábrica, não é nas máquinas que está o erro, mas nas condições do modo capitalista de produção sob as quais elas são utilizadas; do mesmo modo, não é na existência dos serviços que está o erro, mas nos efeitos de um mercado todopoderoso pelo capital e seu investimento lucrativo, tanto é caótico quanto profundamente hostil aos sentimentos de comunidade. Assim os próprios serviços sociais que deveriam facilitar a vida social e a solidariedade social têm o efeito contrário. À medida que os avanços da indústria de utilidades domésticas e de serviços aliviam o trabalho da família, aumentam a futilidade da vida familiar; à medida que removem os fardos das relações pessoais, esvazia-as de sentimentos, à medida que criam uma intrincada vida social, despem-na dos vestígios da comunidade e deixam em seu lugar um vínculo monetário (BRAVERMAN, 1987, p. 239 et seq.).

Se por um lado, as máquinas encolheram a demanda de trabalho no setor fabril, por outro, os novos serviços abriram espaço para absorver demanda de trabalho, renovando as formas tradicionais de concorrência, resultando disso, força de trabalho amplamente não sindicalizada e retirada da reserva dos pauperizados da parte subalterna da sociedade. Novos setores de trabalhos foram criados e muitos trabalhadores ficaram sujeitos a baixa remuneração, intensa exploração e opressão. Assim sendo, a criação de um mercado universal sob dominação do capital, tem por efeitos expressões da violência que se ramificam em vários setores da vida social, penetrando as relações sociais e o processo de trabalho, de forma que, não só dita os rumos da realidade posta, como sujeita os indivíduos às condições de produção

e consumo, capturando a totalidade do ser humano em seus aspectos subjetivos e objetivos, bem como absorvendo sua vida em sociedade.

Analisada a grandeza e consequência desse mercado universal sobre a vida social, buscaremos apreender no próximo item, de que forma se apresenta o processo de trabalho no capitalismo monopolista, pois: “O modo de produção especificamente capitalista deixa de ser ao todo um simples meio para a produção de mais-valia relativa, tão logo, tenha-se apoderado de todo um ramo de produção e, mais ainda, de todos os ramos decisivos de produção” (MARX, 1996, p. 139), tendo como consequência a violência expressa na intensificação da exploração da força de trabalho instituída na nova gestão do trabalho baseada na gerência científica.

### **3.3 A violência na moderna gestão do processo de trabalho: A intensificação da extração de mais-valia relativa**

Estudamos no item anterior, de que forma o grande mercado absorveu a vida social ao converter todos os bens de consumo e serviços em mercadoria. O grande mercado no capitalismo monopolista se apoderou de todos os setores da vida, os efeitos do “Mercado Universal” se configuraram como uma forma de violência ao sujeitar os indivíduos ao mercado, direta e indiretamente, determinando as escolhas dos sujeitos e os confinando aos padrões determinados pela sociedade capitalista. Neste item, para além dos efeitos do mercado universal, investigaremos quais mudanças acontecem no processo de trabalho, em face das mudanças tecnológicas e crescente expansão mercadológica.

Apesar de ter provocado mudanças no antigo sistema da divisão do trabalho, o advento da maquinaria continuou reproduzindo e consolidando de forma intensa a exploração da força de trabalho. A crescente “produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais” (MARX, 1996, p. 138). O trabalhador se transformou num elemento da máquina, e como resultado disto, as despesas necessárias para a reprodução desse trabalhador foram reduzidas, além de deixá-lo totalmente dependente do conjunto da fábrica, logo, dependente do capitalista. Para Marx, se:

Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. Na cooperação simples e mesmo na especificada pela divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos casual. A maquinaria, com

algumas exceções a serem aventadas posteriormente, só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho (MARX, 1996, p. 20).

Assim, podemos entender que, se no regime manufatureiro e dos ofícios, o trabalhador se servia dos instrumentos de trabalho, na fábrica ele serve às máquinas, ou seja, no processo de manufatura, os trabalhadores compõe um mecanismo de trabalho vivo, enquanto que, na fábrica funcionam como complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles. De acordo com Marx:

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo [...] Enquanto o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. A separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual, bem como a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o trabalho, se completa, como já foi indicado antes, na grande indústria erguida sobre a base da maquinaria (MARX, 1996, p. 55 et seq.).

Diante disto, o trabalho do operador de máquinas individual, é esvaziado, suas habilidades passam a ser subordinadas à ciência, às forças da Natureza, ao trabalho social em geral, “que estão corporificadas no sistema de máquinas e constituem com ele o poder do ‘patrão’ (*master*)” (MARX, 1996, p. 56, grifos do autor). Neste sentido, a fábrica trouxe para o processo de trabalho a subordinação técnica do operário, resultando numa certa disciplina, que se torna regime absoluto nesses ambientes de trabalho, abrindo espaço para os trabalhos de supervisão realizados pelos soldados da indústria. Acerca disso, Marx explica que:

O código fabril, em que o capital formula, por lei privada e autoridade própria, sua autocracia sobre seus trabalhadores, sem a divisão dos poderes tão cara fora daí à burguesia e sem o ainda mais amado sistema representativo, é apenas a caricatura capitalista da regulação social do processo de trabalho, que se torna necessária com a cooperação em grande escala e a utilização de meios coletivos de trabalho, notadamente a maquinaria. No lugar do chicote do feitor de escravos surge o manual de penalidades do supervisor. Todas as penalidades se resolvem, naturalmente, em penas pecuniárias e descontos de salário, e a sagacidade legislativa desses Licurgos fabris faz com que a violação de suas leis lhes seja onde possível ainda mais rendosa do que sua observância (MARX, 1996, p. 57).

São nestas condições materiais que o trabalho da fábrica é realizado. A hierarquia do trabalho<sup>27</sup> vai se colocando, não com a finalidade de eficiência técnica, mas sim, com o objetivo para a acumulação. O desenvolvimento do controle sobre o processo de trabalho, necessitou cada vez mais de formas mais elaboradas de organização do trabalho produtivo, ou seja, precisou mudar a base da acumulação. Portanto, trouxe a predominância da mais-valia relativa, sem excluir a mais-valia absoluta. Isto tornou possível, mudanças na relação entre capital e trabalho, tornando efetiva a subordinação do trabalho ao capital. Marx, desvenda o movimento dessa dinâmica da mais-valia. Vejamos:

De certo ponto de vista, toda diferença entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa parece ilusória. A mais-valia relativa é absoluta, pois condiciona um prolongamento absoluto da jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à existência do próprio trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa, pois condiciona um desenvolvimento da produtividade do trabalho, o qual permite limitar o tempo de trabalho necessário a parte da jornada de trabalho. Observando-se, porém, o movimento da mais-valia, desfaz-se essa aparência de identidade. Assim que o modo de produção capitalista esteja estabelecido e se tenha tornado modo geral de produção, a diferença entre mais-valia absoluta e relativa torna-se sensível tão logo se trate de aumentar a taxa de mais-valia em geral. Pressupondo-se que a força de trabalho seja paga por seu valor, encontramos-nos diante destas alternativas: dada a força produtiva de trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante prolongamento absoluto da jornada de trabalho; por outro lado, dada a limitação da jornada de trabalho, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante mudança da grandeza de suas partes integrantes, trabalho necessário e mais-trabalho, o que, por sua vez, se o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho, pressupõe mudança na produtividade ou na intensidade do trabalho (MARX, 1996, 139 et seq.).

Esse movimento explica o comportamento da mais-valia no capitalismo monopolista, o capitalista necessita expandir suas instalações e melhorar seus equipamentos, para que possa acompanhar o ritmo da acumulação de capital. Portanto, precisa organizar o processo de trabalho da seguinte forma: constituir uma divisão capitalista de trabalho<sup>28</sup>; despojar o

<sup>27</sup> Mézáros explica que: “Sob um de seus principais aspectos, esse processo de sujeição assume a forma da divisão da sociedade em *classes sociais* abrangentes mas irreconciliavelmente opostas entre si em bases objetivas e, sob o outro dos aspectos principais, a forma da instituição do *controle político* total. E, como a sociedade desmoronaria se esta dualidade não pudesse ser firmemente consolidada sob algum *denominador comum*, um complicado sistema de *divisão social hierárquica do trabalho* deve ser *superposto* à divisão do trabalho *funcional/técnica* (e, mais tarde, tecnológica altamente integrada) como força cimentadora pouco segura – já que representa, no fundo, uma tendência centrífuga destruidora – de todo o complexo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 99, grifos do autor).

<sup>28</sup> Esta imposição da divisão social hierárquica do trabalho como a força cimentadora mais problemática – em última análise, realmente explosiva – da sociedade é uma necessidade inevitável. Ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se *estruturar de maneira antagônica* e específica, já que as funções de *produção* e de *controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos. Colocado de forma simples, o sistema do capital – cuja *raison d’être* é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais – possivelmente seria incapaz de preencher suas funções sociometabólicas de qualquer outra maneira (MÉSZÁROS, 2011, p. 99, grifos do autor).



trabalhador de qualquer controle sobre o processo de trabalho, de forma que, cabe ao capitalista o poder de ditar qual forma de trabalho que o trabalhador deve executar e quantidade que deve produzir; também necessita do já mencionado controle hierárquico<sup>29</sup> da produção para acumulação de capital, pois os trabalhadores que ganham mais podem consumir mais (como já visto o grande mercado trata de prover novos bens e serviços para consumo). Marx chama a atenção ao explicar que:

Um autêntico sistema de máquinas só substitui, no entanto, a máquina autônoma individual quando o objeto de trabalho percorre uma seqüência conexas de diferentes processos graduados, que são realizados por uma cadeia de máquinas-ferramentas diversificadas, mas se complementam mutuamente. Aí reaparece a cooperação por meio da divisão do trabalho, peculiar à manufatura, mas agora como combinação de máquinas de trabalho parciais. As ferramentas específicas dos diferentes trabalhadores parciais [...] transformam-se agora nas ferramentas de máquinas de trabalho especificadas, das quais cada uma constitui um órgão específico para uma função específica no sistema do mecanismo combinado de ferramentas. A própria manufatura fornece ao sistema de máquinas, nos ramos em que este é introduzido primeiro, grosso modo, o fundamento naturalmente desenvolvido da divisão e, portanto, da organização do processo de produção. Aí se introduz, porém, imediatamente uma diferença essencial. Na manufatura, trabalhadores precisam, individualmente ou em grupos, executar cada processo parcial específico com sua ferramenta manual. Embora o trabalhador seja adequado processo, também o processo é adaptado antes ao trabalhador. Esse princípio subjetivo da divisão é suprimido na produção mecanizada. O processo global é aqui considerado objetivamente, em si e por si, analisado em suas fases constituintes, e o problema de levar a cabo cada processo parcial e de combinar os diversos processos parciais é resolvido por meio da aplicação técnica da Mecânica, Química etc. (MARX, 1996, p. 14 et seq.).

Como percebemos, o sistema da maquinaria é capaz de combinar diferentes espécies de tarefas, é um sistema puramente objetivo, o que significa dizer que, o operário é inserido

---

<sup>29</sup> É importante esclarecer que, Marx (1996) explica que, a hierarquia dos operários especializados da manufatura, de fato, desapareceu com o sistema fabril, mas o que ele quis dizer é que essa condição foi superada, visto que, havia uma tendência para a nivelção dos trabalhadores dentro da fábrica, enquanto peças auxiliares da maquinaria, prevalecendo as diferenças de idade e sexo. Por outro lado, conforme Braverman (1987) diante dessa nova forma de divisão do trabalho, para além do ambiente interno fabril, surge uma categoria mais elevada de trabalhadores, a qual lhe pertence as tarefas de controlar e reparar o que ocorre no sistema de máquinas. Cada uma das operações dentro da fábrica tinha seu papel definido numa hierarquia com nível diferente de salário, o conhecimento sobre todo o processo de trabalho da produção estava concentrada numa pequena parcela, e isto foi fundamental para o comando sobre o trabalho. De acordo com Mészáros: “Esta imposição da divisão social hierárquica do trabalho como a força cimentadora mais problemática – em última análise, realmente explosiva – da sociedade é uma necessidade inevitável. Ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se estruturar de maneira antagônica e específica, já que as funções de produção e de controle do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos. Colocado de forma simples, o sistema do capital – cuja *raison d’être* é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais – possivelmente seria incapaz de preencher suas funções sociometabólicas de qualquer outra maneira” (MÉSZÁROS, 2011, p. 99, grifos do autor).

num ambiente cujas condições de trabalho já estão prontas, e, para que a produção aconteça é necessário que a base do trabalho seja imediatamente coletiva. É esse caráter cooperativo que transforma o trabalho numa necessidade técnica dentro do ambiente fabril.

Deste modo, no capitalismo monopolista, a especialização de tarefas parceladas fez com que o operário perdesse o controle da produção. Na fábrica, o trabalhador perde o controle sobre o que produz. As relações de trabalho nas fábricas são despóticas, pois as técnicas de produção e a organização do trabalho sempre tiveram dupla finalidade: uma de converter o trabalho o mais produtivo possível para o capitalista; e outra, a de impor um rendimento máximo ao operário na execução dos meios de produção.

É por volta do final do século XIX e início do século XX, que surge a formulação completa acerca da teoria da gerência científica<sup>30</sup>, num contexto de enorme aumento do tamanho das empresas, formação dos monopólios nas indústrias e a crescente aplicação da ciência na produção. Neste sentido, a denominada gerência científica, diz respeito aos métodos da ciência aplicados nos crescentes complexos que vão surgindo no processo de controle de trabalho na conjuntura do capitalismo monopolista cujas empresas estavam em rápida expansão. Portanto:

A generalizada aplicação da gerência científica, como foi observado com a revolução técnico-científica. Coincide também com certa quantidade de transformações fundamentais na estrutura e funcionamento do capitalismo e na composição da classe trabalhadora (BRAVERMAN, 1987, p. 112).

Para que estas condições se constituíssem, se fez necessário a separação total do trabalho intelectual do trabalho manual, pois essa separação reduziu a necessidade de trabalhadores diretamente na produção, “[...] ela os despoja de funções mentais que consomem tempo e atribui a outrem essas funções” (BRAVERMAN, 1987, p. 112). Vejamos:

O conceito de controle adotado pela gerência moderna exige que cada atividade na produção tenha suas diversas atividades paralelas no centro gerencial: cada uma delas deve ser prevista, pré-calculada, experimentada, comunicada, atribuída, ordenada, conferida, inspecionada, registrada através de toda a sua duração e após conclusão. O resultado é que o processo de produção é reproduzido em papel antes e depois que adquire forma concreta. Desse modo, como o trabalho humano exige que o seu processo ocorra no cérebro e na atividade física do trabalhador, do mesmo modo agora a imagem do processo, tirada da produção para um lugar separado e grupo distinto, controla o próprio processo (BRAVERMAN, 1987, p. 113).

---

<sup>30</sup> De acordo com Braverman; “O movimento da gerência científica iniciado por Frederick Winslow Taylor nas últimas décadas do século XIX foi ensejado por essas forças. Logicamente, o taylorismo pertence à cadeia de desenvolvimento dos métodos e organização do trabalho, e não ao desenvolvimento da tecnologia, na qual seu papel foi mínimo” (BRAVERMAN, 1987, p. 82).

Diante disto, a separação entre o trabalho manual do trabalho intelectual vai se concentrando de determinada maneira que, dentro da gerência os grupos vão ficando cada vez mais subdivididos, portanto, cada vez mais antagônicos e hostis entre si. A organização do trabalho distribuída em tarefas simplificadas e controladas, exerceu de forma clara seu efeito degradador sobre a capacidade técnica da classe trabalhadora. Na produção capitalista, de forma efetiva, o trabalhador é dominado pelas condições de trabalho com o emprego das máquinas, assim, trabalho morto que domina e explora a força de trabalho viva.

Apesar de não dispor das propriedades físicas, químicas e biológicas de materiais para a produção, a gerência em suas atividades funciona como organizadora do trabalho e proporciona a estrutura formal para o processo produtivo:

Mas o processo não está sem o seu conteúdo, que é uma questão de técnica. Esta, como já foi observado, é primeiramente a da especialidade, do ofício, depois assume um caráter cada vez mais científico à medida que o conhecimento das leis naturais aumenta e destitui o conhecimento fragmentário e as tradições fixas do ofício. A transformação do trabalho de uma base de especialidade para uma base de ciência pode-se, pois, considerar como incorporando um conteúdo fornecido por uma revolução científica e técnica, dentro de uma forma dada pela rigorosa divisão e subdivisão do trabalho patrocinada pela gerência capitalista (BRAVERMAN, 1987, p. 137).

Esse revolucionamento técnico-científico foi decisivo para o desenvolvimento de produção no capitalismo monopolista. O novo movimento de organização do trabalho, aliado à gerência científica e utilizando sistematicamente a ciência, permitiu com que a força de trabalho fosse rapidamente transformada em capital, portanto, não só decorre do capitalismo monopolista, como o torna possível. De acordo com Mészáros:

A própria ciência é mobilizada a serviço das exigências que emanam do mesmo antagonismo fundamental. Dessa maneira, sob as circunstâncias prevaletentes, a ciência é unilateralmente subordinada, na sua função primária, à necessidade vital do capital de converter em vantagens suas próprias concessões e os ganhos periódicos do trabalho. Assim, a atividade científica é praticamente orientada (e constantemente reorientada, quaisquer que sejam as ilusões da “ciência pura de desenvolvimento autônomo”) em consonância com sua posição na estrutura da divisão capitalista do trabalho. Com isso, visa à dupla tarefa de, por um lado, inventar mais e mais *maquinaria* produtiva “eficaz em relação ao custo” (o que quer dizer, primordialmente, *economizadora de trabalho*), e, por outro, divisar os métodos e processos adequados para a *lucrativa produção em massa* de mercadorias (MÉSZÁROS, 2011, p. 667, grifos do autor).

Diante disto, estudar a gerência científica implica em examinar o processo de trabalho, das quais as relações antagônicas permanecem em essência as mesmas contidas no processo de produção, portanto, extração de mais-valia. A gerência científica, diz respeito a uma forma

de administração<sup>31</sup> para fins de controle do trabalho no interior das empresas capitalistas, uma vez que, as empresas se chocam com seus próprios limites, das quais se deparam com determinada resistência operária. Desta maneira, o fenômeno da violência se evidencia nos instrumentos coercitivos de trabalho, quando os capitalistas utilizam desses meios para atingir seus fins. Os trabalhadores sofrem os efeitos dessa violência, ao se depararem com suas condições de trabalho fragilizadas, ao mesmo tempo em que, são persuadidos a tomarem para si os objetivos da empresa, induzindo os trabalhadores a serem cada vez mais eficientes e trabalharem até o limite de suas forças. Na percepção de Marx:

Por meio da maquinaria, de processos químicos e de outros métodos, ela revoluciona de forma contínua, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de produção. Com isso, ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e lança sem cessar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo da produção para outro. A natureza da grande indústria condiciona, portanto, variação do trabalho, fluidez da função, mobilidade, em todos os sentidos, do trabalhador. Por outro lado, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas. Viu-se como essa contradição absoluta elimina toda tranquilidade, solidez e segurança na situação de vida do trabalhador, ameaçando constantemente arrancar-lhe da mão, com o meio de trabalho, o meio de subsistência e torná-lo, com sua função parcelar, supérfluo; como essa contradição desencadeia um ritual ininterrupto de sacrifício da classe trabalhadora, o mais desmesurado desperdício de forças de trabalho e as devastações da anarquia social (MARX, 1996, p.115).

Podemos entender que, o despotismo existente dentro das grandes empresas expressa formas de violência sobre o trabalhador no momento em que utiliza instrumentos de coerção ao trabalho. No capitalismo monopolista, essa forma de coerção se intensifica com a predominância da extração da mais-valia relativa no processo de trabalho. Para que a acumulação do capital seja maximizada, ela deve ser uma exigência imposta, a pressão deve vir primeiramente de fora, ou seja, o trabalhador é o que deve ser subordinado, é papel do capitalista ditar o objetivo e o desenvolvimento do processo de trabalho. No caso do capitalista, enquanto personificação do capital<sup>32</sup>, tem em suas mãos o poder absoluto e despótico no processo de produção. A esse respeito, Mészáros explica que:

---

<sup>31</sup> Conforme Braverman: “A função especial da administração é exercida não mais por um único gerente, nem mesmo por uma equipe de gerentes, mas por uma *organização de trabalhadores sob controle de gerentes, assistentes de gerentes, supervisores etc. Assim, as relações de compra e venda da força de trabalho, e, em consequência, de trabalho alienado, tornou-se parte do aparelho gerencial em si mesmo*” (BRAVERMAN, 1987, p. 228, grifos do autor).

<sup>32</sup> Na percepção de Mészáros: “Pois, em completo contraste com o escravo, que “não se encontra em nenhum tipo de relação com as condições objetivas do seu trabalho”, o sujeito que trabalha na “escravidão assalariada” verdadeiramente adentra a estrutura objetiva do empreendimento capitalista como um sujeito que trabalha. Isto é assim apesar do fato de ser seu caráter de sujeito imediatamente obliterado no ponto de entrada da “oficina

O proprietário capitalista dos meios de produção funciona como a *personificação do capital*; sem o capital o capitalista não é nada: uma relação cuja recíproca obviamente não é verdadeira. Em outras palavras, seria absurdo sugerir que sem os proprietários capitalistas privados dos meios de produção o capital não é nada. Isto porque as personificações possíveis do capital não estão, de modo algum, confinadas à variedade capitalista privada; nem sequer na estrutura de um sistema capitalista avançado” (MÉSZÁROS, 2011, p. 718 et seq., grifos do autor).

Isto posto, consideramos que, a maneira como o trabalho é organizado dentro da fábrica, afirma esse poder capitalista sobre a produção, a violência se expressa na desordem deste ambiente de trabalho, no barulho, na sujeira, na crescente exploração da força do trabalho, na redução dos salários, no controle total das ações do trabalhador e na dominação suprema do capital. Deste modo, a invenção de um grande número de máquinas foi um fator determinante para facilitar e abreviar o processo trabalho, pois permitiu a intensificação da exploração da força de trabalho e execução de várias tarefas por apenas um trabalhador. Essa necessidade em dividir a produção em especialidades separadas, residiu na vantagem de que, apesar das diferenças salariais (mulheres e crianças ganhavam menos), cada trabalhador a partir da divisão parcelada das tarefas, tinha elevado rapidamente a destreza de cada um. Só através do parcelamento das tarefas no processo produtivo, é que o capitalista pôde assegurar o controle sobre a produção. Na percepção de Mészáros:

Como necessidade igualmente inevitável sob o sistema do capital, não basta que se imponha a divisão social hierárquica do trabalho, como relacionamento determinado de poder, sobre os aspectos funcionais/técnicos do processo de trabalho. É também forçoso que ela seja apresentada como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida. Para esta finalidade, as duas categorias claramente diferentes da “divisão do trabalho” devem ser *fundidas*, de modo que possam caracterizar a condição, historicamente contingente e imposta pela força, de hierarquia e subordinação como inalterável ditame da “*própria natureza*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 99, grifos do autor).

Com a gerência científica, o trabalhador é submetido não só para operar máquinas, como é concebido como uma máquina para todos os fins, o trabalho é deslocado como um elemento subjetivo do processo de trabalho e transformado num objeto. Esse método científico de produção é capaz de controlar toda operação do trabalho de forma projetada, medida, ajustada com adestramento e padrões de desempenho, de forma que, o trabalhador seja adaptado à maquinaria da produção. Ou seja, que suas especificações sejam capazes de

---

despótica”, que deve girar sob a absoluta autoridade do pseudo-sujeito usurpador, o capital, que transforma o sujeito real, o trabalhador, em mero dente da engrenagem da máquina produtiva do sistema do capital. Apesar de tudo, quando da constituição formal de sua relação econômica, o trabalhador supostamente deve ser não o servo obediente, mas o soberano equivalente à personificação do capital, de tal forma a ser capaz de adentrar, como “sujeito livre”, no acordo contratual requerido” (MÉSZÁROS, 2011, p. 428, grifos do autor).

conhecer as especificações das propriedades da máquina, e nisto inclui, ritmo médio de trabalho rigidamente controlado e resultados da produção previamente calculados pelo gerente da produção. Conforme Braverman:

Finalmente, vale a pena observar que aos olhos da gerência assim como na prática que ela determina, quanto mais o trabalho é dirigido por movimentos classificados que ultrapassam os limites dos ofícios e ocupações, tanto mais ele dissolve suas formas concretas em tipos gerais de movimentos do trabalho (BRAVERMAN, 1987, p. 158).

Neste sentido, o trabalho transformado em esquemas padronizados de movimento se torna peça fundamental no modo de produção capitalista. A fábrica tira das mãos do trabalhador o controle da produção e transfere-o para o capitalista. Inserida em condições capitalistas de produção, a classe trabalhadora, deve atender as necessidades de organização de trabalho, que exige um conhecimento da máquina, de modo que, esse conhecimento é especializado e segredo, revelando assim, a violência sobre a classe trabalhadora, ao deixar os trabalhadores vulneráveis à ignorância e incapacidade, servos da máquina. Aprofundemos a questão:

Dessa maneira, a notável desenvolvimento da maquinaria vem a ser, para a maioria da população trabalhadora, a fonte não de liberdade, mas de escravização, não a de domínio, mas de desamparo, e não do alargamento do horizonte do trabalho, mas do confinamento do trabalhador dentro de um círculo espesso de deveres servis no qual a máquina aprece como a encarnação da ciência e o trabalhador como pouco ou nada (BRAVERMAN, 1987, p. 169).

Portanto, podemos perceber, que a maquinaria oferece a gerência científica a transformação de meios puramente mecânicos, em meios organizacionais e disciplinares de trabalho. A utilização das máquinas no processo de produção significa mais produtividade. Entretanto, cabe ressaltarmos que, essa produtividade crescente de trabalho, do ponto de vista capitalista não tem a finalidade de satisfazer as necessidades humanas, “Pelo contrário acionada pelas necessidades do processo de acumulação do capital, torna-se um impulso frenético que se assemelha a uma insanidade social generalizada” (BRAVERMAN, 1987, p. 178). Desta maneira, estas expressões da violência residem no fato de que, o trabalhador com a maquinaria, consegue fornecer uma quantidade de mais-trabalho em menos tempo de trabalho necessário, e paralelo a isso, o contingente de trabalhadores empregado é diminuído, o que significa dizer que, com a redução da demanda de trabalho causada pela intensificação de extração de mais-valia, possibilitada pelo sistema maquinário, o grau de exploração da força de trabalho aumenta, assim como também e como consequência disto, o desemprego massivo de trabalho vivo.

No modo de produção capitalista, nenhum nível de produtividade alcançado é considerado suficiente<sup>33</sup>. A dinâmica desse processo de mudanças nos métodos de produção, já foi desvendado por Marx. Para nosso autor:

Entendemos aqui por aumento da força produtiva do trabalho em geral uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor *quantum* de trabalho adquira, portanto, a força para produzir um maior *quantum* de valor de uso. Enquanto pois na produção da mais-valia, na forma até aqui considerada, o modo de produção é suposto como dado, não basta de modo algum, para produzir mais-valia mediante a transformação do trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração. Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução deste valor (MARX, 1996. p. 431, grifos do autor).

Diante das modificações no processo de trabalho, apreendemos que, com a gerência científica, se obteve um crescente aumento da produtividade no modo de produção capitalista, e consequente intensificação da mais-valia relativa, pois o impulso da produtividade crescente é inerente a cada empresa capitalista, ela necessita disso em face de sua natureza para expandir o capital. O desenvolvimento tecnológico no capitalismo monopolista assume uma forma na qual os efeitos sociais são gravemente desconsiderados, a prioridade passa ser a lucratividade. Neste sentido, o modo de produção capitalista, tende a buscar meios para sempre dar saltos quantitativos para alcançar eficiência econômica, e no processo de trabalho precisa arrancar mais produção dos trabalhadores e das máquinas. Conforme revela Marx:

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, no seio da produção capitalista, tem por finalidade encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada do trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. Até que ponto pode-se alcançar ainda esse resultado sem baratear as mercadorias, mostrar-se-á nos métodos particulares de produção da mais-valia relativa (MARX, 1996, p. 437).

Essa busca de mais produtividade, a dinâmica capitalista vai assumindo a forma de uma crise ameaçadora, a própria busca por eficiência se converte na única resposta para essa crise, pois “Cada nação capitalista degradará ainda mais sua população e vida social na pretensão de salvar um sistema que [...] promoverá sua própria destruição se reduzir sua

---

<sup>33</sup> De acordo com Braverman: “Na indústria automobilística, um número constantemente diminuído de trabalhadores produz, década após década, um número cada vez mais de produtos cada vez mais degradados que, à medida que são lançados nas ruas e rodovias, envenenam e dilaceram toda a atmosfera social - enquanto ao mesmo tempo as cidades onde os veículos motorizados são produzidos tornam-se centros de trabalho degradado de um lado e de permanente desemprego de outro” (BRAVERMAN, 1987, p. 178).

velocidade” (BRAVERMAN, 1987, p. 179). Em linhas gerais, apreendemos que, a revolução técnica - científica do trabalho provocou mudanças no processo de produção, pois “Quanto mais cresce a força produtividade do trabalho, tanto mais pode ser reduzida a jornada de trabalho, e, quanto mais é reduzida a jornada de trabalho, tanto mais pode crescer a intensidade do trabalho” (MARX, 1996, p. 156). Nesse sentido, como vimos, o desenvolvimento das forças produtivas particular do capitalismo monopolista permitiu uma redução das jornadas de trabalho nas fábricas, sem alterar sua essência de exploração da força de trabalho, havendo inclusive, uma intensificação dessa exploração, portanto, uma forma de violência sobre o trabalhador que se expressa na estrutura interna do processo de produção com a intensificação da mais-valia relativa. Para o capitalista,

Na verdade, não se pode, de forma alguma, admitir a existência de verdadeiros antagonismos e contradições inconciliáveis, pois o sistema deve funcionar em benefício de todos, como demonstrado também pela propagação do gosto pelo luxo. Mesmo quando são reconhecidos, os conflitos devem ser conceituados como dificuldades temporárias que podem ser superadas pela aplicação dos métodos científico-tecnológico e gerencial-organizacional adequados (MÉSZÁROS, 2011, p. 637)

Deste modo, o aspecto em que o trabalhador se torna mais barato do que uma máquina que o substitui, é determinado por uma relação técnica, quais sejam: nível de salários e oferta de trabalho diante da demanda. E essa oferta de trabalho, portanto, o tamanho da superpopulação relativa está diretamente ligado a mecanização da indústria. Assim, simultaneamente, possibilita oferta de trabalho barato pela desmobilização de trabalhadores e transforma trabalhadores empregados em trabalhadores supérfluos. No próximo item, nos debruçaremos sobre o estudo da lei da queda tendencial da taxa de lucro, revelando de que forma, o capitalismo monopolista amplia o número dos trabalhadores disponíveis para serem utilizados na luta entre as empresas na distribuição do excedente, tendo em vista que a violência se põe em evidencia, quando, ao mesmo tempo que o aumento da produtividade amplia a intensificação da mais-valia relativa, também, reduz o número de trabalhadores produtivos, transformando trabalhadores empregados em trabalhadores excedentes.

### **3.4 O fenômeno da violência e a tendência decrescente da taxa de lucro: seus efeitos no capitalismo monopolista**

No item anterior, entendemos que o elevado desenvolvimento das forças produtivas, possibilitados pelo advento e aperfeiçoamento das máquinas, resulta na intensificação da



mais-valia relativa no processo de trabalho. Entretanto, ainda que se perceba uma crescente extração de mais-valia relativa, outro movimento no processo de trabalho é gerado, tratamos da diminuição da demanda de trabalho, o que resulta numa produção crescente de uma superpopulação relativa. No capitalismo monopolista, esse movimento crescente do exército industrial de reserva está diretamente ligado à tendência da queda da taxa de lucro, na qual, Marx já desvendara no volume IV da sua obra “O Capital” na chamada “Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro”, a partir disto, investigaremos como ela se dá no desenvolvimento do capitalismo monopolista.

Essa tendência da queda da taxa de lucro desvelada por Marx se confirma no capitalismo monopolista, pois como vimos anteriormente, uma consequência necessária da gerência científica é sofrer uma determinada redução da demanda de trabalho. Os meios organizacionais e técnicos do trabalho promovem um aumento constante da produtividade do trabalho, as aplicações dos métodos de gerência só se tornam práticos, porque possibilitam aumento na escala de produção, e, como resultado, há uma tendência lógica para o crescimento da produção em face do aumento da produtividade, de forma que, a ocupação nas indústrias não declinou de forma absoluta. Braverman explica que:

O ponto no qual o trabalhador é mais barato do que a maquinaria que o substitui é determinado por mais que simples relacionamento técnico; depende também do nível de salários, que por sua vez é afetado pela oferta de trabalho em comparação com a demanda. E a oferta de trabalho, inclusive o tamanho do exército de reserva de trabalhadores à caça de trabalho, depende em parte da mecanização da indústria, que transforma trabalhadores empregados em trabalhadores excedentes. Assim, a própria rapidez da mecanização, na medida em que possibilita uma oferta de trabalho barato pela desmobilização de trabalhadores em algumas indústrias ou pelo término de expansão de emprego em outras, atua como um obstáculo a mais mecanização (BRAVERMAN, 1987, p. 204).

Com essa modernização capitalista, grande quantidade de trabalho qualificado é deslocado para uma quantidade menor de trabalho não-qualificado, o que provoca um maciço aumento da superpopulação relativa. O que percebemos é que o capital tende a desenvolver suas forças produtivas ao infinito, o que provoca crises no processo de produção, pois o capital se defronta consigo mesmo diante dos limites que encontra nos processos de valorização. Assim, quanto mais o capital alcança sua valorização, mais entraves ele encontra para continuar se autovalorizando, devido aos fatores que levam a queda da taxa de lucro. Mézáros discorre que:

O trabalho obtém concessões ao preço de ser forçado a constantemente reduzir o volume de *trabalho necessário* requerido para assegurar a continuidade do processo de reprodução capitalista. Todavia, não conquista o poder de tornar aceitável a legitimidade (e a necessidade) de organizar a produção de acordo com o princípio do *tempo disponível*: a longo prazo, única salvaguarda viável contra a sujeição à

extrema penúria e à indignidade do *desemprego em massa*. E o capital, por outro lado, obtém êxito em transformar os ganhos do trabalho em sua própria autoexpansão lucrativa e dinâmica ao elevar incansavelmente a *produtividade* do trabalho; entretanto, não encontra solução adequada para as crescentes complicações e perigosas implicações do *desemprego crônico* e da *superprodução concomitante*, que prenunciam seu colapso final como modo socialmente viável de reprodução produtiva (MÉSZÁROS, 2011, p. 667, grifos do autor).

Diante disto, o capital na busca incessante por acumulação acaba gerando uma superprodução, nos quais seus efeitos desvalorizam o próprio capital. Por outro lado, as crises capitalistas forçam o capital a um novo ciclo de valorização. Os efeitos da violência se expressam aqui, quando o desemprego aparece em massa, pois com a elevação da superpopulação relativa, a força de trabalho é barateada devido ao valor do investimento ser cada vez menor diante da tendência à queda da taxa de lucro, e, por consequência, a exploração do trabalho aumenta. Na percepção de Mézáros:

As implicações práticas negativas desta identidade fundamental vêm à superfície com evidência e determinação irreprimíveis através do desdobramento tendencial da taxa de utilização decrescente. Além do mais, com relação ao trabalho essa tendência assume a forma de uma fastidiosa contradição. Pois, de um lado, encontramos o apetite *sempre crescente* do capital por “consumidores de massa” enquanto, de outro, a sua necessidade *sempre decrescente* de trabalho vivo. É, de fato, a contradição antagônica e, por fim, explosiva dessas duas necessidades fundamentais, porém inconciliáveis, do capital que domina o discurso da moderna teoria econômica burguesa, oferecendo a “conciliação” imaginária da contradição em questão pela nova redação de seus termos de referência e pela redefinição da substância de seus componentes, com o propósito da racionalização ideológica. Consequentemente, a “ciência econômica” não só inventa “o Consumidor” como entidade independente, mas também invoca o capitalista como “o Produtor”, reduzindo ficticiamente o papel estratégico do trabalho a um mínimo irrelevante. Dessa maneira, a economia política burguesa do século XX simultaneamente reflete e legitima, de um modo caracteristicamente invertido, a mais antissocial e desumanizante tendência do capital para a expulsão brutal do trabalho vivo do processo de trabalho (MÉSZÁROS, 2011, p. 673, grifos do autor).

Neste sentido, o capital alcança um nível de saturação, do qual não é capaz de encontrar canais para nova expansão, a não ser ficar à mercê das consequências do declínio da taxa de lucro. Para adiar ao máximo seus períodos de crise e continuar funcionando, o sistema capitalista precisa continuar empregado força de trabalho, ainda que em ordem decrescente; e ter uma população relativa disponível, para assim, “proporcionar uma demanda suficientemente dinâmica para corresponder à necessidade de expansão do capital gerada pelo sistema, tanto ampliando o âmbito como acelerando a taxa de seu consumo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 668 et seq.). Portanto, quando as dimensões de bens e serviços aliada as instalações e ao maquinário não conseguem mais o efeito de expandir capital, é que se desencadeia um mecanismo violento de expulsão de grandes quantidades de trabalho vivo no processo de produção capitalista.

No capitalismo monopolista, o lucro extra se dá baseado no valor dos salários pagos à classe trabalhadora, pois o capital se movimenta com o consumo dos padrões mínimos de subsistência. Com os monopólios, a taxa de lucro passar a sofrer perturbações, uns se elevam, enquanto outros são reduzidos. Já vimos que, com a concentração e centralização, o capital tende a absorver os setores de produção enfraquecidos. Na fase monopólica, o capital:

Na medida em que ele se torna geral, os lucros individuais são de certa forma compensados pelas perdas, e as taxas de lucro mantem-se mais ou menos na igualdade — embora um equilíbrio exato jamais seja possível. O princípio de difusão pode ser assim explicado: uma certa indústria, digamos a produção de minério de ferro, é monopolizada, e o preço elevado. Parte da perda resultante recai sobre os produtores de ferro-gusa, que tem nisso um incentivo para se reunir e elevar os preços de venda a indústria do aço e para negociar melhor preço com o monopólio do minério. Dessa forma, a combinação se difundira em círculos concêntricos, partindo de um determinado ponto, e se estendendo as indústrias cujas circunstâncias são favoráveis ao estabelecimento e manutenção de condições de monopólio (SWEEZY, 1974, p. 304 et seq.).

Deste modo, o movimento de difusão dos monopólios acontece de forma desigual, em face da instabilidade dos setores industriais. As grandes indústrias que dispõem de um capital mínimo para investimento conseguem condições de concorrência mais vantajosas diante da mobilidade do capital. Assim, temos uma hierarquia das taxas de lucro, onde as indústrias que produzem em grande escala estão mais facilmente estabelecidas, em comparação, com as indústrias de menor escala que diante de numerosas firmas e facilidade de entrada de novos setores não conseguem estabilidade. Por outro lado:

Aqui o fator decisivo é o fato de que a própria manutenção do monopólio necessita bloquear o investimento dos setores de indústria monopolizados, e portanto, mais lucrativos. Observamos o paradoxo aparente de que um monopolista, obtendo grandes lucros, não obstante se recusará a investir mais capital em sua própria indústria e procurará fora dela oportunidades de investimento, muito embora a taxa de lucro seja bem inferior. O paradoxo desaparece logo ao compreendermos que a política de investimentos do monopolista não pode ser dominada pela sua taxa geral de lucro ou pela taxa obtida no investimento adicional, tomada em si mesma. Ele deve ser guiado pelo que podemos chamar de taxa marginal de lucro, ou seja, a taxa sobre o investimento adicional após os descontos para o fato de que o investimento adicional, que aumentará a produção e reduzirá o preço, provocará uma redução no lucro do investimento antigo (SWEEZY, 1974, p. 306).

Destarte, diferente da fase concorrencial, na qual um ramo de produção suprimia o outro, o capitalista na fase dos monopólios precisa levar em conta o movimento de todos os ramos de produção, tanto os antigos, como os novos ramos, advindos das modificações tecnológicas. Sabemos que, quanto mais há inovação tecnológica no processo de produção capitalista, mais há estímulos para centralização de capital. Os novos métodos inseridos na produção tendem a cada vez mais economizar a quantidade da força de trabalho viva, e como

consequência, o monopólio do capital intensifica a quantidade de trabalhadores para o exercício industrial de reserva. Assim, na concepção de Sweezy:

Vimos que o monopólio impede a procura de novos capitais nas indústrias monopolizadas de duas formas: pela restrição da produção no interesse da manutenção da taxa global de lucro no máximo possível, e pela regulamentação da introdução de inovações técnicas, de modo a reduzir ao mínimo a necessidade de novos capitais. O efeito dessa paralisação de investimentos nas Indústrias monopolizadas é um excesso de capital nas indústrias onde há facilidade de ingresso, ou pelo menos onde esse ingresso é menos restrito, com a conseqüente depressão nas taxas de lucro nesses setores. Assim, o efeito imediato da acumulação é simplesmente a intensificação das alterações no padrão das taxas de lucro, provocadas pelo monopólio (SWEEZY, 1974, p. 308).

O aumento da taxa de acumulação tem por efeito a acentuação da tendência decrescente da taxa de lucro, além disto, diante das flutuações das taxas de lucro das indústrias, há uma menor taxa que influi nas decisões de investimentos, “Esse fator contribui para as crises e depressões independentemente de influir também na tendência decrescente da taxa média de lucro e na tendência do subconsumo” (SWEEZY, 1974, p. 308). Esse contexto de crises e depressão, além de intensificar as velhas contradições do modo de produção capitalista, cria novas contradições. Do ponto de vista capitalista, os períodos de depressão no capitalismo monopolista servem para remediar os males causados. As crises e depressão são mecanismos, na qual a taxa de lucro é restabelecida. Portanto, “Uma taxa de acumulação acelerada provoca uma reação na forma de crise; esta se transforma em depressão; a depressão, aumentando as fileiras do exército de reserva e depreciando os valores de capital, restaura o lucro da produção” (SWEEZY, 1974, p.183), o terreno é novamente preparado para que o ciclo de acumulação torne a se repetir.

Em suma, a tendência à queda da taxa de lucro é contrabalanceada devido à alguns fatores, são eles: o barateamento do capital constante, a elevação da intensidade da exploração do trabalho, o contínuo rebaixamento dos salários, o aumento da superpopulação relativa e o comércio exterior (países desenvolvidos e menos desenvolvidos)<sup>34</sup>, impedindo que o capital entre em colapso. Ao investigar a lei da queda tendencial da taxa de lucro, podemos verificar que no plano econômico, o modo de produção capitalista apresenta limites e relatividades, e não é, portanto, um modo de produção absoluto, “O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a tarefa e justificativa histórica do capital. Precisamente com isso ele cria,

---

<sup>34</sup> De acordo com Mészáros: “[...] a operação bem-sucedida de um sistema global de dominação que mantém o “Terceiro Mundo” em paralisante dependência, fornecendo à burguesia não apenas vastos recursos e válvulas de escape para a expansão do capital, mas rendimentos suficientemente grandes para compensar em uma extensão significativa a queda tendencial da taxa de lucro, em adição à compensação fornecida pela concentração monopolista e pela centralização do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 553, grifos do autor).

sem que esteja consciente, as condições materiais de uma forma de produção superior” (MARX, 1988, p. 186). Neste sentido, seu caráter é histórico, constituído unicamente pelo desenvolvimento de suas condições materiais de produção.

Deste modo, apreendemos que o fenômeno da violência se expressa no fato de que, o trabalho assalariado é tido como um instrumento do capital, em que o trabalhador é inserido num processo da qual não consegue se desvencilhar, pois suas condições de trabalho estão sob domínio do capital. A dinâmica capitalista viola as condições humanas de trabalho, exerce pressão sobre os trabalhadores com seus métodos requintados e aperfeiçoados. A lei da queda tendencial da taxa de lucro que lhe é peculiar, expressa o fenômeno da violência ao promover um contínuo aumento da superpopulação relativa, reproduzindo a condição de desemprego de milhares de trabalhadores, que ficam à mercê da pobreza.

Entendido o funcionamento da dinâmica no capitalismo dos monopólios, estudaremos no próximo item, a função social do Estado no modo de produção capitalista, revelando a violência extra econômica, ou seja, a violência deliberada fundada no poder do Estado, uma vez que, no capitalismo monopolista o Estado representa a máxima do capital para produzir, reproduzir e absorver seu excedente.

#### **4. VIOLÊNCIA EXTRA ECONÔMICA NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: A função social do Estado**

Nesta seção, aprofundaremos o estudo acerca da função social do Estado no capitalismo, inicialmente desvendado por Marx no processo denominado “Assim Chamada Acumulação Primitiva”, pois como vimos anteriormente, no período da manufatura, o sistema de crédito público aliado ao sistema protecionista tornaram-se alavancas poderosas para acumulação capitalista. Deste modo, com base nos fundamentos de Marx, Engels e Mészáros, buscaremos analisar a instituição do Estado Moderno no capitalismo, evidenciando-o como mecanismo de controle do capital, entendendo suas metamorfoses no processo de reprodução e expansão, pois a dinâmica capitalista demanda mecanismos de intervenção extra econômicos para dar conta dos impasses gerados pelo processo de acumulação e valorização do capital. No segundo momento desta seção, com base em Mészáros e Baran & Sweezy, estudaremos uma das estratégias do Estado para movimentar capital: o complexo militar-industrial, com isso apreenderemos como a intervenção estatal busca promover a conservação física da força de trabalho, e, logo, a intensificação da exploração da força de trabalho, trazendo à tona as consequências da violência extra econômica sobre a vida da classe trabalhadora. Por último, fundamentados em Mészáros, analisaremos a relação entre o Estado e a reprodução da violência como um problema estrutural do sistema sociometabólico do capital, revelando o fenômeno da violência na manutenção das contradições capitalistas.

##### **4.1 A função social do Estado no capitalismo: a violência institucionalizada e legalizada**

Na seção anterior, entendemos de que forma o capital se produz e se reproduz na fase monopólica. O crescimento dos monopólios gera uma forte tendência ao crescimento de excedente, mas um excedente que não consegue no processo produtivo ser absorvido na mesma proporção. A capacidade de crescimento de capital com a concentração e centralização de capital, tem no capitalismo monopolista particularidades que modificaram as instâncias econômico-social e histórico-político, potencializando as contradições fundamentais do capitalismo verificadas desde a sua fase concorrencial. A formação dos monopólios permitiu que a sociedade burguesa alcançasse seu total amadurecimento, efetivando possibilidades de desenvolvimento que complexificaram a dinâmica capitalista.

Inicialmente para que o capital alcance a capacidade de formar grandes monopólios, ele necessita ter o controle total dos mercados. Esse processo tem sua origem na “Acumulação Primitiva” por meio da contrapartida do Estado com seu sistema bancário e creditício. Conforme Marx:

A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente entra na posse coletiva dos povos modernos é — sua dívida de Estado. Daí ser totalmente consequente a doutrina moderna de que um povo se torna tanto mais rico quanto mais se endivida. O crédito público torna-se o credo do capital” (MARX, 1996, p. 373).

Foi no capitalismo monopolista que a sociedade burguesa alcançou seu amadurecimento, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas tomaram mais amplo e complexos os sistemas de mediações que garantem a reprodução de sua dinâmica. Deste modo, a dívida do Estado possibilitou que, fenômenos como a supercapitalização<sup>35</sup>, fossem redimensionados, criando mercados para escoamento de capital, como por exemplo, a indústria bélica<sup>36</sup> e outras atividades que não criam valor. O modo de produção capitalista vai requisitar mecanismos de intervenção extra econômicos para gerir os impasses que surgem no processo de acumulação e valorização de capital.

Na fase concorrencial do capitalismo, a função do Estado foi assegurar e proteger a propriedade privada dos meios de produção, cujo caráter era emergencial e pontual. O espírito mercantil penetrou todas as relações, regidos pelo *laissez-faire* e *laissez-aller*<sup>37</sup>, a encomenda e fornecimento, demanda e oferta passaram a ser as ordens do dia. Nestas condições, temos que: “À livre concorrência repugnam quaisquer limites, quaisquer estatais; o Estado aparece-lhe como estorvo: seu ideal seria operar numa ordem social privada de Estado, na qual cada um pudesse explorar livremente o próximo” (ENGELS. 2010, p. 309). Deste modo, o Estado não participou das atividades econômicas, mas também não foi dispensado pela burguesia, ele se fazia necessário para conter os conflitos de classe efervescentes. Pois, como consequência da crescente industrialização, houve o grande aumento da pobreza e do desemprego, fazendo

---

<sup>35</sup> De acordo com Mandel, a *supercapitalização* é uma tendência para a mercantilização e industrialização da esfera da reprodução capitalista que penetra todas as dimensões da vida social. Isso se dá devido ao incremento tecnológico no processo de reprodução capitalista com a finalidade de estimular as esferas de circulação e consumo, pois diante das dificuldades que o capital encontra no seu processo de valorização, passa a investir em setores que não necessariamente produzem mais-valia, mas são capazes de concentrar mais-valia em determinadas circunstâncias (MANDEL, 1982).

<sup>36</sup> Aprofundaremos esta questão no próximo item desta Seção.

<sup>37</sup> Conforme Engels (2010), o *laissez-faire* e *laissez-aller* (deixar fazer e deixar andar), diz respeito à doutrina liberal clássica, regime predominante na fase concorrencial do capitalismo, na qual se estabelecia o livre-cambismo e a não intervenção do Estado.

com que a superpopulação relativa exercesse pressão sobre a sociedade e colocasse em perigo a manutenção da ordem vigente.

Assim, diante destas condições, na fase monopolista as ações do Estado são redimensionadas, a intervenção do Estado se reconfigura e se insere na organização e na dinâmica econômica desde seu âmbito interno, abrangendo todas as suas dimensões de forma contínua e sistemática. As mudanças na intervenção estatal têm por objetivo garantir os superlucros dos monopólios e conter os antagonismos de classe, atuando tanto como poder político e econômico, sendo capaz de gerir uma multiplicidade de funções necessárias às demandas do capitalismo monopolista.

Neste sentido, no capitalismo monopolista, as funções econômicas do Estado atuam de forma direta, voltadas aos setores básicos não rentáveis, com seu papel em conjunto com as grandes empresas, seja em momentos de prosperidade ou quando estão com dificuldades, fornecendo para os monopólios baixo custo com matérias-primas fundamentais no processo de produção. Assim também, atua de forma indireta, no tocante as compras e encomendas feita pelo Estado aos grupos monopolistas, possibilitando a valorização de capital e aumento do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, em suma, a função do Estado, diz respeito a organização e administração da economia das necessidades capitalistas.

Conforme os monopólios vão crescendo, o modo de produção capitalista não é capaz de criar procura efetiva para a total utilização do trabalho e capacidade produtiva que gera, tendo em vista essa condição, precisa estar com seus recursos ociosos em funcionamento, para que possa não só produzir meios de subsistências, como também, mais volumes adicionais de excedente, “Daí se o Governo criar mais procura efetiva, poderá aumentar seu controle sobre bens e serviços sem interferir nas rendas de seus cidadãos” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 147). A formação dos monopólios cria uma gigante estrutura econômica cujo volume do excedente não consegue ser absorvido unicamente pelos canais privados, se não houvesse a figura do Estado, o capital não seria capaz de sozinho produzir continuamente mais excedente, isto significa dizer que, o Estado possibilita um acréscimo, não subtrai nada do excedente privado, e, conseqüentemente, faz crescer a economia. O excedente privado só sofre alguma interferência, “Somente quando a absorção governamental continua a expandir-se mesmo depois de alcançada a plena utilização, como durante os últimos anos da Segunda Guerra Mundial” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 151).



Dada estas condições, entendemos que, o fenômeno da violência extra econômica se expressa nos mecanismos de intervenção institucionalizados pelo Estado para conservar a exploração da força do trabalho. Para isso, o Estado transfere para o capital recursos públicos e privados para garantir a reprodução e preservação da força de trabalho, tanto a massa ocupada quanto a excedente, e mediante generalização e instituição de direitos e deveres sociais consegue garantir o consenso da classe trabalhadora, para que assim, possa afirmar sua base de sustentação e se legitimar politicamente. Conforme Marx:

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida pública e privada, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. Mais ainda: frente a consequências que brotam da natureza antissocial dessa vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a essas consequências, a impotência é a lei natural da administração. Com efeito, essa dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apoia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo. A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis (MARX, 2010, p. 59 et seq.).

Para aprofundarmos esta questão acerca da instituição do Estado Moderno no modo de produção capitalista, precisamos retomar ao crescente desenvolvimento das forças produtivas. O modo de produção capitalista necessitou de um aparato que lhe pudesse garantir a segurança ideal para a expansão e manutenção da ordem. Pois, podemos entender que, “Como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu *primado* sobre o *pessoal* por meio do qual seu *corpo jurídico* pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história” (MÉSZÁROS, 2011, p. 98, grifos do autor). Assim, temos no processo histórico, “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, que por meio das leis de cercamento, da legislação sanguinária e das leis de clareamento expressam a violência institucionalizada e legalizada da figura do Estado a favor da consolidação do modo de produção capitalista. Neste sentido:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se põs à sociedade de fora para dentro; tampouco é ‘a realidade da ideia moral’, nem a ‘imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento, é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consomem a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima

dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2012, p. 213, grifos do autor).

O Estado foi instituído para conter os antagonismos de classe que efervesciam dos conflitos inconciliáveis entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores. Sua intervenção funcionou como um mecanismo político de novas formas de opressão e controle sobre a classe explorada, uma força pública formada por homens armados, acessórios materiais, prisões e instituições coercitivas de toda natureza. Para Engels:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 2012, p. 215 et seq.).

Desta maneira, o Estado Moderno surge representando um instrumento serviente ao capital para explorar o trabalho assalariado. Ainda que, aparentemente, em certos momentos de equilíbrio, o Estado parece funcionar independentemente das classes. Como explica Engels:

Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o poder do Estado, com mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes (ENGELS, 2012, p. 216).

Com as mudanças advindas na fase dos monopólios, o capitalismo permitiu ao Estado realizar concessões aparentemente significativas para a classe trabalhadora, como certa melhoria no padrão de vida, que posteriormente se mostrariam reversíveis. Esses ganhos só foram possíveis serem concedidos, porque ao serem assimilados e integrados ao capital concederam vantagens para o processo de produção para mais expansão. Como nos revela Mészáros:

Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o *sistema do capital como tal*, pois em nossa própria época histórica, quando a autoexpansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam (daí o sonho impossível de se livrar do buraco negro da dívida 'crescendo para fora dele'), o sistema de capital global é obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais (MÉSZÁROS, 2011, p. 95, grifos do autor).

Deste modo, entendemos que hoje em dia, o cenário econômico do capital não permite conceder aparentes ganhos para a classe trabalhadora, devido aos limites que o capitalismo vem enfrentando resultado de sua própria dinâmica, caso contrário qualquer medida de

concessão por menor que seja, coloca em risco a estrutura do sistema do capital. Por outro lado, não podemos perder de vista que, mesmo diante dos entraves advindos da dinâmica capitalista, “o Estado moderno imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergueu sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o *complementa* de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais” (MÉSZÁROS, 2011, p. 98, grifos do autor). Ele intervém no capitalismo por meio de ações corretivas, buscando a eficiência em grau praticável na estrutura do sistema do capital, seja por termos econômicos ou burocráticos. Como nos mostra Mészáros:

Portanto, é tanto mais revelador que o Estado moderno tenha emergido com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma da *estrutura totalizadora de comando político do capital*. Este implacável desdobramento das estruturas estreitamente entrelaçadas do capital em todas as esferas é essencial para o estabelecimento da viabilidade limitada desse modo de controle sociometabólico tão singular ao longo de toda a sua vida histórica (MÉSZÁROS, 2011, p. 106, grifos do autor).

Diante disto, entendemos que o Estado Moderno passa a ser uma exigência, uma vez que, assegura e protege continuamente o sistema de produção do capital, para além disso, “O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106). Na percepção de Mészáros:

Em sua modalidade histórica específica, o Estado moderno passa a existir, acima de tudo, para poder exercer o *controle abrangente* sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado. Como já foi mencionado, a máxima “*l'argent n'a pas de maître*” sinaliza a *reviravolta radical* em relação à situação anterior. Tomando o lugar do princípio que regia o sistema reprodutivo feudal, passa a existir um novo tipo de microcosmo socioeconômico, caracterizado por grande mobilidade e dinamismo (MÉSZÁROS, 2011, p. 107, grifos do autor).

Assim, o modo de produção capitalista, superou o sistema feudal, quando promoveu grande mobilidade e dinamismo no desenvolvimento da economia, e conseqüente, aumento no desenvolvimento das forças produtivas, cujo preço a ser pago foi a exploração contínua da força de trabalho da classe trabalhadora. Neste sentido:

O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é retificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 107).

A função corretiva do Estado, portanto, alcança microcosmos estruturais que para Mézáros são “internamente fragmentados de muitas formas”<sup>38</sup> identificados no sistema do capital como as unidades socioeconômicas de: *produção e controle*; *produção e consumo e produção e circulação*.

No tocante a, *produção e controle*, esta unidade é tomada de forma ausente: “é, por assim dizer, ‘contrabandeada’ como cortesia do Estado, que protege legalmente a relação de forças estabelecida” (MÉSZÁROS, 2011, p. 107, grifos do autor). Evidenciamos, dentre as muitas facetas das personificações do capital, a violência expressa na dominação implacável e eficaz da força de trabalho, a qual, impõe sobre a classe trabalhadora “a ilusão de um relacionamento entre iguais ‘livremente iniciado’ (e às vezes até constitucionalmente ficcionalizado)” (MÉSZÁROS, 2011, p. 107, grifos do autor). De acordo com Mézáros:

Assim, no que se refere à possibilidade de administrar a separação e o antagonismo, estruturais de *produção e controle*, a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isto se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. Sem esta estrutura jurídica, até os menores ‘microcosmos’ do sistema do capital – antagonicamente estruturado – seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando dessa maneira sua potencial eficiência econômica (MÉSZÁROS, 2011, p. 107 et seq., grifos do autor).

Deste modo, a função do Estado Moderno consiste em evitar as perturbações decorrentes do processo de produção e controle, legalizando e naturalizando tais perturbações, a ponto perpetuá-las, bem como, reproduzir a alienação do controle pelos produtores para a próxima geração. Além disto, temos que:

Sob outro aspecto da mesma fragmentação entre produção e controle, o maquinário do Estado moderno é também uma exigência absoluta do sistema do capital. Ele é necessário para evitar as repetidas perturbações que surgiriam na ausência de uma transmissão da propriedade compulsoriamente regulamentada – isto é: legalmente prejudgada e santificada – de uma geração à próxima, perpetuando também a alienação do controle pelos produtores. Sob ainda mais um aspecto, é igualmente importante – diante das inter-relações longe de harmoniosas entre os microcosmos particulares – a necessidade de intervenções políticas e legais diretas ou indiretas nos conflitos constantemente renovados entre as unidades socioeconômicas particulares. Este tipo de intervenção corretiva ocorre de acordo com a dinâmica mutante de expansão e acumulação do capital, facilitando a prevalência dos elementos e tendências potencialmente mais fortes até a formação de corporações transnacionais gigantescas e monopólios industriais (MÉSZÁROS, 2011, p. 108).

Neste aspecto, o Estado atua sob a forma de intervenções políticas, sejam elas legais diretas ou indiretas nos conflitos entre os novos elementos que as unidades econômicas tratam

<sup>38</sup> Mézáros, *Para Além do Capital*, 2011.

de renovar, de forma a acompanhar as mutações que ocorrem na dinâmica capitalista em seus movimentos de expansão e acumulação de capital. Mészáros explica que:

[...] o Estado moderno altamente burocratizado, com toda a complexidade do seu maquinário legal e político, surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital e depois, por sua vez – na forma de uma reciprocidade dialética – torna-se uma precondição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto. Isso significa que o Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente (MÉSZÁROS, 2011, p. 108 et seq.)

Assim, entendemos que, na unidade econômica da produção e do controle, o Estado tem a função de perpetuar a dominação no processo de exploração da força de trabalho. Na fase monopólica, a violência do Estado adentra, tanto os mecanismos internos quanto externos do processo de produção capitalista, protegendo de forma legal as relações de exploração entre o capital e a força de trabalho, seja por meio da proteção privada dos meios de produção ou pela tirania nos locais de trabalho.

Já no que diz respeito à unidade econômica da *produção e consumo*, para Mészáros, é necessário que se produza uma série de racionalizações para esconder as profundas arbitrariedades advindas da esfera do consumo. Os problemas dessa relação estrutural entre produção e consumo devem ser apresentados numa “ordem saudável e razoavelmente administrável”, de forma que com a regulação da distribuição e do consumo, a racionalização ideológica expresse uma ilusória soberania do consumidor individual. Por outro lado, essa unidade econômica, apresenta implicações potencialmente explosivas. Como explica Mészáros:

Embora a proclamada “supremacia do cliente” em nome da “soberania do consumidor” seja uma ficção útil, assim como a ideia da “competição saudável” no quadro de um mercado idealizado, é inegável que o papel do trabalhador não se limita apenas ao de produtor. Compreensivelmente, a ideologia burguesa gosta de descrever o capitalista como “o produtor” (ou “o produtor da riqueza”) e falar do consumidor/cliente como uma misteriosa entidade independente, de modo que o verdadeiro produtor da riqueza – o trabalhador – desapareça das equações sociais pertinentes e sua parcela no produto social total seja declarada “muito generosa” mesmo quando escandalosamente baixa (MÉSZÁROS, 2011, p. 109 et seq., grifos do autor).

Contudo, essa ideia de “supremacia do cliente” não é capaz de dar conta das grandes questões econômicas, estando confinada ao campo da ideologia. É necessário que entre em ação medidas práticas adequadas, para que o trabalhador, enquanto consumidor, possa desempenhar seu grande papel de forma satisfatório do ponto de vista capitalista, e este papel é historicamente acentuado no século XX com o desenvolvimento do capital. Diante disto,

Em todas essas questões, o papel totalizador do Estado moderno é essencial. Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. Além do mais, o Estado deve também assumir a importante função de comprador/consumidor direto em escala sempre crescente. Nessa função, cabe a ele prover algumas necessidades reais do conjunto social (da educação à saúde e da habitação e manutenção da chamada “infraestrutura” ao fornecimento de serviços de seguridade social) e também a satisfação de “apetites em sua maioria artificiais” (por exemplo, alimentar não apenas a vasta máquina burocrática de seu sistema administrativo e de imposição da lei, mas também o complexo militar-industrial, imensamente perdulário, ainda que diretamente benéfico para o capital) – atenuando assim, ainda que não para sempre, algumas das piores complicações e contradições que surgem da fragmentação da produção e do consumo (MÉSZÁROS, 2011, p. 110, grifos do autor).

Com isto, entendemos que, apesar do Estado não ser capaz de resolver sozinho os problemas das unidades econômicas da produção e consumo – pois, dizem respeito a determinações mais internas do próprio sistema do capital -, ele é requisito indispensável para que essas unidades consigam ser constantemente reproduzidas. O Estado tem a função de promover a reprodução material da produtividade social, “enquanto o desperdício inevitável que acompanha esse relacionamento simbiótico não se tornar proibitivo, do ponto de vista da produtividade social” (MÉSZÁROS, 2011, p. 110 et seq.). Isso significa dizer que, o Estado trata de encontrar meios eficazes para a necessidade incontrolável de expansão e acumulação de capital, pois, o sistema sociometabólico do capital se depara com os limites advindos da correlação problemática entre produção e consumo.

Assim, o Estado é fundamental, pois ajusta suas funções reguladoras de acordo com a demanda da dinâmica variável do processo de reprodução do capital, sua violência extra econômica intervém politicamente e reforça a dominação do capital contra qualquer obstáculo que se impuser na distribuição e no consumo. O próprio Estado Moderno, assume o papel de comprador e consumidor direto em escala sempre crescente, como por exemplo, necessidades reais da vida social, tais como: educação, saúde, habitação etc., resultando disto, novas complicações e contradições advindas das fragmentações de produção e consumo.

Já, no que se refere a *produção e circulação*, a função do Estado também assume grande importância, senão maior, pois uma das maiores contradições que as estruturas corretivas e políticas do sistema de capital apresentam é o fato de se articularem como “Estados Nacionais”. No capitalismo monopolista, o Estado tenta resolver as implicações dessa divisão, instituindo um duplo padrão: nos países centrais, cujo padrão de vida da classe trabalhadora é elevado, tem-se em massa a democracia liberal; e os países subdesenvolvidos,

onde encontramos um governo autoritário que maximiza a exploração e tendencialmente ditatorial. Aprofundando a questão, Mészáros explica que:

Assim, a “globalização” (tendência que emana da natureza do capital desde o seu início), muito idealizada em nossos dias, na realidade significa: o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação. No plano da política totalizadora, corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor (mas de vez em quando, é inevitável, violentamente contestada) na ordem de poder do capital global. Também é importante enfatizar que a operação relativamente simples desse “duplo padrão” não se destina a permanecer como um aspecto permanente do ordenamento global do capital. Sua duração se limita às condições da ascendência histórica do sistema, enquanto a expansão e a acumulação tranquilas proporcionarem a margem de lucro necessária que permita um índice de exploração relativamente favorável da força de trabalho nos países “metropolitanos”, em relação às condições de existência da força de trabalho no resto do mundo (MÉSZÁROS, 2011, p. 111, grifos do autor).

Por outro lado, no que corresponde ao plano internacional, o Estado Nacional procura promover ao máximo suas unidades econômicas ao impulso monopolista. No plano da competição internacional, é interessante que quanto mais fortes e menos sujeitas a restrições estiverem as empresas que recebem apoio do Estado, maiores são as chances de superarem seus reais adversários. A relação que se dá entre o Estado e as empresas economicamente relevantes “[...] neste campo é basicamente caracterizado pelo fato de o Estado assumir descaradamente a função de facilitador da expansão mais monopolista possível do capital no exterior” (MÉSZÁROS, 2011, p. 113). É evidente que, essa função de facilitador se altera de acordo com cada país e no exterior, ao considerarmos suas particularidades históricas, ainda que permaneçam em essência os princípios monopolistas para os Estados de posição dominante na ordem do capital<sup>39</sup>. Portanto,

Dada a determinação interna centrífuga de suas partes constitutivas, o sistema do capital só poderia encontrar uma dimensão coesiva - extremamente problemática – na forma de suas formações estatais nacionais. Estas incorporaram a estrutura política abrangente/totalizante de comando do capital, que se mostrou adequado ao seu papel ao longo da ascendência histórica do sistema. Entretanto, o fato de que essa dimensão coesiva e corretiva tenha se articulado historicamente na forma de Estados-nação, que estão muito longe de serem mutuamente benevolentes e harmoniosos, mas sim absolutamente desprovidos de desejo de conformar-se ao imperativo

---

<sup>39</sup> E Mészáros esclarece ainda que: “No sistema do capital, o Estado deve afirmar, com todos os recursos à sua disposição, os interesses monopolistas de seu capital nacional – se preciso, com a imposição da ‘diplomacia das canhoneiras’ – diante de todos os Estados rivais envolvidos na competição pelos mercados necessários à expansão e à acumulação do capital. Isto acontece em relação às mais variadas práticas políticas, desde o início do colonialismo moderno (com o papel por ele concedido às companhias comerciais monopolistas) até o imperialismo plenamente desenvolvido, passando pelo ‘desmembramento do império’ pós-colonial, que garante novas formas de dominação neocolonialistas, para não mencionar as aspirações e os métodos neoimperialistas agressivos dos Estados Unidos e seus aliados subservientes na recentemente decretada ‘Nova Ordem Mundial’” (MÉSZÁROS, 2011, p. 113, grifos do autor).

kantiano da ‘paz perpetua’ vindoura, significou que o Estado em sua realidade foi realmente ‘infectado pela contingência’ sob vários aspectos (MÉSZÁROS, 2007, p. 60, grifos do autor).

Em vista disso, ao apreender os três defeitos estruturais do sistema sociometabólico do capital – produção e controle; produção e consumo; produção e circulação – podemos identificar o Estado Moderno como única estrutura corretiva viável para a articulação dessas formas socioeconômicas fundamentais do sistema do capital. O capital não poderia se expandir e se reproduzir se estivesse separado de suas formações de Estado, sua base socioeconômica seria inconcebível. A figura estatal tem por função social realizar ao máximo as possibilidades de execução da dinâmica capitalista, legitimando suas ações de forma legal e institucionalizada, evidenciando nesse processo, uma violência extra econômica que busca manter as unidades econômicas em funcionamento, seja por intermédio da regulação, da correção ou da coerção. A violência do Estado serve ao grande capital, apaziguando o conflito de classes e usando das forças armadas quando o consenso não é alcançado. Investigaremos no próximo item, de que forma o Estado sob o comando do capital, administra um dos maiores mecanismos de absorção do excedente: o complexo militar-industrial.

#### **4.2 O fenômeno da violência e o complexo militar-industrial:** forma de absorção do excedente

No item anterior, investigamos qual a função social do Estado no capitalismo monopolista, e como se dá sua intervenção nos microcosmos estruturais do sistema sociometabólico do capital. Como vimos, o Estado é a figura máxima que representa os interesses capitalistas para reprodução e expansão do capital, para isso ele utiliza de sua violência extra econômica para opressão e coerção sobre a classe trabalhadora. Embasados nos estudos de Baran e Sweezy (1978) e Mézáros (2011), analisaremos seu maior mecanismo de defesa do capital, do qual os autores denominaram de “complexo militar-industrial”, que muito além de utilizar, quando necessário, a violência direta por meio das guerras, também tem caráter econômico para promover a absorção do excedente.

Inicialmente, precisamos entender qual o papel das forças armadas na sociedade capitalista. As forças armadas no capitalismo servem para usurpar, reprimir e controlar a força de trabalho interna, e na esfera internacional do capitalismo, para absorver o excedente. Como explica Baran e Sweezy:

A hierarquia das nações que constituem o sistema capitalista é caracterizada por um complexo de relações de exploração. Os que estão na cúpula exploram, em graus



variados, todas as camadas inferiores, e os que estão em determinado nível exploram os colocados em posição inferior, até chegarmos à camada mais baixa, que não tem ninguém para explorar. Ao mesmo tempo, cada unidade em cada nível luta para ser a única exploradora do maior número possível de unidades que estão abaixo dela. Temos assim uma rede de relações antagônicas, lançando exploradores contra explorados e exploradores rivais uns contra os outros. Ignorando as categorias jurídicas podemos chamar os países localizados na cúpula, ou próximo dela, como “metrópoles”, e todos os localizados na base, ou próximo dela, de “colônias”. A esfera de exportação de uma metrópole, da qual os rivais estão excluídos de forma mais ou menos efetiva, é o seu “império”. Alguns dos países das camadas intermediárias podem juntar-se num um império, e um deles pode mesmo, ocasionalmente, trazer seu próprio império a essa união (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 181 et seq., grifos dos autores).

Diante disto, vemos que todas as nações - com exceção daquelas dependentes e economicamente indefesas - necessitam de forças armadas para não só manter, mas como melhorar a posição na hierarquia da exploração. Cada nação tem necessidades particulares, quanto maiores são, mais exigências demandam, dependendo da luta ativa entre elas para alcançar a principal posição na esfera internacional. Podemos entender que, assim também, “As necessidades das nações secundárias também variarão ao longo do tempo, em função de diferentes aspectos, principalmente de sua capacidade de estabelecer uma aliança protetora com um ou mais dos contendores que lutam pela liderança” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 182). E isto pode ser verificado na história, por volta dos séculos VXII e XVIII, um contexto de lutas contínuas entre espanhóis, holandeses, britânicos e franceses, portanto, períodos altamente militarizados. Ainda que, posteriormente, no movimento histórico esse período tenha declinado, a onda de militarismo voltou a ascender na Primeira e Segunda Mundial.

Aprofundemos a questão: A instituição do complexo militar-industrial tem relação direta com o desenvolvimento dos Estados Unidos enquanto potência econômica. Os Estados Unidos com o objetivo de alcançarem a liderança econômica, adotaram uma política de alianças e negociações com nações européias. Depois de 1815, os Estados Unidos desempenharam o principal papel de aliado dos britânicos, como resultado disso, no século XIX, *Washington* havia construído um grande império, apesar de secundário. Posteriormente com sua participação nas grandes guerras, os Estados Unidos completam seu processo de alcançar a condição de uma potência rica.

É no período do século XIX para o século XX, que o complexo militar-industrial se apresenta como um grande aliado econômico no jogo de disputa das nações pela partilha do mundo, culminado disto, a Primeira Guerra Mundial. As inovações da guerra permitiram um salto quantitativo e qualitativo dos gastos exorbitantes com instrumentos militares, a indústria bélica, por exemplo, representava grande porcentagem da economia nacional de cada país.

Posteriormente, no ano de 1929, o sistema capitalista se deparou com uma crise de superprodução, nunca antes experimentada, uma vez que, as inovações no processo produtivo, como por exemplo, a política de Keynes e o Fordismo não conseguiam mais superar essa crise. Dessa forma, deu-se como respostas: o regime totalitário pela Alemanha de Hitler, o “milagre econômico alemão pós-1933” e a grande militarização da economia no país. Como resultado desse colapso, deu-se a Segunda Guerra Mundial cujo saldo foi a derrota de Hitler, e consequentemente, da Alemanha. Assim, as economias que saíram triunfantes da Segunda Guerra – como por exemplo, os Estados Unidos - tinham em seu poder as condições para crescer sem o perigo da superprodução. Ainda nesse contexto de guerra, o lançamento das bombas atômicas nas cidades japoneses de Hiroshima e Nagasaki, selam o poder do complexo militar-industrial dos Estados Unidos sobre o mundo, trazendo à tona sua liderança em face das outras nações. Dessa forma,

Isto apenas bastaria para explicar por que as necessidades militares dos Estados Unidos, que cresceram enormemente durante as duas guerras, permaneceram enormes, se medidas pelos padrões dos tempos de paz, depois da Segunda Guerra Mundial. O líder indiscutível deve manter uma clara superioridade militar, seja através de suas próprias forças armadas, seja pela manipulação de alianças, ou de ambas. Os Estados Unidos escolheram os dois processos. Ao mesmo tempo, à medida que os velhos impérios coloniais se decompunham cada vez mais [...] os Estados Unidos usaram seu poderio militar e financeiro para atrair grandes parcelas desses impérios para o próprio império neocolonial (BARAN; SWEEZY, 1978. p. 184).

É nessa articulação entre o financeiro e as forças armadas que os Estados Unidos conseguiram se tornar um grande império americano mundial. Ao atrair para si as nações fragilizadas do pós-guerra, fez com que seu poder de controle e policiamento agigantassem suas necessidades militares. Por outro lado, com esse cenário pós-guerra, parecia coerente justificar a necessidade de um crescente império militar diante de uma possível ameaça socialista em face da existência da União Soviética. Os criadores de opinião pública disseminaram erroneamente a ideia de que, a União Soviética tinha caráter agressivo e se convertia numa ameaça, da qual cabia aos Estados Unidos a proteção do “mundo livre”, esse argumento dava aos Estados Unidos o aval para fabricação de armas de guerra, gastando bilhões dos recursos federais. Baran e Sweezy explicam que:

A necessidade que a oligarquia americana tem de uma enorme máquina militar deve ser buscada em outros aspectos que não a ameaça inexistente de uma agressão soviética. Quando admitirmos isso e libertarmos nossas mentes da linguagem e confusão provocadas pelas deformações ideológicas e propagandísticas da oligarquia, veremos logo o que estamos procurando: o mesmo ódio implacável do socialismo, a mesma disposição de destruí-lo, que dominou as principais nações do mundo capitalista, desde que os bolchevistas tomaram o poder, em novembro de

1917. O objetivo central foi o mesmo: impedir a expansão do socialismo, comprimilo na menor área possível, e em última análise eliminá-lo da face da terra. O que se modificou com a mudança das condições foram os métodos e estratégias usados para alcançar esses objetivos que permanecem os mesmos (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 188).

Neste sentido, a oligarquia americana necessitava de uma crescente máquina militar para conter, reprimir e destruir qualquer possibilidade socialista mundial, que é então sua maior inimiga por colocar em perigo suas condições de existência. Os Governos capitalistas e as grandes empresas se opõem a difusão do socialismo, porque “o socialismo necessariamente reduz as oportunidades de lucrar com transações com e dentro da área recém-socializada” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 194). Além do fato de que:

[...] quando levamos em consideração o fato de que para as empresas, nos principais países capitalistas, as taxas de lucros das transações com e dentro dos países menos desenvolvidos e subdesenvolvidos são geralmente mais altas do que a taxas de lucro interno, a razão para a veemência da oposição à difusão do socialismo precisamente nessas áreas será compreendida (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 194).

Assim, os interesses e as relações das grandes empresas ultrapassam as simples tarefas de exportação e importação, encontrando vantagem de lucrar principalmente nos países menos desenvolvidos e subdesenvolvidos, assim como, anular qualquer resquício de ideia socialista. As gigantescas empresas buscam o controle monopolista de todos os mercados para que possam comprar e vender em condições favoráveis, transferir recursos de uma subsidiária à outra e beneficiar economicamente aquele país que lhe fornecer políticas tributárias, trabalhistas e etc. que se apresentem mais vantajosas, “em outras palavras, desejam transacionar dentro de suas próprias condições e onde preferirem” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 202). É, desta forma, que as grandes empresas encontram nos Governos apoio não só como aliados, mas também como clientes<sup>40</sup>.

Dados esses fundamentos, apreendemos que, na esfera econômica, a estrutura militar “não cria, nem encerra uma concorrência com a iniciativa privada”<sup>41</sup>, os gastos militares desempenham a figura de cliente ideal para a iniciativa privada, bilhões são gastos em condições mais favoráveis<sup>42</sup>. “A tarefa de produzir armas é, portanto, praticamente isenta de

---

<sup>40</sup> Podemos verificar na história, a *Standard Oil* de *Nova Jersey*, que foi o principal exemplo de empresa multinacional dos Estados Unidos a exportar e importar capital, vendendo para mais de 52 países. Para aprofundamento ver: Baran & Sweezy, 1978.

<sup>41</sup> BARAN; SWEEZY, 1978, p. 208.

<sup>42</sup> Citando um discurso do Presidente da Comissão das Forças Armadas do Senado, Baran e Sweezy nos revelam: “Há alguma coisa no preparo para a destruição que torna os homens menos cautelosos com o dispêndio do dinheiro do que seriam se estivesse construindo. Não sei porque assim ocorre, mas tenho observado, num

riscos, mas, apesar disso, a taxa de lucro permitida inclui uma generosa margem para um fator de risco fictício” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 208). Assim, não há dúvidas de que, os fornecimentos militares configuram em escala universal um ótimo negócio, tanto para as pequenas ou grandes empresas que buscam maiores parcelas de abastecimento na esfera militar. Neste sentido, “Os interesses privados da oligarquia, longe de provocarem oposição nos gastos militares, estimulam a sua constante expansão” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 209). Além disto:

Os interesses de classe da oligarquia funcionam na mesma direção. Enquanto os gastos governamentais maciços em educação e bem-estar tendem a solapar a sua posição privilegiada, ocorre oposto com os gastos militares. A razão é que a militarização estimula todas as forças reacionárias e irracionais da sociedade, e inibe, ou mata, tudo pela autoridade; as atitudes de docilidade e conformismo são pregadas e impostas; a discordância é tratada como falta de patriotismo ou mesmo traição. Nessa atmosfera, a oligarquia sente que sua posição material e autoridade moral estão seguras ((BARAN; SWEEZY, 1978, p. 209).

O que nos chama atenção, é o fato de que, o interesse pelo aumento crescente nas despesas militares não foi favorável apenas por parte da oligarquia, encontrou apoio nas massas, pois considerando seu potencial produtivo, e no contexto monopolista da Grande Depressão, era necessário decidir se seria preferível o desemprego em massa ou a relativa segurança de emprego e segurança material de sobrevivência, uma vez que, os orçamentos militares estavam enormes nas décadas de 1940 e 1950. Esse movimento histórico é explicado por Mézaros:

[...] quando o militarismo se afirmou como o principal instrumento da prática política, com o desdobramento do imperialismo moderno em uma escala global, em contraste com as suas variações anteriores – muito mais limitadas. Nas últimas três décadas do século XIX, não apenas os Impérios Britânico e Frances dominaram majoritariamente vastos territórios, mas também os Estados Unidos impuseram seu pesado jugo assumindo direta ou indiretamente a direção das antigas colônias do Império Espanhol na América Latina, impondo-lhes a repressão sangrenta de uma grande luta de libertação nas Filipinas e instalando-se como dominadores nessa área, de uma maneira que até hoje persiste sob uma forma ou outra. Nem poderíamos esquecer as calamidades causadas pelas ambições imperialistas do “Chanceler de Ferro” Bismarck e a posterior intensificação desses objetivos por seus sucessores, o que resultou na erupção da Primeira Guerra Mundial e suas consequências profundamente antagonicas, que trouxeram consigo o revanchismo nazista de Hitler e, desse modo, renunciaram muito claramente a própria Segunda Guerra Mundial (MÉSZÁROS, 2007, p. 133, grifos do autor).

---

período de quase trinta anos, no Senado, que há, na compra de armas, com as quais destruir, matar, eliminar, cidades e dismantelar grandes sistemas de transporte, alguma coisa que leva os homens a não darem ao custo em dólares a mesma importância que lhe atribuem quando se trata de habitações adequadas e o devido cuidado de saúde para os seres humanos” (PROXMIRE apud BARAN; SWEEZY, 1978, p. 212). Apesar de Proxmire mostrar certa ingenuidade no entendimento ao furor do incentivo aos gastos militares, a questão das grandes quantidades investidas chamava a atenção.

Porém, o capitalismo monopolista não consegue solucionar o problema de escoamento do excedente pelo Governo por meio do complexo militar-industrial sem que isso gere limites e contradições na ordem capitalista. Há limitações de ordem econômica e militar nos gastos para fabricação de armas como instrumento de controle econômico, que são criadas utilizando a ciência e a tecnologia modernas. Vejamos:

A limitação econômica está simplesmente no fato de que a nova tecnologia da guerra reduziu o poder que tinham os gastos em armamentos de estimular a economia. É um lugar comum dizer se está tornado cada vez mais uma questão de ciência e tecnologia, e cada vez menos uma questão de massa de homens e armas. Foguetes e mísseis estão substituindo os bombardeiros e tornando inúteis os aviões de caça; frotas enormes de navios de superfície ficam obsoletos; os exércitos maciços estão sendo substituídos por soldados altamente especializados munidos de um conjunto de armas fantasticamente destrutivas. Em consequência dessas modificações, houve uma acentuada modificação no caráter dos bens e serviços adquiridos pelos investimentos militares (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 214).

Diante dessas modificações, uma parcela muito maior fica destinada à pesquisa e desenvolvimento, engenharia, supervisão e manutenção na produção de armas, enquanto que uma parcela muito menor é destinada para equipamentos militares produzidos em massa (artilharia, tanques, jipes etc.). Isto significa dizer que, agora, um determinado volume de despesas militares emprega um menor número de trabalhadores, diferindo do que aconteceu nas duas guerras mundiais. Ainda que, permaneça o aumento nas despesas militares e consequente lucro para as grandes companhias, seu efeito é pequeno, no que se refere a investimento e emprego. Pois, se o grande desenvolvimento da ciência e engenharia na produção de armas sofrer qualquer estreitamento, pode se converter num obstáculo insuperável para a maior expansão de capital. Como explica Baran e Sweezy:

Ironicamente, as enormes despesas militares de hoje podem até estar contribuindo sistematicamente para um aumento do desemprego: muitas das novas tecnologias que são subprodutos da pesquisa e desenvolvimento militar também são aplicáveis à produção civil, onde muito provavelmente terão o efeito de elevar a produtividade e reduzir a procura de mão de obra (BARAN; SWEEZY, p. 215).

O segundo entrave para a produção bélica sofisticada, tem o próprio aspecto militar como bloqueio, pois “A acumulação de armas modernas de destruição total, numa corrida armamentista entre duas potências de força igual, não só tem uma finalidade militar racional [...], mas na realidade reduz as possibilidades que o país possa sobreviver a uma guerra total” (BARAN; SWEEZY, p. 216), ou seja, a expansão de gastos em orçamento militar é contraditório, pois é também irracional, uma vez que contradiz a finalidade que a estrutura militar deve servir, colocando em risco a existência da humanidade.

É o instrumento do complexo militar-industrial que permite combinar a máxima de expansão possível com o mínimo de taxa de utilização. O caráter do complexo militar-industrial não é uniforme, emerge e se consolida de formas diferentes nos países de capitalismo avançado. Isso se dá em razão das condições extra econômicas que foram impostas em alguns deles, sofreram limitação no pós-guerra com os tratados de paz, da qual teve por consequência uma reconstrução relativamente lenta e seletiva por parte das indústrias militares. “Indubitavelmente, desde o início, o complexo militar-industrial norte-americano ocupou a posição esmagadoramente dominante, seguido pelos de Grã-Bretanha, França e Itália, de acordo com as suas possibilidades econômicas” (MÉSZÁROS, 2011, p. 686). Porém, apesar das distinções, esses países estão conectados ao complexo militar-industrial, tanto no plano nacional, quanto no plano internacional. Mészáros explica essa conexão ao enumerar três formas importantes, elucidando de que forma o desenvolvimento dos países é dependente do papel do complexo militar-industrial. Vejamos:

1º) Com o estabelecimento das novas alianças militares, praticamente todas as restrições do tratado de paz original são rapidamente removidas e, desta maneira, tanto o Japão como a Alemanha ficam habilitados a montar e expandir (praticamente tanto quanto queiram) seus próprios complexos militares-industriais, virtualmente em qualquer campo da produção militar, com a única exceção dos armamentos nucleares. 2º) Já que a indústria militar – sob hegemonia norte-americana – é um empreendimento internacional, o Japão e a Alemanha participaram, direta e indiretamente, do seu desenvolvimento no pós-guerra já em estágio bem inicial, sob formas variadas, da óptica à eletrônica e da química à metalurgia. Tal participação é da maior importância para o estabelecimento e/ou a modernização de ramos industriais inteiros, nos quais se fundam os “milagres” do desenvolvimento econômico japonês e alemão do pós-guerra. Além disso, encomendas militares diretas, altamente lucrativas, também jogam um importante papel [...] 3º) A estreita interligação entre as economias de todos os países capitalistas ocidentais e os Estados Unidos vem a ser o fator mais significativo para avaliar o verdadeiro peso e a importância do complexo militar-industrial para o contínuo funcionamento “saudável” do capital global. Isto ocorre porque a economia dos Estados Unidos, de longe a mais extensa e dinâmica do mundo ocidental, é sustentada, ao longo de todo o período do pós-guerra, por orçamentos astronômicos de defesa (apesar da ameaçadora dívida interna e externa). Em sua capacidade para sustentar os níveis de produção existentes em seus próprios países, todas as sociedades capitalistas avançadas são profundamente dependentes do mercado em expansão dos Estados Unidos (MÉSZÁROS, 2011, p. 686 et seq., grifos do autor).

Considerando estes fatores, ainda que a participação direta do complexo militar-industrial dos demais países seja relativamente pequena se comparada ao dos Estados Unidos, a contínua produção advinda das economias nacionais em questão, não pode ser analisada separada da importância global da produção militarista diante de sua aparente dependência crônica da economia norte-americana, e do seu dominante complexo militar-industrial. Neste sentido:

O complexo militar-industrial não só aperfeiçoa os meios pelos quais o capital pode agora lidar com todas essas flutuações e contradições estruturais, mas também dá um “salto quantitativo” no sentido de que o alcance e o tamanho absoluto de suas operações rentáveis se tornam incomparavelmente maiores do que poderia ser concebido nos estágios anteriores dos desdobramentos capitalistas. Este salto quantitativo cria canais até então inimagináveis, na medida em que atenua qualitativamente a relação de forças a favor do capital por um período diretamente proporcional ao porte dos próprios canais produtivos recém-criados (MÉSZÁROS, 2011, 690 et seq., grifos do autor).

Isso é perceptível nas mudanças ocorridas no pós-guerra e na reconfiguração da função do Estado nas estruturas produtivas, seja no sentido econômico ou ideológico, as funções de produtor, comprador e consumidor do mercado bélico passa a ser da própria “Nação”. Essa condição, diz respeito a uma inovação essencial do complexo militar-industrial, pois, se anteriormente a figura do comprador individual representasse também o consumidor, isso se converteria em limitações financeiras das necessidades expansivas do próprio processo de realização capitalista, cuja a soberania do consumidor individual sozinha não conseguiria solucionar. Desta forma, apenas a “Nação” é capaz de proporcionar “a satisfação da dupla exigência de proporcionar um cofre inexaurível que tornasse possível a autorreprodução ampliada do capital e um poço sem fundo capaz de tragar todo o desperdício resultante” (MÉSZÁROS, 2011, p. 691). Mészáros explica que:

A inovação do capitalismo “avançado” e de seu complexo militar-industrial é dada pela generalização da prática anterior – que atendia às exigências excepcionais e emergenciais das crises –, que se torna então o *modelo de normalidade* para a vida cotidiana de todo o sistema orientado no sentido da produção para a destruição como procedimento corrente, em conformidade com a lei tendencial da taxa de utilização decrescente, capaz de se aproximar, teoricamente, do *índice zero* [...] Esta recém-descoberta normalidade do sistema capitalista o habilita a *deslocar* (mas não a *eliminar*) a contradição fundamental do capital desenvolvido: a superprodução. (MÉSZÁROS, 2011, p. 693 et seq., grifos do autor).

Desta maneira, o fenômeno da violência expressa no complexo militar-industrial, está diretamente relacionado à forma como a estrutura militar impõe suas necessidades sobre a sociedade, além de usar a força direta nos períodos de guerra, também possibilita, por causa de sua estrutura interna, a manipulação da oferta e da demanda para movimentar a expansão capitalista. Ou seja, a oferta e demanda relativas ao complexo militar-industrial legitimam a oferta real por uma demanda fictícia, “O resultado é que a oferta em questão (não importa quão perdulária, perigosa, indesejável e destrutiva) é forçosamente imposta à sociedade por critérios legais inquestionáveis e se torna a suprema “demanda da Nação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 693). O Estado capitalista com sua violência institucionalizada protege contra as limitações, por exemplo, no tocante a contagem racional dos custos sobre a demanda dos gastos militares, promove aumento desses orçamentos que não sofrem inflação, sacrificando o

orçamento para todos serviços sociais e das necessidades humanas reais. Mészáros chama a atenção para o fato de que:

Os perigos e o imenso sofrimento causado por todas as tentativas de resolver problemas sociais profundamente arraigados por meio de intervenções militares, em qualquer escala, são bastantes óbvios. Entretanto, se considerarmos mais de perto a tendência histórica das aventuras militaristas. Tornar-se-á assustadoramente evidente que elas manifestam uma intensificação cada vez maior e uma escala sempre crescente, desde confrontos locais às duas horrendas guerras mundiais no século XX e à potencial aniquilação da humanidade quando atingimos a nossa época (MÉSZÁROS, 2007, p. 133).

O que percebemos é que, atualmente, considerando as exigências do capitalismo monopolista, as guerras não são capazes de alcançar a dominação do mundo pelo Estado mais poderoso do capital, esse objetivo não é racional, pois se um Estado nacional poderoso se impõe agressivamente sobre todos os outros provoca o efeito de conduzir a outras incontáveis guerras limitadas, portanto, o objetivo de dominação tem caráter irracional. Como explicita Mészáros:

[...] as armas já disponíveis para travar a guerra ou as guerras do século XXI são capazes de exterminar não apenas o adversário, mas toda a humanidade, pela primeira vez na história. Tampouco podemos ter a ilusão de que o armamento existente é o definitivo. Outros, ainda mais instantaneamente letais, podem aparecer amanhã ou depois de amanhã. Além disso, ameaçar o uso de tais armas é agora considerado um dispositivo estatal estratégico aceitável. Assim, basta somar as razões um e dois para determinar a conclusão inescapável: a contemplação da guerra como o mecanismo do “governo global” no mundo atual implica que nos encontramos no precipício da absoluta irracionalidade, do qual não haverá volta se aceitarmos o presente curso de desenvolvimento (MÉSZÁROS, 2007, p. 134).

Ao considerarmos questões como essa, evidenciamos a violência como um fenômeno insuperável do complexo militar-industrial. A sofisticação das armas nos dá indícios de aniquilação da vida humana reais e que assombram a garantia de nossa existência. Como as guerras têm por função aumentar a procura de mercadorias, manter determinado nível de emprego, acelerar o progresso técnico e conseqüentemente alavancar a economia do país, o capital não mede esforços para manter o complexo militar-industrial em pleno e crescente desenvolvimento<sup>43</sup>. Por outro lado, devemos considerar que:

A questão, portanto, não se resume apenas às dadas aventuras militaristas de alguns círculos políticos. Isto é, às aventuras militares que poderiam ser enfrentadas e

<sup>43</sup> Conforme Luxemburgo: “a alavanca desse movimento rítmico e automático da produção bélica capitalista encontra-se em mãos do próprio capital – mediante o mecanismo da legislação parlamentar e da criação dos meios de comunicação destinados à formação da assim chamada opinião pública. Eis por que esse campo específico da acumulação de capital parece ser dotado, em princípio, de uma capacidade de ampliação indeterminada” (LUXEMBURGO apud MÉSZÁROS, 2007, p. 138).



superadas com êxito no plano político/militar. As causas são muito mais arraigadas e não podem ser combatidas sem que se introduzam mudanças fundamentais nas determinações sistêmicas recônditas do capital como de controle sociometabólico – de reprodução geral – que abarca não somente os domínios econômicos e político/militar, mas também as inter-relações culturais e ideológicas mais mediadas. Mesmo a expressão “complexo militar-industrial” [...] indica claramente que o que nos aflige é algo muito mais firmemente enraizado e tenaz que algumas determinações (e manipulações) políticas/militares diretas, as quais em princípio poderiam ser revertidas nesse plano. A guerra como a “continuação da política por outros meios” sempre nos ameaçará no interior da atual estrutura social, e hoje com a possibilidade de aniquilação total (MÉSZÁROS, 2007, p. 137, et seq., grifos do autor).

Diante disto, entendemos que, os efeitos da violência produzidos com o desenvolvimento do complexo militar-industrial, principalmente nos períodos de guerra, têm base num desenvolvimento estrutural profundamente enraizado. Deste modo, podemos apreender que, “A produção militarista, hoje essencialmente incorporada no “complexo militar-industrial”, não é uma entidade independente, regulada por forças militares autônomas que também são, pois, responsáveis pelas guerras” (MÉSZAROS, 2011, p. 138, grifos do autor). Pelo contrário, a crescente produção militar é designada por um Estado nacional que subjuga e controla todos os outros, que segue os imperativos demandados pela lógica do capital e que conduz a humanidade à sua própria destruição. Portanto, o complexo militar-industrial criado e alimentado pelo Estado capitalista, resulta em efeitos, que não só produzem expressões da violência, como as agrava. Veremos no próximo item, como a natureza de classe do Estado é capaz de produzir e reproduzir a violência, revelando este fenômeno como um problema estrutural, enraizado na base econômica capitalista, tendo em vista que, o capital possui um impulso material irreprimível para a integração global monopolista a qualquer custo, colocando em risco a existência da humanidade.

#### **4.3 A natureza de classe do Estado e a reprodução da violência: um problema estrutural**

Anteriormente, entendemos o funcionamento e o papel do complexo militar-industrial no capitalismo monopolista. Como pudemos apreender, sua estrutura tem por base um sistema sociometabólico que possui unidades econômicas articuladas. Para que exista, o complexo militar-industrial necessita do instrumento fundamental do Estado. É por meio do Estado que o fenômeno da violência manifesta todo seu potencial de dominação capitalista, produzindo e reproduzindo várias expressões dessa doença social que é reflexo de um sistema que produz e reproduz a desigualdade social.

Os teóricos liberais insistem na interpretação de que o Estado é uma instituição que atende ao interesse da sociedade como um todo, sendo capaz de medir e conciliar as divergências de classe. Essa teoria liberal naturaliza a condição das estruturas de classe, entendendo as relações de propriedade como imutáveis. Entretanto, o aspecto superficial dessa teoria é fácil de descobrir, basta fazermos um breve estudo da história e perceberemos que várias formas de relações de propriedade surgiram e desapareceram no movimento histórico da humanidade. “A estrutura de classes da sociedade não é parte da ordem natural das coisas; é o produto de uma evolução social do passado e se modificará no curso da evolução social futura” (SWEEZY, 1976, p. 271). O que significa dizer que, outras formas de estruturas sociais podem continuar a surgir ou sumir no futuro. A esse respeito Sweezy explica que:

Um determinado conjunto de relações de propriedade serve para definir e demarcar a estrutura de classes da sociedade. Qualquer que seja o conjunto de relações de propriedade, uma classe ou classes (os proprietários) desfrutam vantagens materiais; outras classes (os que são possuídos e os não-possuidores) sofrem desvantagens materiais. Uma instituição especial, capaz e disposta a usar a força necessária, é essencial à manutenção desse estado de relações de propriedade. A pesquisa mostra que o Estado possui essa característica no mais alto grau, e que nenhuma outra instituição pode competir com ele sob tal aspecto. Isso habitualmente se expressa dizendo-se que o Estado, e apenas ele, exerce a soberania sobre todos os que estão sob sua jurisdição. Não é difícil, portanto, identificar o Estado como o mantenedor de um determinado conjunto de relações de propriedade (SWEEZY, 1976, p. 272).

Deste modo, o Estado é produto de uma luta longa e árdua entre classes rivais que ocupam distintos papéis no processo de produção, é a resposta da qual determinada classe usa em seu benefício para as relações de propriedade, que precisam ser impostas. Ainda que, em determinados períodos de transição histórica, o Estado tenha desfrutado de certa estabilidade, seu poder tende a ser monopolizado pela classe que é sua principal beneficiária. Na sociedade capitalista, o domínio de classe equivale à proteção da propriedade privada, e quem garante essa proteção é o Estado, portanto, podemos dizer que ele é um instrumento de domínio de classe.

A propriedade privada capitalista não consiste de coisas — as coisas existem independentemente de sua propriedade — mas de uma relação social entre pessoas. A propriedade confere a seus possuidores a isenção do trabalho e o usufruto do trabalho de outros, e nisso está a essência de toda a dominação social, qualquer que seja a forma assumida. Segue-se que a proteção da propriedade é fundamentalmente a segurança do domínio social dos proprietários sobre os não-proprietários. E isso por sua vez é precisamente o que se entende por domínio de classe, que é a função primordial do Estado manter (SWEEZY, 1976, p. 273 et seq.).

No primeiro momento, o Estado é requisitado para resolver os problemas desencadeados pelo desenvolvimento econômico, no capitalismo, por exemplo, tanto no

período anterior de escassez de força de trabalho, como posteriormente, a exploração da classe trabalhadora, ambos foram objetos que demandaram contrapartida da ação do Estado. No segundo momento, é de esperar que o Estado atenda às necessidades da classe dominante, pois ele se dedica a preservação da ordem vigente, mas isso não impede, de que por vezes, entre em choque com os interesses econômicos de certos capitalistas, pois seu objetivo principal é manter intacto o sistema. Assim, para manter a paz e tranquilidade internas, reduzindo a ameaça por parte da classe trabalhadora, o Estado impõe certas concessões, como por exemplo, a legislação trabalhista.

Resumamos os princípios que caracterizam o uso do Estado como instrumento econômico dentro da moldura capitalista. Em primeiro lugar, o Estado entra em ação na esfera econômica a fim de resolver problemas criados pelo desenvolvimento do capitalismo. Em segundo lugar, quando os interesses da classe capitalista estão em jogo, há uma forte predisposição para usar o poderio estatal livremente. E finalmente o Estado pode ser usado para fazer concessões a classe trabalhadora, desde que as consequências de uma recusa dessas concessões sejam bastante perigosas a estabilidade e funcionamento do sistema como um todo [...] o Estado existe em primeiro lugar para a proteção das relações de propriedade capitalista. As reformas podem modificar o funcionamento do capitalismo, mas não ameaçar sua base (SWEEZY, 1976, p. 279).

Na fase monopolista, as contradições geradas proporcionam um terreno adicional para uma maior atividade do Estado, o crescimento do militarismo, por exemplo, representa esse aumento de poder estatal e ampliação de suas atribuições. Na percepção capitalista, há duas formas de contra-atacar a classe trabalhadora, são elas: a concessão e a repressão. Embora possam parecer contraditórias, são estratégias de controle que se complementam, suas atuações variam em épocas diferentes. Assim, a violência se revela em ambos os métodos que necessitam da contrapartida do Estado: na forma de concessão, com a ampliação da legislação social sob a forma de assistência ao trabalhador; e na forma da repressão, com o aumento dos instrumentos de força para garantir a ordem interna.

Considerando, os três principais aspectos dos defeitos estrutural do controle do capital: *produção e controle, produção e consumo; produção e circulação*, “O Estado Moderno como única estrutura corretiva viável não surge *depois* da articulação de formas socioeconômicas fundamentais, nem como mais ou menos diretamente determinado por elas” (MÉSZÁROS, 2011, p. 117). Ele tem por característica uma “determinação unidirecional”, “por uma base material independente, pois a base socioeconômica do capital é totalmente inconcebível separada de suas formações de Estado” (MÉSZÁROS, 2011, p. 117). Como podemos observar:

[...] o sistema do capital evoluiu historicamente a partir de constituintes *irrefreáveis*, mas longe de autossuficientes. As falhas estruturais de controle que vimos antes

exigiam o estabelecimento de estruturas específicas de controle capazes de *complementar* – no nível apropriado de abrangência – os constituintes reprodutivos materiais, de acordo com a necessidade totalizadora e a cambiante dinâmica expansionista do sistema do capital. Foi assim que se criou o Estado moderno como estrutura de comando político de grande alcance do capital, tornando-se parte da “base material” do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas (MÉSZÁROS, 2011, p. 118 et seq., grifos do autor).

Neste sentido, enquanto comando político, o Estado não é autônomo em relação do capital, pois ambos são inseparáveis e constituem um só. O Estado atua como codeterminante nas funções econômicas diretas, seja limitando ou ampliando a viabilidade dessas funções. Como sabemos, a condição material para que o capital alcance com sucesso seu imperativo estrutural de expansão, é a constante extração do trabalho excedente, mas devido a incontornabilidade dos constituintes reprodutivos econômicos do capital, as grandes corporações são incapazes de realizarem sozinhas o imperativo estrutural do sistema do capital, pois não possuem o método coesivo fundamental para constituir e fazer funcionar um sistema sociometabólico. Assim,

[...] o papel diversificado do mercado nas diferentes fases de desenvolvimento do sistema do capital, desde os intercâmbios limitados até o *mercado mundial* completamente realizado, é totalmente incompreensível sem relacioná-lo ao outro lado da mesma equação: a dinâmica igualmente variável do Estado como estrutura de comando político totalizadora (MÉSZÁROS, 2011, p. 120, grifos do autor).

Deste modo, o Estado moderno pertence à base material capitalista, efetivando a dimensão coesiva do sistema do capital cuja finalidade é expandir e extrair trabalho excedente. “É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 121). Isto acontece devido ao fato das unidades econômicas terem um aspecto “incorrigivelmente centrífugo”, que ao longo da história vem se problematizando e se tornando potencialmente destrutivo. Mézáros explica que:

À sua própria maneira – totalizadora –, o Estado expõe a mesma divisão do trabalho hierárquico/estrutural das unidades reprodutivas econômicas. Assim, ele é literalmente vital para manter sob controle (ainda que incapaz de eliminar completamente) os antagonismos que estão sempre surgindo da dualidade disruptiva dos processos socioeconômicos e políticos de tomada de decisão sem os quais o sistema do capital não poderia funcionar adequadamente. Tornando sustentável (enquanto permanecer historicamente sustentável) a prática metabólica de atribuir ao “trabalho livre” o cumprimento de funções rigorosamente econômicas numa condição incontestavelmente subserviente, o Estado é o complemento perfeito das exigências internas desse sistema de controle sociometabólico antagonicamente estruturado. Como fiador geral do modo de reprodução insanavelmente autoritário do capital (sua “tirania nos locais de trabalho” não apenas sob o capitalismo, mas também sob o sistema do capital de tipo soviético), o Estado reforça a dualidade entre produção e controle e também a divisão hierárquico/estrutural do trabalho, de

que ele próprio é uma clara manifestação (MÉSZÁROS, 2011, p. 122, grifos do autor).

Nestas condições, Mészáros aponta, que um dos princípios do capital é seu caráter de “irrestringibilidade”, do qual determina do ponto de vista do capital, tantos pontos positivos, como negativos do sistema. No sentido positivo, diz respeito ao fato de que, o capital é capaz de continuar avançado “enquanto suas estruturas produtivas internamente incontroláveis encontrarem recursos e saídas para a expansão e a acumulação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 122). Já, no sentido negativo, quando surge uma crise na reprodução socioeconômica, há uma colisão com os obstáculos originados de sua própria articulação, de maneira que, “[...] a tríplice contradição entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação já não pode mais ser conciliada, muito menos usada como maquinário poderoso do processo vital de expansão e acumulação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 122).

O Estado atua como reparador dessa “irrestringibilidade”, e por esse motivo, as unidades econômicas só podem continuar avançando se forem realizadas junto ao cenário sociopolítico, o que significa dizer que, para que essas unidades econômicas continuem reproduzindo positivamente sua dinâmica irrestringível, elas não podem ser tomadas de forma isolada. Entendemos que, para realizar o impulso incontrolável da produtividade do capital, “as múltiplas unidades reprodutivas interatuantes devem ser transformadas em um “sistema coerente”, cujo princípio definidor geral e objetivo orientador é a mais alta extração possível e viável do trabalho excedente” (MÉSZÁROS, 2011, p. 123, grifos do autor). Deste modo, o Estado é a figura de comando para manter firme a finalidade de extração do trabalho excedente, pois sem ele, as unidades econômicas não constituíram um sistema, e sim um aglomerado catastrófico de entidades econômicas vulneráveis. Mészáros esclarece que:

Sem a emergência do Estado moderno, o modo espontâneo de controle metabólico do capital não pode se transformar num sistema dotado de microcosmos socioeconômicos claramente identificáveis – produtores e extratores dinâmicos do trabalho excedente, devidamente integrados e sustentáveis. Tomadas em separado, as unidades reprodutivas socioeconômicas particulares do capital são não apenas *incapazes* de coordenação e totalização espontâneas, mas também *diametralmente opostas* a elas, se lhes for permitido continuar seu rumo disruptivo, conforme a determinação estrutural centrífuga de sua natureza. Paradoxalmente, é esta completa “ausência” ou “falta” de coesão básica dos microcosmos socioeconômicos constitutivos do capital – devida, acima de tudo, à separação entre o valor de uso e a necessidade humana espontaneamente manifesta – que faz existir a dimensão política do controle sociometabólico do capital na forma do Estado moderno (MÉSZÁROS, 2011, p. 123, grifos do autor).

É evidente que, não podemos perder de vista que o capital é seu próprio sistema de comando, e que a dimensão política do Estado é uma forma de comando abrangente do

capital, o mesmo torna-se pré-requisito para que seja possível um sistema viável, possibilitando um quadro geral para a total articulação e manutenção de um sistema global. Portanto, por causa de sua função constitutiva e permanente, o Estado deve ser entendido como parte integrante da base material capitalista<sup>44</sup>.

No entanto, este inter-relacionamento íntimo também se mantém quando visto pelo outro lado, pois o Estado moderno em si é totalmente inconcebível sem o capital como função sociometabólicas. Isto dá às estruturas materiais reprodutivas do sistema do capital a condição necessária, não apenas para a constituição original, mas também para a sobrevivência continuada (e para as transformações históricas adequadas) do Estado moderno em todas as suas dimensões. Essas estruturas reprodutivas estendem sua influência sobre todas as coisas, desde os instrumentos rigorosamente repressivos/materiais e as instituições jurídicas do Estado, até as teorizações ideológicas e políticas mais mediadas de sua *raison d'être* e de sua proclamada legitimidade (MÉSZÁROS, 2011, p. 125, grifos do autor).

Deste modo, a relação entre capital e o Estado Moderno, é uma relação de reciprocidade, por um lado a base sociometabólica do capital, e do outro, o Estado como uma estrutura totalizadora da dimensão política da ordem vigente. Mézáros nos explica que:

Sob outro aspecto vital, a dissonância estrutural pode ser identificada no relacionamento contraditório entre o mandato totalizador do Estado e sua capacidade de realização. O Estado só conseguirá cumprir seu papel se puder melhorar o potencial produtivo inerente à *irrestringibilidade* das unidades reprodutivas particulares, dado que estas constituem um *sistema*. Em outras palavras, o que está em jogo aqui, em última análise, não é simplesmente a eficácia do apoio proporcionado pelo Estado a esta ou àquela fração particular do capital sob sua jurisdição. É antes a capacidade de assegurar o avanço do “todo” na dinâmica variável da acumulação e expansão. O apoio privilegiado que qualquer Estado pode proporcionar a suas seções dominantes do capital – a ponto de facilitar a expansão extremamente monopolista – é parte da lógica de sustentação do avanço do “conjunto” dado (o que, na prática, significa: o capital nacional total do Estado em questão), sujeito à necessidade de se ajustar aos limites estruturais do próprio sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 128, grifos do autor).

Nestes termos, entendemos que o sistema do capital é um modo de controle incontrolavelmente voltado para a expansão. Assim, considerando seu funcionamento interno, particular de sua natureza, as funções políticas devem estar separadas de sua base material reprodutiva, e são nestas condições que surge o Estado Moderno para representar uma estrutura de “alienação por excelência”. Diante disto, no capitalismo monopolista, a expansão do capital para manter sua base material, subordina tudo a sua volta, necessita reproduzir todas as suas estruturas fundamentais e adequar todas as esferas, pois não tolera nada acima de si. Em consequência disso, preserva a manutenção de um Estado que tem por natureza

---

<sup>44</sup> Nas palavras de Mézáros: “Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto” (MÉSZÁROS, 2011, p. 125).

produzir e reproduzir o fenômeno da violência. As potências da violência crescem e se complexificam na mesma proporção que a crise estrutural do capital tem se agravado. Ao capital não importa as aspirações humanas, conforme Mészáros:

É por isso que, no sistema do capital, os critérios totalmente fetichistas da expansão têm de se impor à sociedade também na forma de separação e alienação radicais do poder de tomada de decisões de *todos* – inclusive as “personificações do capital”, cuja “liberdade” consiste em impor a outros os imperativos do capital – e em todos níveis de reprodução social, desde o campo da produção material até os níveis mais altos da política. Uma vez definidos à sua maneira pelo capital os objetivos da existência social, subordinando implacavelmente todas as aspirações e valores humanos à sua expansão, não pode sobrar espaço algum para a *tomada de decisão*, exceto para a que estiver rigorosamente preocupada em encontrar os *instrumentos* que melhor sirvam para atingir-se a *meta predeterminada* (MÉSZÁROS, 2011, p. 131, grifos do autor).

Quando observamos o impacto da queda tendencial da taxa de lucro, percebemos que a ação política estatal tem sido reduzida à função de executar servilmente as necessidades mais urgentes e imediatas da expansão do capital. Chamamos a atenção de que, a crise do capital com a qual estamos lidando atualmente, não se trata apenas de uma crise política, mas sim, de uma crise estrutural das instituições capitalistas de controle social em sua totalidade, “Aqui cabe assinalar que as instituições do capitalismo são inerentemente violentas e agressivas: elas são edificadas sobre a premissa fundamental que prescreve a “guerra, se falham os métodos “normais” de expansão” (MÉSZÁROS, 2011, p. 1003, grifos do autor), eis como o fenômeno da violência se expressa como um problema estrutural, inerente ao capitalismo. Além disso, a destruição periódica do capital excedente, seja por meio de métodos violentos ou qualquer outro, é uma necessidade vital para que o capital consiga se recuperar de crises e da depressão. O complexo militar-industrial cumpre seu papel, como já evidenciamos anteriormente:

A cega “lei natural” do mecanismo de mercado traz consigo o inelutável resultado de que os graves problemas sociais necessariamente associados à produção e à concentração do capital jamais são *solucionados*, mas apenas *adiados* e de fato transferidos ao plano *militar*, dado que o adiamento não pode se dar indefinidamente. Assim, o “sentido” das instituições hierarquicamente estruturadas do capitalismo é dado na sua referência máxima ao “combate” violento dessas questões na arena internacional, uma vez que as unidades socioeconômicas – de acordo com a lógica interna de seu desenvolvimento – crescem cada vez mais e seus problemas e contradições tornam-se sempre mais intensos e graves. Crescimento e expansão são necessidades iminentes do sistema de produção capitalista, e quando os limites locais são atingidos não resta outra saída a não ser reajustar violentamente a relação dominante de forças (MÉSZÁROS, 2011, p. 1002, grifos do autor).

Por outro lado, percebemos que atualmente o capitalismo monopolista foi privado de sua medida repressiva máxima: a guerra total contra seus inimigos reais ou potenciais<sup>45</sup>, pois a violência total já não é tida como viável, porque seus efeitos precipitam as inevitáveis explosões internas ao agravar as condições inerentes ao sistema. Assim,

Pela primeira vez na história, o capitalismo confronta-se globalmente com seus próprios problemas, que não podem ser “adiados” por muito mais tempo nem, tampouco, transferidos para o plano militar a fim de serem “exportados” como guerra generalizada (MÉSZÁROS, 2011, p. 1002, grifos do autor).

No tocante, ao desenvolvimento do capitalismo, uma terceira guerra mundial não se constitui numa solução para a grave crise estrutural da sociedade, pois a crise não é capaz de dar conta das enormes implicações que uma guerra pode causar. Para entendermos melhor, recordemos dos efeitos provocados pelas Grandes Guerras:

1. “desmaterializaram” automaticamente o sistema capitalista de incentivos (determinando um deslocamento dos “incentivos econômicos” para a “autorenúncia” e o “idealismo”, tão caros a alguns dos recentes defensores e apologistas do sistema em dificuldades), ajustando simultaneamente, dessa forma, o mecanismo de “interiorização” por meio do qual a legitimação permanente da ordem vigente é realizada com sucesso; 2. repentinamente, impuseram às massas um padrão de vida radicalmente mais baixo, aceito voluntariamente dadas as circunstâncias de um estado de emergência; 3. com idêntica rapidez ampliaram radicalmente a margem de lucro, anteriormente deprimida; 4. introduziram um elemento vital de racionalização e coordenação no sistema como um todo (racionalização que, graças às circunstâncias excepcionais, não ficou circunscrita aos estreitos limites de todas as racionalizações, que respondem diretamente às necessidades exclusivas de produção e expansão do capital); e, por último, mas não menos importante: 5. forneceram um imenso impulso tecnológico à economia como um todo de forma generalizada (MÉSZÁROS, 2011, p. 1002 et seq., grifos do autor).

Diante disto, ainda que exista um grande volume de gastos militares, devemos considerar as consequências acima mencionadas, das quais o próprio sistema capitalista não seria capaz de sobreviver diante de uma grande guerra. Apesar disso, atualmente, a demanda dos gastos militares impostos a sociedade em “tempos de paz”, não impedem a intensificação das contradições da produção do capital, pois como já vimos, os vultuosos contratos militares das empresas, as protegem de falência. Entretanto, sabemos que o problema não se resume a um ramo de produção, mas da estrutura capitalista como um todo. Mészáros revela que:

Na verdade, foi a tendência às crescentes intervenções do Estado, a serviço da expansão do capital, em assuntos econômicos que, em primeiro lugar, conduziu ao atual estado de coisas. O resultado de tais intervenções foi não apenas o crescimento canceroso de setores não produtivos da indústria no interior da estrutura global da produção do capital, mas – igualmente importante – a grave distorção da *estrutura capitalista de custos* sob o impacto de contratos realizados sob a justificativa

---

<sup>45</sup> MÉSZÁROS, 2011, p. 1002.



ideológica de que eram “vitais para o interesse nacional”. E, uma vez que o capitalismo atual constitui um *sistema fortemente interdependente*, as consequências devastadoras dessa distorção estrutural emergem em numerosos setores e ramos da indústria, e não apenas naqueles *diretamente* envolvidos na execução dos contratos militares. Os fatos notórios de que os custos originais previstos nestes contratos “inflam” descontroladamente e de que as comissões designadas pelos governos para “investigar” o problema não produzem resultados (isto é, outros resultados que não o encobrimento de operações passadas, conjugado com generosas justificativas para futuros dispêndios) encontram sua explicação nas necessidades iminentes dessa estrutura distorcida da produção e da contabilidade capitalistas, com as mais graves para o implicações futuro (MÉSZÁROS, 2011, p. 1003, grifos do autor).

Em suma, a intervenção do Estado tem sido no sentido de atuar como um “remédio milagroso” para os problemas da indústria moderna, na qual seu poder tem se limitado a acelerar o amadurecimento das contradições capitalistas. Quanto mais há a contrapartida do Estado, maior a dependência de sua intervenção, mais graves os sintomas do problema estrutural de todo o sistema capitalista, que anuncia uma paralisação e colapso do mecanismo de produção do capital, visto que, o aparato estatal é indutor de novas crises. Ao estudarmos o fenômeno da violência na relação do capital e trabalho, apreendemos o Estado como um mecanismo poderoso de produção e reprodução das expressões da violência, não se trata de uma disfunção passageira, mas resultado de uma contradição fundamental da dinâmica da totalidade estrutural da produção capitalista, cuja fase histórica aponta para a desintegração de seus mecanismos. Assim, o sistema do capital ao utilizar seus métodos de reprodução do grande capital é capaz de produzir e reproduzir continuamente expressões da violência.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados no processo de pesquisa, constatamos que, desde a antiguidade o homem utiliza a violência para sobreviver e com o seu desenvolvimento, para legitimar-se, impondo por meio dela, condições econômicas, políticas e sociais que transformam o processo das relações sociais entre os indivíduos. Podemos constatar que a violência ao longo do tempo, esteve presente em todos os modos de produção e se converteu numa alavanca para o desenvolvimento desses modos de produção e da sociabilidade humana.

Com base no sistema do capital, a violência está relacionada a fatores objetivos, como a instituição da propriedade privada e o surgimento das classes sociais. Ao estudarmos a função social da violência no modo de produção especificamente capitalista entendemos que, não é a violência que determina a organização social ou mesmo as formas de opressão de uma classe sobre outra, e sim o poder econômico que utiliza de mecanismos de opressão e repressão para legitimar um poder sobre outro.

Analisando o processo de transição do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista, observamos que a violência foi utilizada para fins econômicos, num período intitulado por Marx de: “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, sendo marcada historicamente por formas de violência, como o abuso, a exploração, a degradação e a miséria dos explorados. A “Assim Chamada Acumulação Primitiva” teve por base as condições fundamentais para a produção capitalista. Foram elas: o trabalhador, produtor direto, separado dos meios de produção. Com isto, se dá o surgimento de duas classes antagônicas, que desempenham funções distintas. Por um lado, temos os explorados- trabalhadores livres, vendedores da força de trabalho – por outro, os exploradores – donos da propriedade privada e meios de produção. Esse processo de consolidação do modo de produção capitalista não se deu de outra forma, senão pelo uso da violência direta e legalizada, tem em essência a exploração e subjugação da classe trabalhadora. Desse modo, temos na Assim Chamada Acumulação Primitiva as bases materiais da violência na qual o modo de produção capitalista se consolidou.

Com o advento da Grande Indústria, essa violência não só se intensificou, mas também tomou novas dimensões. Aqui por exemplo, temos o pauperismo da classe trabalhadora, resultado da inserção da máquina no processo de trabalho e da intensificação da exploração do trabalho, não só dos homens, como das mulheres e crianças. Os efeitos da

dinâmica capitalista sobre a classe trabalhadora revelaram formas de violência advindas do processo da industrialização.

Neste sentido, o modo de produção capitalista, necessita de uma força de trabalho em condições alienadas, que possa ser explorada ao máximo, desprovido o trabalhador de suas potencialidades emancipadoras, de maneira que este não se reconheça enquanto sujeito, mas sim como uma mercadoria, uma coisa. Além disto, próprio da dinâmica capitalista, temos a concorrência existente entre os grandes grupos capitalistas para dominar os grandes mercados, que buscam justificar essa sociedade altamente competitiva e garantir a coesão social, lançando a estratégia disfarçada para promover a alienação social e incitar o individualismo e a rivalidade, de forma que, o indivíduo inserido num ambiente de trabalho, seja entendido não como um companheiro, mas como um concorrente na implacável busca pela venda de sua força de trabalho. Outras consequências que atingem diretamente a classe trabalhadora e o processo de trabalho são: a elevação crescente do preço das mercadorias; a tendência ao subconsumo; a tendência em economizar trabalho vivo com o aprimoramento de inovação tecnológica; a intensificação da extração da mais-valia relativa e a “tendência decrescente da taxa média de lucros”.

Conforme investigado, os movimentos de concentração e centralização de capital, permitiram aos capitalistas, juntamente com a inovação tecnológica, a acumulação de grandes massas de capital, a formação de grandes monopólios. O impacto foi enorme, ramos industriais inteiros passaram a ser controlados, e da mesma maneira, o controle total das atividades econômicas e das formas de trabalho.

Ao estudarmos a “obsolescência planejada” e a publicidade - estratégias que se instituíram para as demandas do capitalismo monopolista - identificamos por meio de Mészáros em sua teoria sobre a “taxa decrescente do valor de uso”, que com o avanço da produtividade e inovações tecnológicas, foi possível a produção de um número cada vez maior de mercadorias postas para consumo. Como vimos num dado momento histórico, esse aumento da produtividade foi uma condição para que o capitalista conseguisse sobreviver em meio a concorrência, aquele que alcançasse uma maior produtividade conseguiria ofertar um menor preço, por meio do barateamento dos custos de produção. Por outro lado, o aumento da produtividade se traduz em expansão de oferta, o que gerou uma crise de superprodução, na qual, a rápida capacidade de consumo, se configura como uma solução para este problema, pois quanto mais rápido uma mercadoria é descartada, mais rápido o consumidor tem a necessidade de comprar novamente.

Assim, a “taxa decrescente do valor de uso” é uma expressão da contradição capitalista e se converte numa forma de violência ao direcionar o sujeito a um ciclo de consumo e desperdício sem fim, manifesta uma séria doença social à medida que aprisiona o curso da vida social, transformando aspectos como, lazer, música, arte, educação, meios de subsistência, saúde etc. em artigos de venda passíveis a desvalorização e ao fácil descarte.

Diferente do capitalismo concorrencial, em que o papel do Estado consistia em manter a propriedade privada dos meios de produção da burguesia, intervindo em situações emergenciais, no capitalismo monopolista, esse papel é abrangido, o Estado adquire a função de garantir a manutenção de condições externas e internas da produção capitalista, o que significa dizer que, as funções políticas e econômicas passam a ser objetos de intervenção do Estado. Neste sentido, a violência toma novas dimensões na fase dos monopólios, ao manter e controlar a força de trabalho ocupada e excedente. Para tanto, o capitalismo monopolista necessita de um Estado funcional ao capital, cujo objetivo é operar e promover as condições necessárias para sua acumulação e valorização.

Constatamos ainda, que o capitalismo monopolista cria um excedente maior do que pode absorver, o que o torna vulnerável a desordens em seu funcionamento em geral. Nessa lógica, o Estado se institui no sentido de controlar estas desordens. Assim, entendemos que, o Estado é um instrumento de opressão da classe trabalhadora e serve aos interesses daquele que detém o capital, não pode ser entendido como um instrumento neutro, que ora atende aos interesses dos trabalhadores e ora atende aos capitalistas. Da mesma forma, o Estado não pode ser entendido como eterno e imutável, visto que, no processo histórico da humanidade existiram sociedades que se organizaram sem a existência de um Estado ou de seu poder, o que significa dizer que, o Estado é uma necessidade em face da divisão da sociedade em classes.

Sendo assim, o Estado não representa efetivamente toda a sociedade, mas apenas uma parte dela, isso se dá pela própria engrenagem do sistema sociometabólico do capital. O Estado Moderno altamente burocratizado, totalizador e complexo em seu maquinário de aparato legal e político surge unicamente da necessidade da própria ordem sociometabólico do capital, mantendo com ele uma relação de reciprocidade dialética, por meio da complementaridade e simultaneidade, e, portanto, imprescindível para a articulação e permanência de toda totalidade do sistema do capital, cujos efeitos atingem das mais simples, as mais complexas esferas da vida social.

Com isso, verificamos que, o emprego do Estado para estimular o desenvolvimento econômico não advém de hoje, ele vem desempenhando seu papel desde o início do capitalismo, utilizando da violência extra econômica, já revelada em Marx, para expansão e consolidação do modo de produção tipicamente capitalista, sua função primordial é proteger a propriedade privada e garantir sua distribuição cada vez mais desigual. Entretanto, o que se percebe é que além de enriquecer a classe capitalista, o Estado vem enriquecendo a si mesmo, e o realiza com grande êxito por meio do direito e da administração, decretando impostos, regulando o comércio internacional, as terras públicas, o sistema de transporte, a manutenção do complexo militar-industrial etc.

Nesse sentido, é no capitalismo monopolista que a intervenção do Estado, toma proporção maior e assume uma forma mais complexa e sistemática, pois, como vimos, o funcionamento da dinâmica capitalista acaba gerando formas de estagnação, grave depressão que exacerba o desemprego e a ociosidade na produção, e é neste sentido que os gastos governamentais atuam para driblar as desordens e preencher as lacunas, fazendo não só escoar mais excedente bem como se produzir mais excedente. O complexo militar-industrial aparece aqui como a tônica do momento, e as guerras se tornam meio para que não seja cessada a demanda efetiva da produção, evidenciando com isso, formas de violência como sujeição à miséria, à insegurança, à exploração, sentidas como permanentes na vida social.

Percebemos que, o desenvolvimento das forças produtivas ao longo da história se deparou com contradições que cada vez mais acirraram os conflitos entre os povos. Diante do surgimento do excedente econômico, as guerras se tornaram uma das principais formas para acumular e reproduzir capital. O contexto monopolista, com seus novos e poderosos mercados, impuseram a necessidade de um sistema que permitisse a abertura de novos mercados, portanto, uma estrutura militar tão grande quanto as necessidades do capital para alcançar seus objetivos.

Analisando o processo histórico e conjuntural do complexo militar-industrial, apreendemos que suas primeiras formas já se reconheciam na “Assim Chamada Acumulação Primitiva”, com a pilhagem e saque contra as terras dos camponeses e no processo de colonização das colônias, que formaram a base do império capitalista. Assim, as forças armadas foram se desenvolvendo, tanto como forma de defesa, como forma de ataque, incipientes do complexo militar-industrial constituído no capitalismo monopolista. Atualmente, o que podemos constatar é que a iniciativa privada e o Estado assumem uma relação de colaboração para organizar e estruturar a grande indústria bélica.

Deste modo, uma das consequências do complexo militar-industrial são as guerras, que funcionam como estratégia de expansão e absorção de excedente, pois quanto mais tempo perdura uma guerra, maior a compra com armamentos, além do fato de que, a destruição de uma nação, a insere numa posição de vulnerabilidade econômica e urgência de restabelecimento de seu povo. Podemos citar exemplos como: as duas grandes Guerras Mundiais, que trouxeram à tona, a capacidade do militarismo para incrementar a economia, e posteriormente outros exemplos como, a Guerra Fria e a Guerra do Golfo dentre outras, que serviram para continuação da economia armamentista. Inclusive em determinadas nações, os orçamentos militares extraordinários chegaram a superar o Produto Interno Bruto – PIB dessas nações. Portanto, a indústria bélica é uma das mais rentáveis para o capitalismo, porque mobiliza a economia através do consumo e movimenta grande força de trabalho.

Nessa lógica, entendemos que o capitalismo, não é só responsável pelas formas de violência produzidas através do complexo militar-industrial, mas também, utiliza-o despidoradamente, à medida que, o complexo militar-industrial se desenvolve, mais incontrolável se tornam seus efeitos, restando a barbárie. Como mencionado, uma das consequências desse complexo militar-industrial, são as guerras, uma forma de violência, que é inerente ao capitalismo. As guerras são resultado das disputas econômicas entre as nações por uma fatia maior do bolo capitalista, e isso se acentua na fase monopólica, em face da internacionalização do capital e da crise da superprodução de 1929.

Assim, as guerras têm por base um caráter genuinamente econômico, são capazes de impor sobre a sociedade as políticas econômicas da ordem capitalista, estabelecendo relações e elementos em que reside a violência extra econômica do Estado. Elas evidenciam de forma clara as contradições capitalistas, principalmente durante a eclosão de confrontos armados. Neste sentido, não podemos falar de paz se inseridos em condições capitalistas de existência, pois ao mesmo tempo em que o complexo militar-industrial mostra a solução para a economia capitalista em tempos de crise, também produz efeitos negativos para o funcionamento do sistema como um todo, como por exemplos: inflação; endividamento e fragilização das nações - especialmente as periféricas - crise fiscal, dentre outros.

Percebemos ainda que, o problema da violência na sociedade capitalista, é tratado pelo senso comum como um problema, na qual, a responsabilidade recai sobre o indivíduo, mas pudemos constatar que a violência é gerida no desenvolvimento das relações sociais com destaque para o meio em que o sujeito se insere. Assim, o agravamento ou não da violência diz respeito a prática social e coletiva dos indivíduos, não se dá pela soma da vontade

subjetiva dos sujeitos, mas da correlação de forças e das lutas estabelecidas ao longo da história.

Entendemos também que, o papel do Estado é limitado pela própria natureza da dinâmica capitalista e com o passar do tempo, o uso do aparelho estatal se torna mais irracional e destrutivo, como é, por exemplo, o próprio complexo industrial- militar. A intervenção do Estado e sua natureza de classe revelam a violência como um problema estrutural do sistema do capital, que é produzida e reproduzida por intermédio das próprias estratégias estatais. Tais estratégias, perturbam a vida humana ao oprimir, reprimir e alienar os sujeitos, seja pelo uso da violência direta ou pela violência legalizada e institucionalizada.

Na atualidade, o capital visando sua expansão e reprodução, tem intensificado a destruição da natureza, a precarização do trabalho, o desemprego, a pobreza, a banalização e a subjugação da vida humana, em suma, o agravamento dos problemas sociais convertendo as pessoas em meras mercadorias, privando-as de um mínimo de condição de existência, e assim, submetendo a classe trabalhadora às diversas formas de violência.

Enfim, a violência na história se constitui como um elemento impulsionador para desenvolvimento econômico das sociedades. No modo de produção capitalista, a violência garante a produção e a reprodução das condições materiais para explorar força de trabalho, dilacerando a vida social, aprisionando as aspirações dos indivíduos e os deixando vulneráveis às mais perversas formas de violência. Apesar disto, a violência não se institui como um fenômeno não eliminável da humanidade, visto que, o homem constrói a história e é um ser capaz de transformar sua realidade. Para tanto, isso só se faz possível, numa outra forma de sociabilidade, na qual se extinga a propriedade privada e a divisão de classes que dão base para a desigualdade social, assim como também, a eliminação de todas as engrenagens de funcionamento do capital, possibilitando aos seres humanos a descoberta de suas reais potencialidades, logo, o alcance de sua emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BARAN, Paul, SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista – Ensaio sobre a Ordem Econômica e Social Americana**. Trad. Waltensir Dutra. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BENTO, Bárbara. **Bases Materiais Da Violência No Modo De Produção Capitalista: seus efeitos sobre a classe trabalhadora**. 90f. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CONCEIÇÃO, Ana; SALES, Robson. **Número de desempregados dobra desde o início de 2014**. Publicado em: 29/12/2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4790799/numero-de-desempregados-dobra-desde-o-inicio-de-2014-aponta-ibge>>. Acesso em: 01 de abril de 2016.

DAMIANI, Daniel Neves. **Economia de guerra: uma análise da relação entre o complexo industrial-militar e o imperialismo na acumulação capitalista**. 82f. 2004. Monografia – Departamento de Ciências Econômicas – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ENGELS, Friedrich. Anti-Duhring. **Coleção Pensamento Crítico**. v. 9. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. – [Edição revista]. – São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **O papel da violência na história**. Trad. Alberto Saraiva. Porto: Publicações Escorpão, 1974.

FRAGA, Paulo Denisar. **Violência: forma de dilaceramento do ser social**. In: Serviço Social e Sociedade, nº 70. Ano XXII, julho: Cortez: São Paulo, 2002.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 Esboço da crítica da economia política**. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Volume I Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.



MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Volume II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Volume IV. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 07-15, 2000.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da Barbárie. Comunicação apresentada no III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”, SERPA, outubro/ novembro de 2010

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2009.

ONU BRASIL. OIT: **desemprego cai no mundo, mas condições de trabalho não melhoram**. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-cai-no-mundo-mas-condicoes-de-trabalho-nao-melhoram/>>. Acesso em: 01 de abril de 2019.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova Questão Social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e hoje**. 2. Ed. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

SANCHA, Natalia. **Mais de 500 mil mortos em sete anos de Guerra na Síria**; El País. Beirute, 12 de março de 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/12/internacional/1520865451\\_577510.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/12/internacional/1520865451_577510.html)>. Acesso em: 01 de abril de 2019.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Violência, Serviço Social e formação profissional**. In: Serviço Social e Sociedade, nº 79. Ano XXV, especial: Cortez: São Paulo, 2004.

SWEEZY, Paul. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista: princípios de Economia Política Marxista**. Trad. Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016: Homicídios por Armas de Fogo no Brasil**. Versão corrigida. Brasília, FLACSO BRASIL, 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

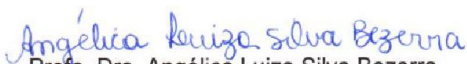
---

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Bárbara Bento dos Santos** intitulada “**CAPITALISMO MONOPOLISTA: produção e reprodução da violência**”, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 18 de junho de 2019, às 09h, na Sala do Conselho da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinadora

  
Profa. Dra. Edlene Pimentel Santos  
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)

  
Profa. Dra. Gilmaisa Macedo da Costa  
Examinador interno (PPGSS- FSSO - UFAL)

  
Profa. Dra. Angélica Luiza Silva Bezerra  
Examinador externo (UFAL - PALMEIRA DOS ÍNDIOS)